



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**V Legislatura**

**Número: 21**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-feira, 27 de Maio de 1993**

**Presidente:** *Deputado Madruga da Costa*

**Secretários:** Deputados Manuel Brasil (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Aguiar) e Hélio Pombo (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Gomes).

### SUMÁRIO

*Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.*

No Período da Ordem do Dia deu-se prosseguimento aos debates das Propostas de Resolução até se atingir as respectivas votações na generalidade e na especialidade.

Proferiram intervenções sobre este assunto, os seguintes Srs. Deputados:

Carlos Morais (*PSD*), Rogério Serpa (*PS*), Gaspar da Rosa (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Martins Goulart (*PS*), Manuel Arruda (*PSD*), Manuel António Martins (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Duarte Pires (*PS*), Fernando Menezes (*PS*), Carlos Mendonça (*PS*), Carlos César (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Álvaro Manito (*PSD*), Hélio Pombo (*PS*), Isaltina Brandão (*PSD*), Manuel Gil Ávila (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*), Ricardo Barros (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), António Silveira (*PSD*), Artur Martins (*PSD*), João

Cunha (*PSD*), Manuel Amaral (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), Silva Melo (*PS*), Ana Gomes Silva (*PSD*), Jorge Cabral (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), Rui Melo (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Dionísio de Sousa (*PS*), Victor Evaristo (*PSD*), bem como os Srs. Secretário da Agricultura e Pescas, *Adolfo Lima*; da Educação e Cultura, *Aurélio da Fonseca* e ainda o da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Natalino Viveiros*.

Proferiram intervenções finais, sobre os documentos em análise, os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Martins Goulart (*PS*), Manuel Arruda (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Passou-se, seguidamente, à votação dos documentos em apreciação - Plano e Orçamento regionais para 1993 - tendo os mesmos sido aprovados por maioria de votos do PSD, tanto na generalidade como na especialidade.

Intervieram ainda, através de declarações de voto, os Srs. Deputados Carlos César (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), e José Fernando Gomes (*PSD*).

*Os trabalhos terminaram às 00,45 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Maria Isaltina Amaral, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel*

*António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão)*

**Presidente:** Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos e com a apreciação dos documentos que temos vindo a apreciar, ou seja, o Plano de Médio Prazo 1993/96, o Plano e o Orçamento da Região para o 1993.

Para uma intervenção vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Morais.

**Deputado Carlos Morais (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Estamos hoje, tal como ontem, a participar no debate de documentos tão importantes como é o Plano a Médio Prazo 93/96, Plano este que levará a Região, até finais deste milénio, a um desenvolvimento harmónico e enquadrado, nas áreas económicas, sociais e culturais.

Não podemos, contudo, esquecermo-nos da conjuntura económica Europeia, na qual nos inserimos, em que nos é apresentado este Plano a Médio Prazo. É certo que muitos dos Senhores Deputados aqui presentes gostariam de ver inscritos neste Plano muitos mais investimentos para este quadriénio.

Não sendo, pois, possível neste momento outro cenário, este mostra bem como o Governo está ciente, responsável e realista e não ilude o povo Açoriano de que os ventos são favoráveis para andar ao largo ou à popa. O PSD ao longo destes 16 anos de poder autónomico tem encarado os problemas de frente, coeso, com liderança partidária e a uma só voz. A tudo isto os Açorianos respondem, com mais quatro anos de Social-Democracia.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Um dos principais vectores que se tem vindo a assumir no desenvolvimento económico da nossa Região é o Turismo, que sendo uma actividade relativamente recente no mundo, entre nós, é-o muito mais.

Nos Açores, ao longo destes 16 anos, e de uma forma mais acentuada nos últimos 4 anos, têm-se depositado esperanças acrescidas no sucesso desta actividade.

Porém, a capacidade, a regularidade e preço dos transportes estão longe das necessidades.

A operação turística encontra-se confrontada contudo com a sazonalidade que tem vindo a diminuir gradualmente nos últimos anos, por outro lado a capacidade de alojamento registou um rápido crescimento entre 88 e 92 e surgiu uma assinalável diversificação na oferta da animação: Golfe, Ténis, Pesca Desportiva, Turismo de Passeio - Turismo Cultural e Similares.

A sazonalidade atrás referida poderá vir a diminuir ainda mais com uma política concertada entre companhias aéreas e hoteleiras, na certeza porém de se vir a realizar cada vez mais o turismo de congressos, e o fomento do turismo interno em épocas baixas, onde já existe outro leque de procura de vários padrões Sócio-Cultural e Económico.

Poderá ainda esta, vir a atenuar-se significativamente após a entrada em funcionamento pleno das infra-estruturas ligadas ao Golfe, nomeadamente Batalha, Faial e Pico.

O P.M.P. que nos é agora apresentado, no seu programa 3 tem inscrito 4.630 mil contos, o que corresponde a 5.5% do investimento global. Verbas estas que irão dar continuidade ao Turismo de sucesso. Vejamos, por exemplo, o número de camas a aumentar até finais de 1994 e inícios de 1995 é de 1000. Fica assim provado que a iniciativa privada tem correspondido neste e noutros casos.

A continuação da divulgação do produto Turístico Açores nas Feiras Nacionais e Internacionais, as Viagens de promoção para jornalistas e agentes económicos e respectiva publicação em revistas internacionais com as características inagualáveis da riqueza cultural e histórico, meio ambiente preservado e grande beleza natural e povo acolhedor são factores que facilitam a nossa tarefa.

A aposta no Turismo de qualidade é cada vez mais uma realidade, para isso contribui o grande esforço na formação profissional na área de hotelaria, com cerca de 500 formandos ao longo destes anos e continuará a formar mais profissionais para este sector.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

A formação Profissional assume um papel preponderante na busca do 1.º emprego.

Neste sentido o Centro de Formação Profissional dos Açores continuará a dar um grande contributo, aumentando o número de formandos aos cerca de dois mil já existentes.

Quase todos os dias são veiculadas nos Órgãos de Comunicação Social notícias de grande crise de desemprego no Mundo contudo, os Açores não vivem ainda esta crise, se cifrando nos 4% de uma população activa de 95.700, que vêm como é óbvio garantir a continuidade de vida dos Açorianos.

Torna-se imprescindível continuar o desenvolvimento do emprego a ser suportado por um crescimento real da economia, do tecido empresarial, do investimento.

Neste quadriénio é importante também a continuidade de acções de formação de segurança, higiene e saúde no trabalho e a diminuição da sinistralidade laboral.

- Estamos no bom caminho.

- Só não veêm aqueles que não querem.

Disse

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Meteu-se por um atalho...!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

Eis-nos defrontados com a discussão do Plano e Orçamento para os próximos 4 anos. Embora o estado económico da maioria das Nações atravessasse um período de recessão, que há cerca de 1 ano se começou a fazer sentir até nos grandes e ricos países, julgamos que o projecto do nosso PMP pelas cifras com que nos confrontamos e pelo que diz respeito à Ilha que de uma forma particular represento nesta Câmara, as Flores, não é só insuficiente mas mísero.

De facto deparamos no PMP 93-96 com reduções quer em números quer em obras cuja inscrição pura e simplesmente foram apagadas do referido Plano. Isto no que diz respeito a uma Ilha que só há bem pouco tempo começou a beneficiar de algumas infraestruturas mínimas, algumas das quais ainda por concluir. Mas para sermos mais concretos, debrucemo-nos sobre a realidade dos números e dos objectivos que eles pretendem atingir. O que está previsto gastar naquela Ilha nos próximos 4 anos é a quantia de 2.728.000 contos em comparação com o PMP 89-92 que foi de 6.570.840 contos, há uma redução cerca de 60% e só para o ano que está a decorrer estão orçados 1.343.000 contos ou seja metade do previsto gastar naquela Ilha no próximo quadriénio. Cifra esta que sabemos ser quase na sua totalidade para satisfazer credores que há muito esperam o que lhes compete por justiça.

Mas precisemos um pouco melhor o destino dos dinheiros públicos a aplicar na Ilha das Flores no próximo quadriénio tomando em conta as epígrafes a que eles se destinam.

No que diz respeito à Agricultura no último quadriénio o PMP apresentava uma verba de 897.000 contos Neste de 93-96 deparamos com a reduzida verba de 312.521 contos, numa área em que a nossa economia tanto carece de apoio que, como é bem de ver, tem chegado sempre tarde e a más horas àquela Ilha.

Sobre a epígrafe de Turismo deparamos com a verba de 40.000 contos para este quadriénio o que corresponde a um recuo significativo em comparação aos 263.000 contos do PMP 89/92, ou seja, nem mais nem menos do que uma redução de 85%.

Poderia apresentar nesta Câmara no que diz respeito às reduções orçamentais uma vasta lista que aliás se tornaria enfadonha, dado que a tecla que teríamos de bater, nos dá sempre uma nota de fragilidade e redução brutal na capacidade financeira de desenvolvimento da minha tão esquecida terra.

No entanto, queria precisar o seguinte no que diz respeito à rede viária regional, só poderá a Ilha das Flores contar com 56.000 contos para os próximos 4 anos em comparação com o anterior que atingia os 218.000 contos, temos uma redução de 75%. É-nos difícil entender esta redução numa altura em que as estradas da Ilha das Flores se apresentam em estado lastimável como de há muito não nos lembramos. A pequena verba acima referida não permitirá, nos próximos 4 anos, ao Povo daquela

Ilha, já não digo estradas à altura de uma Comunidade Europeia, embora de periferia em que nos encontramos, mas vias de comunicação que, com a degradação dos últimos tempos proveniente dos trabalhos do porto e aeroporto, levou a que certos troços mais se assemelhem a ribeiras.

Para além das lamentações acima rapidamente expostas e numa altura em que a Ilha das Flores se verá privada da presença da Base Francesa, Rádio Naval e da fixação de várias empresas já no termo das suas actividades, começamos a constatar que a nossa terra se vai desertificando na sua vitalidade humana, prevendo-se que em poucos anos a sua população, já aliás reduzida, se aproxime a passos agigantados do insustentável.

Neste momento, alguns dos sonhos da nossa população vêm-se confrontados com a crua realidade do esquecimento, tais como: aproveitamento dos recursos hídricos, portos de pesca, marina, Escola Preparatória das Lajes, Casa de Repouso das Lajes, conclusão da estrada à volta da Ilha, etc.

Tudo obras que não são de fachada, mas obras que contribuiriam não só para o bem estar, mas para o desejo de fixação naquela ilha, das gerações mais novas. Infelizmente o panorama aqui sinteticamente afluído, que procuramos desenvolver nas cifras e epígrafes do PMP 93-96, não só é trágico mas, o que é mais grave, desmoralizante.

Perante as circunstâncias acima referidas e neste momento de verdade, para serem honestos consigo mesmos, e, com o povo que os elegeu os deputados da Ilha das Flores devem em consciência rejeitar este PMP, tanto mais que de modo algum responde às exigências de todos aqueles que de boa vontade se debruçam sobre os problemas e evolução da terra que representam e pela qual foram eleitos.

Disse.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa para uma intervenção.

**Deputado Gaspar da Rosa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Em tempo de jogo de fábulas, especulação, espertezas, subestimando-se o trabalho, a poupança, o esforço, em tempo de predomínio dos aritméticos políticos, é saudável lenitivo salientar e recordar quem se ordene ao bem comum.

Precisamos de compreender a realidade presente e salvaguardar a demagogia.

No momento em que se sente e afirma, uma crise europeia que afecta áreas e sectores antes protegidos por factores geográficos e estruturais, que compõem a realidade da Região Autónoma dos Açores, os órgãos do governo próprio redobram a atenção para continuarem guardiões das especificidades de uma região que faz parte de um espaço económico e social em mudança, no qual a crise poderá levar a desequilíbrios que penalizem o mercado e a sociedade.

Acautelar e visionar é o que se espera de cada órgão do governo próprio da Região Autónoma dos Açores medidas preconizadas e transparentes quer no Plano e Orçamento de 1993 quer no Plano a Médio Prazo 1993/96.

Mas atenção a esta dupla cilada, se o campo de visão for demasiado estreito, vê apenas os sintomas e limita-se a prever e a suportar passivamente o futuro, em lugar de o construir, se o campo de visão for demasiado amplo, vê as causas mais profundas, mas a sua acção sobre elas acaba por ser tão lenta que se desencorajará pelo caminho, muito antes de atingir o demasiado objectivo visado. É preciso pois ter coragem, porque de coragem se trata, de se limitar a escolher objectivos ao mesmo tempo reais e acessíveis, segundo a minha análise foi o que o Governo Regional realisticamente com entusiasmo planeou e orçamentou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Neste contexto e atendendo às dificuldades orçamentais nomeadamente ao nível das receitas, tendo sempre presente o objectivo de consciência de defender o desenvolvimento harmonioso da Região, é obvio que os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Ilha do Pico procurem algumas assimetrias sócio-económicas que ainda persistem em algumas parcelas da nossa Região.

Neste contexto refiro o papel preponderante exercido pelas repartições de Finanças na arrecadação de receitas, através da Liquidação Fiscalização e cobrança de Impostos -



e abro aqui um parêntese para assinalar numa atitude que reputo de extemporânea e inoportuna, ou seja, o requerimento dirigido à Mesa desta Assembleia Regional no sentido de colmatar a insuficiência de funcionários na Repartição de Finanças de São Roque do Pico, extemporâneo por a sede própria de dirigir aquele documento ser a Assembleia da República, o que aliás fez em tempo e lugar próprio, o amigo e companheiro Deputado Manuel Azevedo, não certamente para justificar o vencimento auferido como deputado, como ontem afirmou o Sr. Deputado Martins Goulart mas por ter verificado "in loco" aquela preocupante situação, teve a gentileza de me remeter o requerimento assim como aos órgãos de Comunicação Social da Região.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

A Ilha do Pico com vários cognomes que procuraram traduzir as diversas especificidades que a natureza e os homens a dotaram, como Ilha de El Rei D. Dinis (o lavrador, o comerciante, o marítimo), Ilha Farol do Atlântico - Ilha Montanha - Ilha da Pouca Sorte - e já nos nossos dias Ilha do Futuro.

Prendada de atractivos de exuberante beleza continua a apaixonar sobretudo aqueles que lhe desvendam o edílico Boculismo da Montanha, - com uma orografia isoladora durante muitos e muitos anos das suas gentes, originando desconfianças, criando exacerbados bairrismos que ainda hoje teimam em diluir-se na fluidez de uma sociedade que se ambiciona aberta. Um solo coberto de pedras, de grandes declives e irregularidades, dificultando a sua exploração, sem esquecer os cataclismos vulcânicos as fomes e pestes, escoando-se os seus filhos nas quilhas e asas da emigração, conduziram a que a população do Pico se encontre reduzida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A revolução de Abril de 1974 trouxe muita esperança à Ilha do Pico no seu desenvolvimento sócio-económico como também nele acreditaram os sucessivos governos regionais orçamentando verbas de montantes elevados para fazer face à implementação e criação de infra-estruturas básicas a quase todos os títulos

carenciada; portos, aeroporto, energia, escolas e outros apoios sociais imprescindíveis para atingir a maioria de Ilha.

O crescimento o desenvolvimento em todos os sentidos foi enorme quer em quantidade quer em qualidade, fez-se mais nos últimos 16 anos do que em 5 séculos de povoamento. Esta é uma verdade insofismável, que uns tentam em vão fazer esquecer e denegrir, no entanto comprovada porque à vista de todos, que importa memorizar para os mais distraídos, registada na nossa História a letras de ouro, constituindo o orgulho da nossa Autonomia Regional.

Evidente que no cômputo global ainda existem algumas infra-estruturas básicas que se encontram em fase de construção, conclusão e redimensionamento, algumas não corresponderam totalmente ao que a população necessitava e aspirava.

Cabe aos que persistem em viver no Pico continuar a trabalhar com esperança conscientes da nossa realidade insular escudo protector dos muitos malefícios que afectam as grandes metrópoles, mas condicionante imperativa do nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Continuar no prosseguimento de uma política realista de desenvolvimento é para o Picaroto viver com os meios ao seu alcance que lhe proporcionam desafogo económico como sejam a Pecuária a Vitivinicultura, cito estes sem preterir outros que contribuem também para uma vivência condigna.

No sector da pecuária há a salientar todo o esforço feito pelo Governo, desde o longínquo programa P.P.A. com enorme êxito na abertura dos caminhos de penetração até ao findo GEPAP cujo objectivo principal foi as arroteias e melhoramento das pastagens passando também pelo saneamento e qualidade animal da raça bovina, programa que suscitou grandes expectativas nos lavradores, responsável pela transformação de uma época de desertificação para uma época de extensificação na Pecuária da Ilha, foram inscritos 5832 hectares de terreno o que corresponde a 477 explorações e a 1292 prédios, tendo o programa efectuado a arroteia em 1236 hectares correspondendo a 264 explorações, rasgando 156 troços de caminhos de explorações na extensão de 105 Km.

Há que continuar a apoiar o desenvolvimento da Pecuária da Ilha do Pico transformando os 4 mil hectares de terrenos incultos ou subaproveitados em terrenos produtivos, este é o sentido do Governo Regional que dotou o Plano a Médio Prazo 1993/96 com um programa específico (Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário do Pico) com a verba global de 439.000 contos.

Mas não chega só o apoio à produção numa economia débil como a da Ilha do Pico, enquanto não forem encontradas as soluções ao nível da transformação dos produtos pecuários, construção ou reformulação da fábrica de lacticínios da Lacto-Pico, à reconversão e modernização do matadouro existente, dotando-o de condições para que além do abate, desosse e comercialize segundo as normas estabelecidas pela C.E.E, enquanto não forem aplicadas estas medidas a actividade do lavrador do Pico, continuará a ser arriscada.

No sector da vitivinicultura realço o investimento de sucesso feito pelo Governo Regional na reestruturação da vinha, reconverteram-se 50 hectares de terrenos incultos dos 100 inscritos.

A exemplo do que enunciei para a Pecuária também neste sector vitivinícola é imperativo amparar a transformação uma vez que a unidade transformadora existente não corresponde à produção que se antevê e pretende.

Todos estes vectores de produção pecuária e vitivinícola requerem a criação de Zonas Demarcadas quer do queijo do Pico quer do vinho Verdelho do Pico, o que aliás a Secretaria da Agricultura já iniciou.

Com soluções integradas para o desenvolvimento da Ilha, a Adega Vitivinícola, a fábrica da Lacto-Pico e outras existentes e o Matadouro constituem um conjunto capaz e suficiente, de competir em qualidade desde a produção transformação e comercialização e, aqui muito se espera do Programa POSEIMA, promovendo condições em que os agricultores encontrarão garantias adequadas para se fixarem e investirem com a criatividade que distingue o Picaroto.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para pedir esclarecimentos.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma coisa em comum entre mim e o Sr. Deputado Gaspar da Rosa que é o amor a uma ilha.

Mas tenho que intervir neste debate para dizer nesta Casa que não fiquem com a ilusão de que o Pico é aquilo que ele disse aqui, porque não é.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** É melhor, é melhor!

Eu vou ser concreto e prático:

1.º - No Pico os lavradores não recebem o dinheiro do leite há **oito ou nove meses** - escutem todos!

2.º - O vinho - e a culpa não é do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas - da fronteira do Pico, que era uma das grandes receitas do povo do Pico, está nas adegas para deitar fora, porque não é possível vendê-lo!

3.º - Nós estamos na iminência - e o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas sabe muito bem - das fabricas de conserva do Pico, poderem fechar, por falta de peixe, porque não é possível importar peixe de qualquer maneira pois é preciso garantir a qualidade das conservas dos Açores.

Este é apenas um quadro que eu aqui tracei.

Digam-me: depois de ver um plano em que uma escola sonhada há sete ou oito anos não é feita; depois de nós vermos um plano e aquilo que se reserva à Ilha do Pico, como é possível, depois de nós sabermos de tudo o que se vê nesta Região, depois de nós sabermos como é que se construíram certas infra-estruturas que tiveram uma política e não criteriosa de desenvolvimento, como é que nós queremos dizer aqui que o Pico é um "país das maravilhas"?!

Não é. É uma ilha bonita, extraordinária, é uma ilha de que nós gostamos, mas não é o "mar de rosas" que foi aqui pintado. Bem pelo contrário, está tingido com sangue de baleia!

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS).*

**Presidente:** O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para?

**Deputado Martins Goulart (PS):** Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de pedir um breve esclarecimento ao Sr. Deputado que acabou de intervir - Deputado Gaspar da Rosa - relativamente à questão que referiu, extemporaneamente, no contexto da sua intervenção.

Ele falou em várias situações extemporâneas, eu também considero que a referência que fez ao meu nome foi extemporânea.

*(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)*

**O Orador:** Eu agradecia que V. Ex<sup>a</sup>. me ouvisse e me respeitasse enquanto falo.

De maneira que a pergunta é muito simples:

Como considera o Sr. Deputado a decisão política, tomada pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, em que foi rejeitada uma proposta apresentada pelo PS, de alteração do Orçamento do Estado que visava reforçar o Orçamento da Região em 10 milhões de contos, para compensar as perdas com as compensações financeiras decorrentes de tratados internacionais?

A pergunta é muito simples e acima de tudo, quando um porta-voz da posição do PSD foi exactamente o Sr. Deputado Manuel Azevedo, que considerou a proposta do PS - apresentada por mim - como sendo uma proposta **despesista** que não tinha cabimento.

E agora faria nova pergunta na sequência do que ouvimos no discurso oficial do PSD e do Governo, quando o que está em falta é uma receita fundamental que se perdeu, como é que na Assembleia da República um deputado dos Açores toma uma posição de votar contra a defesa de um reforço orçamental vital para o desenvolvimento da Região?!

E se esse comportamento é, de facto, um comportamento digno de alguém que represente os interesses do povo dos Açores na Assembleia da República?!

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pediu a palavra, naturalmente para pedir algum esclarecimento?...

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** É sim Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um pequeno esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa que, aliás, é apenas uma tentativa de completar a sua intervenção.

É verdade que há cerca de sete ou oito meses que os produtores do Pico não recebem o dinheiro.

Verdadeiramente, não sou o culpado directo nessa matéria. Mas também queria que o Sr. Deputado não se esquecesse que se há fábrica no Pico a trabalhar, é porque nós intervimos, porque senão, nem fábrica havia.

*Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves):* Muito bem!  
Muito bem!

**O Orador:** É uma operação que custa mais de 100 mil contos que está suportada a fundo perdido apoios da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Entregando a uma cooperativa do Pico essa fábrica.

Eu tenho alguma esperança de que estes atrasos irão ser recuperados, uma vez que o contrato estabelecido - o Sr. Deputado também não disse isso - com a empresa anterior, não ter funcionado bem por culpa dessa mesma empresa.

Quanto ao vinho que está por vender, também felizmente, não tenho grandes problemas com isso, mas gostaria de chamar-lhe a atenção para o facto de que se existe adega cooperativa no Pico, se ela está saneada financeiramente e se as perspectivas que ela hoje enfrenta são muito superiores às que enfrentava há três anos atrás, também se deve à acção da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

O assunto do atum ficará para mais tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa para prestar os esclarecimentos que lhe foram colocados.

**Deputado Gaspar da Rosa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Martins Goulart:

Eu considero extemporânea não a minha intervenção, porque ela demonstra tudo aquilo que eu sinto pelo Pico. Extemporânea é sim, a sua pergunta que revela um pouco de amnésia, porque eu em nada me referi acerca da intervenção do meu colega e amigo, Deputado Manuel Azevedo, na Assembleia da República, a não ser o requerimento dirigido à Mesa da Assembleia da República, devido à situação difícil que ele próprio, aquando da visita ao Pico em Abril. Foi só isso que eu referi relativamente ao Deputado Manuel Azevedo.

A sua pergunta é extemporânea, porque a mim não me diz nada. Não fui eu que proferi essas afirmações.

Talvez que tenha que dirigir a pergunta ao meu companheiro Manuel Azevedo na Assembleia da República.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Arruda pede a palavra para?

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, é para prestar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Martins Goulart:

Em relação à questão que levantou, recordo-lhe há alguns anos atrás, nomeadamente quando o seu partido era Governo a nível nacional, na altura em que as transferências para a Região Autónoma dos Açores foram significativamente menores.

*Vozes do PS:* Isso é falso!

**O Orador:** Eu admito que uma pessoa de História como o Senhor, tenha dificuldade em fazer contas. Aliás, basta ver as contas que tem feito na Ilha Terceira. Senão vejamos:

Em relação à proposta do Sr. Deputado, devo dizer-lhe que a aprecio. Penso que foi uma proposta digna. Recordo que em tempos passados, nomeadamente nos anos subsequentes ao sismo que afectou as Ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa, o Sr. Deputado Jaime Gama também normalmente apresentava propostas para a transferência de 1 milhão de contos para a Região Autónoma dos Açores.

E em conversas que tínhamos - porque sempre nos demos bem - era frequente dizer-me que sabia, perfeitamente, que aquilo não podia ser atingido, mas que estava a fazer o seu papel.

Eu penso que o Sr. Deputado Manuel Azevedo, o que fez foi previamente negociar com o partido que sustenta o Governo e chegar à conclusão de que esta transferência adicional de 10 milhões de contos era insuportável para o Governo da República.

Penso que são questões claras, que têm a ver com a solidariedade que nós solicitamos do Governo da República e têm a correspondência possível por parte do Governo da República.

Muito obrigado.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra naturalmente para mais esclarecimentos.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Arruda:

Eu agradeço as suas palavras, mas o que eu critico na posição de um deputado eleito pela Região Autónoma dos Açores que poderá ter-se esforçado por conseguir negociar uma determinada vantagem para a Região e que poderá, na conjuntura nacional \_ que compreendemos não ser fácil -, ter chegado à conclusão que não conseguia ter o apoio necessário para determinada medida que todos nós reconhecemos se tivesse acontecido seria vantajosa para nós, o tivesse reconhecido nesses termos, no plenário da Assembleia da República.

O problema foi que eu fui atacado, violentamente, por esse Sr. Deputado, que me acusou de **despesista**.



Uma coisa seria ter-se dito que não há condições, porque há uma conjuntura restritiva, etc. e isso poderia ser admitido. Nós sentávamo-nos e percebíamos, cada um de nós, o seu papel. É isso que gostaríamos de ter verificado.

Mas ao, violentamente, um indivíduo ser acusado de "desperdiçador de dinheiros públicos", quando defende uma contrapartida, um aumento de receitas para a Região Autónoma dos Açores, é que é um comportamento que eu critico.

É tanto quanto isto que eu quero referir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, antes de prosseguirmos com o nosso debate, gostaria de dar conta do tempo de que ainda se tem disponível.

O Governo dispõe de 3 horas 54 minutos e 25 segundos; o PSD dispõe de 4 horas 15 minutos e 35 segundos; o PS dispõe de 2 horas e 40 segundos; o CDS/Partido Popular dispõe de 3 minutos e 20 segundos e o PCP dispõe de 13 minutos e 15 segundos.

Posto isto, vamos continuar o nosso debate e vou dar a palavra ao Sr. deputado Manuel António Martins.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

Ficará a Agricultura adiada com este Plano?

Da leitura atenta do parecer dos vários organismos intervenientes na economia regional (parceiros sociais), ressalta a opinião unânime que tempos difíceis se avizinham. Ao conformismo dos autores do Plano e Orçamento, opõem-se todos os que são, da opinião que na elaboração dos documentos em análise, deveria ter sido privilegiada uma abordagem que conduzisse a um aumento da competitividade dos sectores produtivos, e não a um retrocesso no apoio ao investimento.

O modo da apresentação dos citados documentos, com uma agregação excessiva dos montantes, conduz a uma falta de transparência, impede uma aprofundada análise crítica e impossibilita um acompanhamento do nível da execução física e financeira dos programas.

A dificuldade que nos foi criada, é no entanto menor, quando comparada com a dificuldade que o Governo terá, em explicar como serão cumpridos os vectores e linhas de força expressos nos PMP com as escassas verbas envolvidas.

No caso concreto da agricultura e pecuária, a confrontação das verbas disponíveis com as realizações nos domínios do apoio ao desenvolvimento agrícola, permite perspectivar uma situação deveras inquietante para os produtores, com consequências nefastas para o **desenvolvimento harmónico das explorações agrícolas**.

O ano de 1993 começou com uma tal desorientação que em relação ao Plano de 1993 pouco haverá a dizer. As verbas disponíveis para o apoio à produção agrícola, deverão estar já afectadas aos programas que entretanto foram cancelados.

Primeiro foi a suspensão das ajudas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Agropecuário dos Açores, (PDAPA). Depois, foi a suspensão da Portaria regulamentadora do apoio à reconstrução de estufas de ananás, à fruticultura e horticultura, para já não falar nos restantes programas de apoio ao desenvolvimento. Para quando abrir as portas Senhor Secretário?

Em relação ao Plano a Médio Prazo, a dinamização da actividade económica com excepção de 93-94 tem um decréscimo acentuado das verbas ao seu dispor. Tendência esta, acompanhada pelo Programa reservado à agricultura. Como exemplo, em relação à Ilha de São Miguel, as verbas referentes à programação anual, têm uma evolução diferente, decrescem sempre!... Só que a taxas diferentes; 8,8% de 1993 para 1994, e reparem, aqui: 29% de 1994 para 1995 e de 14% de 1995 para 1996.

Apesar deste panorama o enquadramento do programa da agricultura, como sempre tem fases mágicas como: "deixar de produzir mais para produzir melhor"; "garantir a competitividade das nossas produções"; "procura de racionalidade económica" etc, etc... Não entendo.

A experiência no entanto, demonstra claramente que, o que sempre ficou adiado em termos estruturais, repito, o que sempre ficou adiado em termos estruturais, conduz a que as crises meramente conjunturais tão apregoadas nos dias de hoje e tão fáceis de explicar, produzam efeitos cada vez mais gravosos, foi assim no passado, é no presente e será no futuro; isto implica por sua vez, intervenções mais fortes a nível financeiro, que retirando capacidade de intervenção infra-estrutural impõe um ciclo

vicioso que nunca foi quebrado, muito menos o será com o presente Plano. Como tal, naquilo que é importante, este Plano nada acrescenta. E pergunta-se: Para quando a criação da infraestrutura agrícola açoriana?

Denota-se uma falta de sentido político, e o mero aproveitamento dos fluxos financeiros através da Regulamentação Comunitária, para apoio aos investimentos, que apoia as lavouras melhor equipadas, ajudando quem está melhor preparado, reservando para o grosso das pequenas explorações agrícolas familiares uma ajuda ao rendimento; o que é uma autêntica agressão ao tecido social agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O fosso aumenta, as maiores cada vez são maiores e melhores, as mais pequenas cada vez são mais pequenas e piores.

O que de facto se verifica, é que os Regulamentos e apoio da CEE para salvaguarda do rendimento e baseados na extensificação da produção, são totalmente contraditórios com o actual estado de desenvolvimento da agro-pecuária açoriana e com o desafio criado pela excelente quota leiteira, muito bem negociada (faço uma homenagem ao Sr. Secretário) para a Região Autónoma dos Açores que levou alguns agricultores à falência.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não estou a falar consigo, porque disto não percebe nada!

*(Risos da Câmara)*

A necessária aceleração da economia ligada à produção leiteira terá sobretudo ao seu dispor instrumentos que apoiam a desaceleração dessa mesma economia.

Pergunta-se pois, para onde vai o empenhamento colectivo no desenvolvimento rural?

E aqui, Sr. secretário, não é preciso ser-se muito esperto...

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Mas convém!

**O Orador:** ...para ter consciência do desequilíbrio social que poderá haver entre o meio rural e o cidadão!

Para onde vai a potenciação das vantagens comparativas na produção de leite tão apregoada pelos responsáveis? Para onde vai o rendimento dos agricultores?

O desenvolvimento económico e social das freguesias rurais ficará em grande medida dependente, não da chegada da América do antigo e tradicional envelope, mas sim do moderno cheque da Comunidade Económica Europeia.

A lavoura açoriana poderá deixar a breve prazo de andar com a cabeça erguida para passar a andar de mão estendida.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas

Se há projectos e investimentos que podem ficar adiados, outros devido à sua natureza social, financeira e económica, nunca poderá ficar, porque poderá comprometer a dignidade de todos.

Tenho dito.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para uma intervenção.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):**

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na sequência dos trabalhos preparatórios do PMP 93/96, que se tem traduzido da minha parte, com a colaboração dos directores regionais, no desencadear de toda uma série de contactos pessoais, a que pretendo dar continuidade, com os conselhos directivos das nossas escolas, associações de pais e encarregados de educação, sindicatos e instituições culturais e desportivas, com vista a uma abordagem mais pormenorizada do documento em discussão e a um aprofundamento do que vai ser a

aposta da SREC no eixo de desenvolvimento respectivo, coloco, hoje e aqui, à vossa consideração, o seguinte conjunto de reflexões que se me oferecem fazer sobre tão candente tema.

Como tem sido ultimamente, por várias vezes, reafirmado, o PMP 93/96 coloca a sua tónica principal na dinamização da actividade económica e dos transportes. Dentro da área dos Recursos Humanos, o grande esforço centra-se, sem dúvida alguma, na Saúde, com um investimento de interesse e necessidade incontestáveis como é o caso da nova unidade hospitalar de Ponta Delgada.

Após um investimento acentuado levado a cabo na educação e cultura ao longo dos mandatos dos governos anteriores, que se traduziu em resultados tão palpáveis como, e só para referir os últimos 10 anos e a título de mero exemplo, a passagem de 56 salas de Educação Pré-Escolar para 243 ou nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Secundário de 564 salas de aula para 1.020, face à actual conjuntura económica e às incertezas que a caracterizam, houve que optar-se por uma certa desaceleração no investimento do sector, beneficiando outros, através de uma redução, se tivermos em conta os montantes efectivamente executados no PMP anterior, na ordem dos 4.800.000 contos. Esta alteração de estratégia só é admissível se efectivamente o montante subtraído for para o investimento e não para mero financiamento dos eixos anteriormente referidos como prioritários. Caso contrário mais valia que se prosseguisse, como até aqui, na valorização da educação, verdadeiro cerne e motor de todo e qualquer desenvolvimento económico.

Efectuada a escolha global, definidos os eixos capitais, houve que estabelecer, agora no referente à Educação e Cultura, uma estratégia de intervenção, dentro da política geral traçada, de que seriam envidados esforços para, não obstante os problemas decorrentes do avanço da Reforma do Sistema Educativo, também aqui deve ser, sempre que possível, evitado o cancelamento de obras em curso, com todo o seu corolário negativo de que o aumento do desemprego é o mais gritante, com o respectivo prosseguimento, ainda que a ritmo diferente, acertando-se igualmente contas, no primeiro biénio deste PMP e guardando-se para o último o eventual arranque de novas frentes.

O procedimento, em apreço, será tido em conta na Cultura, no Desporto e na quase totalidade do Sector Educativo, com excepção de que, paralelamente à procura de manutenção das grandes frentes, a saber, Universidade (Ponta Delgada) e Escolas Secundárias Vitorino Nemésio (Terceira) e Cardeal Costa Nunes (Pico) há que ampliar rapidamente as Escolas Secundárias da Horta e Antero de Quental e as Preparatórias, recém transformadas em EB-2-3 do Canto da Maia e de Angra do Heroísmo, encetando-se também o processo dos terrenos para o novo Departamento de Ciências Agrárias da Terra Chã. As ampliações vertentes, conjugadas com a redefinição das áreas pedagógicas, em curso, mais as possíveis alterações a regimes e horários, de funcionamento e de transportes é que nos vão permitir, com o profissionalismo, competência, dedicação e compreensão do nosso pessoal docente, auxiliar, administrativo e operário mais o espírito de colaboração dos pais, encarregados de educação, alunos e restante comunidade, aguentar e desde há muito previsto acréscimo de frequência dos 2.º e 3.º Ciclos do Básico e do Ensino Secundário.

Tudo isto faz-se - e permitam-me o aparte e os dois exemplos que queria aqui dar - com solidariedade. E os dois exemplos são relativos a assuntos que falámos aqui muito recentemente, ou seja, ampliação duma escola - Escola Secundária da Ribeira Grande - e exames a nível nacional. São assuntos candentes, são assuntos do dia.

Não há dúvida nenhuma de que a Escola Secundária da Ribeira Grande, à semelhança de Vila Franca, de Velas e outras escolas, precisa - e hão-de ter - as ampliações que lhe são necessárias.

Por a Secretaria saber como funcionam os estabelecimentos de ensino, é que ainda ontem reafirmei que não é justo colocar em pé de igualdade, realidades que são tão diferentes como aquelas que ainda ontem aflorávamos.

Há que parar com o "atirar de areia para os olhos" das pessoas!

Uma escola secundária como é o caso da Ribeira Grande, que funciona das 8 às 23,30 horas, tem este funcionamento, porque além dos cursos diurnos, tem também a funcionar cursos nocturnos.

Ela é uma escola que está preparada para funcionar, à partida, com 650 a 700 alunos; tem de dia 879 alunos, está dentro do que é aceitável. E à noite tem mais 244 alunos.

Não somemos as duas realidades para dizer que a escola está a rebentar pelas costuras, porque tem 1123 alunos.

Os alunos da noite vão à noite e os alunos de dia vão de dia.

Na minha visita a essa escola, tive oportunidade de acertar, nomeadamente com o conselho directivo da secundária, com o conselho directivo da preparatória, a eventual possibilidade - **se fosse caso disso** - de se transformar já a preparatória da Ribeira Grande, numa escola EB-2-3, com unificado, tal como se fez com a Canto da Maia ou com a Preparatória de Angra.

A Preparatória da Ribeira Grande funciona de modo exemplar e tem só 492 alunos. Portanto, nós estamos à vontade, mesmo na Ribeira Grande, para fazer os reacertos e o Sr. Presidente do Conselho Directivo foi o primeiro a admitir que ainda este, talvez não seja preciso mudar alunos para a escola preparatória. Mas se for, a gente faz! Mas talvez não será preciso.

O que é preciso é solidariedade, é preciso compreensão e é preciso que não se crie problemas onde não se devem criar, na área do complementar, abrindo frentes quando não se podem abrir, porque só se pode abrir frentes no complementar, quando o trinómio instalações/equipamentos/professores estiver devidamente contemplado.

Se não houver isto, não vamos abrir aqui situações que vão pôr em causa todo o restante funcionamento da escola. Se o fizermos, estaremos sim, criando problemas. E os nossos conselhos directivos, à semelhança dos conselhos directivos das escolas do continente, estão alertados de que é responsabilidade sua e dos conselhos pedagógicos, a abertura das áreas.

A Secretaria Regional da Educação não impõe, não diz para se abrir áreas. A Secretaria diz que se os srs. presidentes dos conselhos directivos abrirem áreas, indevidamente, serão chamadas à responsabilidade. Só o podem fazer com aquilo que tenham ao seu alcance e "quem dá o que tem, a mais não é obrigado"- é preciso que a gente todos compreenda isso!

No caso dos exames, e dentro desta solidariedade de que se falava que é preciso que exista para que os problemas se resolvam, o problema estava no facto de haver provas nacionais para os portugueses nascidos em Macau, no continente, na Madeira e nos Açores. Provas que começam às 7 horas da manhã, na Região Autónoma dos Açores

e há provas que começam às 11 da noite no território de Macau. Portanto com o desfasamento horário, há provas a começar às 7 horas da manhã e há provas a começar às 23 horas em Macau.

Qualquer alteração neste panorama, com a mudança para as 8 horas, colocaríamos provas (em Macau) às 24 horas - estas provas são em simultâneo, são provas nacionais; se passássemos para as 9 horas, estaríamos a colocar os portugueses residentes em Macau, a iniciar a sua prova à 1 hora da manhã!

É preciso ter bom senso nestas coisas!

Isto não é um problema de mais ou menos insistência, é um problema, sim, de razoabilidade e de solidariedade. Porque, ainda se tivermos em conta os dados, como eu tive agora nesta semana no Gabinete do Secretário de Estado, com o seu "staff" a trabalhar com os mapas e quadros na frente, quando temos nestas provas que são nacionais, nos Açores 762 provas (total de provas a efectuar nesta altura), contra as 89 mil 483 que se realizam no rectângulo, ou seja, no continente; se tivermos em consideração que durante 15 dias, que é o panorama em que se desenvolvem estas provas nacionais, nós temos às 7 da manhã (Altura da primeira prova deste calendário), 307 alunos repartidos por 15 dias (307 em 15 dias), a primeira prova a nível nacional, tem 34 mil 310 alunos. Tirem as vossas conclusões.

É neste sentido que eu julgo que a afirmação do Director Regional da Educação, em relação a este assunto, é tecnicamente correcta, mas muito infeliz sob o ponto de vista político, fruto de uma inexperiência política de quem há 3 meses tomou a seu cargo uma área muito difícil, mas que não põe em causa a seriedade das diligências que foram feitas a todos os níveis.

Temos que aceitar, efectivamente, a realidade nua e crua das coisas. E, portanto, com aquela verticalidade que honra a autonomia que em boa hora aceitámos. Saber apresentar os problemas, saber colocar as dificuldades, saber insistir até onde se pode insistir. Mas no momento certo, dizer "basta!", compreende-se porque dá-nos oportunidade, em outra altura, de poder continuar a sair por cima. E isto não tem nada a ver com autonomias mais ou menos fundamentalistas que se preocupam com o "dobrar ou não de espinha". Não tem nada a ver com isso!



Tem a mover com outras coisas muito mais sérias! E convenhamos que em relação - para pôr fim a esta problemática dos exames - ao que foi dito ultimamente, há que fazer aqui uma correcção entre aquilo que é a nossa informativa do Sr. Ministro da Educação, que eu recebi às 19,25 horas do dia 25 - por isso é que eu não estive aqui no primeiro dia de trabalhos - e aquilo que foi divulgado pela nota de serviço de imprensa do Gabinete do Sr. Ministro da República.

É que, efectivamente, o Sr. Ministro da Educação nota que enviou a mim e também enviou ao Sr. Ministro da República, diz concretamente que "no caso dos exames nacionais referidos no ponto 3" - são estes que nós estamos a falar que começam às 7 horas - " este desfasamento horário é maior, porém, considerando o número muito reduzido de alunos que está envolvido e o enorme transtorno que provocaria a sua alteração, em todas as escolas do País, nesta altura do ano, em que o serviço de exame já está estruturado, optou-se por realizar as referidas provas nos horários inicialmente previstos.

Caso se venha a verificar algum prejuízo pontual, admite-se corrigi-lo na segunda fase de exames.

O número de alunos da Região Autónoma dos Açores, candidatos à primeira fase, distribuídos pelos 15 dias de exame, é reduzido.

No que foi divulgado à imprensa - diz respeito a esta nota - diz-se, em relação a este assunto, o seguinte:

"Em relação aos exames nacionais que não são de acesso ao ensino superior " - reparem - "exames que não têm sido postos em causa e se destinam unicamente a um reduzido número de alunos que se auto-propõem e são os do ensino não regular e oficial, mantém-se a hora inicialmente fixada, já que uma eventual alteração provocaria desproporcionados transtornos em todas as escolas secundárias do País. Todavia, ainda assim, as autoridades competentes têm o compromisso de corrigirem a situação desfavorável na segunda fase, se a experiência o justificar".

**Exames que não têm sido postos em causa:** meus amigos, são precisamente estes exames que estiveram em causa, são estes exames, porque nós nos batemos sempre, ou seja, às 7 horas da manhã.

Na prova de aferição já estava decidido há muito que esta começaria às 8 e meia, passa pelas especiais reajustadas pelo Conselho Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Superior para as 10 horas e acaba por dizer que em relação às das 7 horas, em que não se punha o problema, não se muda. Porém, estas foram em que sempre se pôs o problema e retenham isto: **não houve nenhuma alteração!** As provas fazem-se à hora que estavam marcadas e fazem-se pelos motivos que aqui vos invoquei.

Retomando o assunto das dificuldades transitórias que as nossas escolas passarão, é algo que é perfeitamente delimitada no tempo, que decorre, nomeadamente, do alargamento da escolaridade obrigatória de 6 para 9 anos e da adopção de um sistema de avaliação não tão selectivo e de índole mais flexível e formativa. Não ocorrerão passagens automáticas de ano, à excepção do 1.º, os alunos não serão expulsos da escola, por excesso de faltas injustificadas antes de atingirem a idade limite dos 15 anos, mas podem e vão mesmo reprovar se não forem minimamente assíduos, ficando retidos no mesmo ano de escolaridade, correndo o risco de não obterem o diploma do 9º ano e até, no limite, de ser-lhes negado o próprio certificado de frequência.

Para o 2.º Biénio do plano ficarão, nomeadamente, as novas e tão necessárias EB-2-3 + Ensino Artístico de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo mais a Escola Secundária da Horta, respectivamente dotadas com verbas que a todo o tempo poderão ser melhoradas, como se impõe, com a entrada em funcionamento de um novo quadro comunitário de apoio.

A formação acreditada de docentes e do pessoal auxiliar, administrativo e operário, no âmbito dos programas FORMAC e AGE, à orientação escolar e profissional, à inovação educativa com especial enfoque para as componentes regionais dos programas e currícula e ao reequipamento de determinadas áreas da educação e do ensino serão cometidos todos os meios disponíveis.

Impõe-se continuar a apostar na Educação para todos, com relevância para os sectores do combate ao analfabetismo, entretanto reduzido de 22,6% para 14% e da melhoria do apoio aos alunos com necessidades educativas especiais.

Na Cultura e no Desporto, face à exiguidade das verbas que, infelizmente, lhe estão cometidas, pelos imperativos já anteriormente referidos e como única forma de não se colocar em causa todo o esforço efectuado ao longo dos últimos anos, espelhado em

contarmos hoje, nomeadamente, a título exemplificativo, 149 Escolas de Formação Coral, de Música de Filarmónica e de instrumentos de Corda, ou de já termos conseguido alargar, este ano lectivo, os Jogos Desportivos Escolares ao 3º ciclo do Básico, simultaneamente com o aumento de 28% no que toca a praticantes de 30 modalidades de desporto, quando em 85 só contávamos com 17, há que diversificar as fontes de financiamento, pondo progressivamente termo ao denominado "Estado Providência". Para apostarmos em Redes de Leitura Pública ou de Centros Culturais, para continuarmos a investir nas instalações que faltam, não obstante o muito já construído, no apoio aos Clubes, na Formação, no enquadramento Técnico ou no Desporto Recreação impõe-se mais envolvimento das autarquias, melhor acesso aos fundos comunitários e uma maior participação da sociedade civil.

Mais do que nunca alternativas como, contrato programa com as autarquias ou outras instituições, um mecenato desportivo regional, uma "Série Açores", em tudo idêntica e com a mesma dignidade dos nacionais, a adopção de um certo tipo de jogo (Bingo), imposto sobre o tabaco, autonomia financeira para os Parques Desportivos Regionais ou a criação de uma "Fundação para o Apoio às Actividades Culturais" ou à "Alta Competição", no campo do desporto, vão tendo toda a premência em tornar-se realidade.

Só com um envolvimento e com responsabilização maiores é que conseguiremos criar melhores condições para todos e cada um dos nossos concidadãos com a aposta nos jovens sempre presente no nosso horizonte de preocupação a curto, médio ou longo prazo.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do Governo e do PSD)*

**Presidente:** o Sr. Deputado Francisco Sousa naturalmente pediu a palavra para pedir esclarecimentos.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Ouvi V. Ex<sup>a</sup>. com toda a atenção e vou começar por um dos pontos que aqui vimos falando desde ontem.

Escola Secundária da Ribeira Grande - e vou citar um "fax" que recebi que foi dirigido e assinado pelo Sr. Presidente do Conselho Directivo desta escola, endereçado a mim - "Deputado Francisco Couto de Sousa, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores" (para que não haja dúvidas), datado de 25/05 e que diz o seguinte num dos vários pontos:

"Recordar que nos encontramos em situação de rotura, porquanto a escola foi dimensionada para 600 alunos e no presente já são mais de mil os que a frequentam.

Os actuais edifícios são incaracterísticos, mal construídos, beneficiaram já de algumas avultadas reparações que devem ter ultrapassado o custo inicial e não consta que tenham sido entregues, antes foram considerados ocupados de há treze anos a esta parte.

Não há infra-estruturas desportivas, a não ser um ginásio, nele funcionando em simultâneo, três tempos lectivos, onde chove com frequência e cujo piso, já melhorado, não oferece as condições de segurança desejáveis". Diz-se ainda:

"O famigerado parque desportivo é uma incógnita, sucessivamente adiada.

Em 1992 fomos convidados a elaborar um documentos preliminar de estudo sobre o aumento de salas de aula.

Já no decurso de 93, o Sr. Secretário Regional da tutela, em audiência, prometeu que seríamos obsequiados apenas com uma das infra-estruturas necessárias e urgentes: ou o parque desportivo ou a ampliação da escola.

No dia 12 p.p., porém em visita oficial ao estabelecimento de ensino, nos declarou que por opção governamental, a médio prazo, nem uma nem outra seriam contempladas.

O regime de funcionamento é de Segunda a Sexta-feira, das 8 às 23,30 horas, ininterruptamente, e ao Sábado até às 14,00 horas.

Professores há que somente têm o Domingo como dia de folga, pelo que não é possível satisfazer totalmente as exigências que decorrem do Estatuto da Carreira Docente.

No próximo ano lectivo, será provável a matrícula e/ou frequência de alunos do 7º ano de escolaridade, residentes na área da cidade da Ribeira Grande, para outros estabelecimentos de ensino.

A maioria das salas não comporta mais de 25 alunos e algumas nem tanto. Outras, com efeito, são resultado de subdivisão das primitivas".

E podia citar tudo, mas cito apenas estas partes, para ter resposta.

V. Ex<sup>a</sup>. falou em mudança de estratégia, porque em devido tempo, o PEDRAA não contemplou as verbas que devia ter contemplado para construções escolares. Porque nessa altura, as grandes frentes eram a Vitorino Nemésio, a Lagoa e Madalena do Pico.

Hoje, e agora, as grandes frentes são apenas, a Vitorino Nemésio e a Universidade. Lagoa, nem se fala e o Pico deixou de ser "grande frente". Deve ser agora uma "pequeníssima frente".

V. Ex<sup>a</sup>. falou em ampliação de escolas que **não constam dos documentos que estamos a discutir** no Plano para 1993 e no Orçamento para 1993. Já ontem o afirmei e hoje repito:

**Fala em obras que não constam dos documentos para o presente ano.**

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** No que diz respeito aos exames, penso que estamos conversados, quando V. Ex<sup>a</sup>. diz que foram mais do que infelizes as declarações do Sr. Director Regional. Só que disse que ele não tem experiência. Pois se não a tem, é pena, porque não devia ter vindo para um lugar onde é preciso **alguma** experiência, no mínimo.

E por isso, cito as afirmações que ele fez na passada Segunda-feira, em P. Delgada, pois V. Ex<sup>a</sup>. uma das frases que utilizou foi o "avanço da reforma do sistema educativo na Região", que segundo diz o Sr. Director Regional da Educação, será o seguinte:

"Estamos a atravessar um período muito mau, de saturação do sistema de ensino..."

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se, agradeço que procurasse terminar rapidamente.

**O Orador:** Doze segundos chegam, Sr. Presidente.

"...porque não há possibilidade de crescimento da rede em termos de instalações, até 95/96.

A actual rede vai ter que suportar o aumento dos alunos do 2º e 3º ciclos, dentro dos parâmetros legais que são 33 alunos por turma".

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

V. Ex<sup>a</sup>. trouxe à colação o problema dos exames. E nós vamos colocar uma questão que pensamos que não foi equacionada.

Não seria de a Região procurar fazer com que pudessem haver provas específicas para a Região Autónoma dos Açores. E V. Ex<sup>a</sup>. que é um homem do ensino, saber perfeitamente que o nível de dificuldade duma prova, pode ser exactamente igual, sem que se ponha em causa a mesma prova.

A concepção do exame nacional é uma concepção que muitos combateram e que neste caso concreto vem mostrar perfeitamente que toda essa problemática deve ser analisada profundamente.

Em relação ao problema da Escola da Ribeira Grande, quem criou as expectativas anteriores foi o Governo Regional. Esta é uma realidade que - estou convencido - indesmentível.

Um aspecto acerca do qual eu gostaria de ter ouvido algum pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>., seria em relação à fixação de professores. E não me apercebi que o assunto tenha sido referido.

Finalmente, em relação às Flores, há um assunto que já várias vezes temos debatido, ou seja, a possibilidade de ser implementado o 2º ciclo do Básico no Concelho das Lajes das Flores.

Neste momento, em que estão a ser disponibilizados edifícios em abundância neste concelho, é lamentável que esta hipótese continue a não ser colocada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires para pedir esclarecimentos.

**Deputado Duarte Pires (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Gostaria de lhe colocar duas perguntas.

A primeira é no sentido de saber quais são os critérios de apoio às infra-estruturas desportivas, pertença das colectividades. E se o Sr. Secretário pode garantir que os mesmos são isentos e justos?

A segunda pergunta prende-se, em certa medida, com a série regional dos Açores. Efectivamente, verifico que o Governo teima, de certa maneira, em continuar a propalar essa medida. E tanto quanto é do meu conhecimento, nomeadamente em relação às colectividades da Ilha Terceira que militam na série nacional, até já participei em alguns debates sobre essa temática e nenhum dos clubes - pelo menos os que militavam na série nacional - pretendia assumir tal medida, porque entre outros factores que eram interpretados como sendo prejudiciais às colectividades, obviamente que um ressalta entre todos que é o facto de tal medida trazer um maior isolamento ao desporto regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, esta é uma área que eu não domino, mas como Deputado eleito pela Ilha do Faial, tenho assistido a muita preocupação à volta deste tema.

A primeira questão é praticamente telegráfica e diz: CIFOP, o quê aqui no Faial, em que instalações e que relação poderá isso ter com professores ou formação de professores de Educação Física?

A segunda questão é uma pergunta de leigo nesta matéria, mas refere-se aos horários dos exames. Eu não compreendo por que é que tem que ser tudo à mesma hora.

Seria possível fazer às 16 horas em Lisboa, por exemplo, o que daria 8 da manhã em Macau e 4 da tarde aqui?

Será que o nosso império ficaria de rastos por causa disso?

Foi pensada essa possibilidade ou tem de ser à mesma hora, nem que seja de madrugada para ser igual em todo o lado e ao mesmo tempo?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça, também para pedir esclarecimentos.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Ontem, no debate subsequente à intervenção que estabeleci aqui com o meu colega João Cunha, quando eu questioneei sobre a questão da inexistência de qualquer verba para construções escolares na Graciosa, ele próprio disse que o Sr. Secretário, com certeza que falaria nisso na sua intervenção de hoje. De facto não falou, eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso. Ou seja, o facto de não existir qualquer verba para construções escolares na Ilha Graciosa.

Em segundo lugar, outro aspecto que nos preocupa imenso, é a questão do incentivo à fixação, nomeadamente e no seu campo de docentes.

Eu queria deixar o seguinte alerta aqui:

No âmbito do Ministério da Justiça, passou-se justamente a mesma coisa em determinado momento, com juízes e com conservadores e notários.

Existe um Decreto que, se não me falha a memória, é o 67/87 que tem uma medida desta natureza: todos os conservadores e notários que sejam fixados nas Regiões Autónomas, têm um acréscimo de tempo de serviço em 5%.

Eu penso que uma medida desta natureza é muito mais susceptível de criar disponibilidade das pessoas para se fixarem, por exemplo em St<sup>a</sup>. Cruz da Graciosa ou no Nordeste, do que propriamente dar-lhe 30 contos, porque hoje em dia, vale muito mais, quando a pessoa for para a reforma, ter uma diminuição de 4 ou 5 anos de serviço, do que X contos que recebeu ao longo do ano.

Eu queria saber se a Secretaria já diligenciou algo nesse sentido, mais concretamente para tentar incentivos de fixação, em matéria de redução de tempo de serviço, junto da Caixa Geral de Depósitos, tal como foi feito pelo Ministério da Justiça.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando pelo fim, eu esclareceria o Sr. Deputado Carlos Mendonça, no sentido de que não há, efectivamente, verbas para construções escolares de raiz na Graciosa, porque face à definição de prioridades, qualquer uma das escolas daquela ilha - e não



estão em causa as intervenções futuras - neste momento não têm urgência em que essa intervenção ocorra.

Eu não quis dizer ao Sr. Deputado quantos alunos é que a escola C+S da Graciosa tem. O Sr. Deputado sabe perfeitamente quantos são. E a primária de St<sup>a</sup> Cruz terá obras que serão feitas dentro do reordenamento da rede e com a extinção duma determinada escola que temos vindo a acertar e quando isso ocorrer, efectivamente, poderemos fazê-lo.

Se isso não acontecer, por enquanto, as coisas terão de continuar a funcionar como estão, porque há outros sítios onde a situação é mais gravosa. Isto não põe em causa que estas coisas se venham a fazer, como também determinadas intervenções pontuais que terão lugar na escola C+S da Graciosa.

Quanto a incentivos de fixação, o Ministério da Educação começou este ano, há cerca de dois meses, a trabalhar em todas aquelas áreas que nós temos vindo a defender, de há alguns anos a esta parte.

Os Srs. Deputados têm presente - eu já o disse aqui - qual era o leque de alternativas àquele que é o único subsídio que existe no País e que foi por nós começado, aqui e que consta de apoiar, como sabem, os grupos, subgrupos, disciplinas ou especialidades mais em falta na nossa Região e que tem dado efeitos.

Progressões na carreira, acesso a licenças sabáticas, acesso à formação contínua privilegiado, crédito para a habitação, todos um conjunto de medidas alternativas que implicam com passagens à reforma mais cedo, tem a ver com a Caixa Geral de Aposentações, estão neste momento a ser equacionadas com a respectiva área do Ministério.

As provas da Universidade não podem ser provas como o Sr. Deputado Paulo dizia, não podem ter o cariz que lhe estava a imprimir.

As provas específicas são provas de acesso ao ensino superior e, portanto, cada universidade faz as suas provas. A Universidade dos Açores faz as suas, a Universidade do Minho faz as suas, a Universidade do Algarve faz as suas. São provas que são elaboradas pelo ensino superior e, portanto, não podem ter o cariz que lhe estava a imputar.

Não podemos ter provas em horários diferentes, como o Sr. Deputado sugeria, porque hoje os "faxes", os "telex", os meios rápidos de comunicação, num instante, poriam em causa e em risco, o sigilo duma prova a nível nacional. Estas provas são feitas para **aferrir o sistema** ou para obter determinados objectivos e, portanto, isso era um risco muito grave que não se pode correr.

Não me vou alongar sobre a Escola da Ribeira Grande, porque toda a demagogia está subjacente a isso e o aproveitamento político que se tem feito disso, não merecem mais comentários.

Eu tenho dito que não se mistura política com soluções técnicas de quem está à frente dos destinos das nossas escolas.

Em relação ao Pico, a escola terá o encaminhamento possível, não está de forma alguma posto em causa que tem que continuar.

Em relação ao número de alunos invocado pelo Sr. Director Regional da Educação, 33 alunos é perfeitamente legal. As escolas em P. Delgada, muitas delas, ainda estão com números que se situam abaixo disso, mas também já outras escolas, como a das Laranjeiras, que também se disse durante muito tempo que só tinham capacidade para 25 alunos por sala e neste momento, tem 34 alunos - um a mais do que a lei permite.

**Presidente:** Sr. Secretário agradecia que terminasse porque já esgotou o seu tempo.

**O Orador:** E o insucesso escolar, ao que eu saiba, não diminuiu nessa escola, pelo contrário, tem vindo a aumentar todos anos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Se implementar a reforma do sistema educativo na Região, aumentar o número de alunos por turma, não ter professores mais habilitados, ter instalações supersaturadas, então podemos avançar com este tipo de reforma, porque o Governo também terá de ser reformado nessa altura.

Gostaria de colocar-lhe algumas questões que há pouco não tive oportunidade.

V. Ex<sup>a</sup>. falou que iriam haver apenas passagens automáticas, se bem entendi, no 1º ciclo. Elas vão existir em muitas escolas, porque infelizmente, estas não tiveram

informações convenientes e adequadas sobre a avaliação do sistema educativo e não tiveram capacidade de pô-lo em prática, porque não tinham instalações, equipamentos, materiais, horas extraordinárias a pagar aos professores, não tiveram condições para isso. E se eu obtiver resposta ao requerimento que dirigi a V. Ex<sup>a</sup>., poderemos naturalmente discutir essa matéria, em altura oportuna.

Quanto ao certificado de frequência, ele será negado, mas a quem não está inserido na reforma, porque quem está inserido nela, tal como diz o despacho enviado pelo Sr. Secretário de Estado, ninguém deixará de ter o certificado de frequência, consoante esteja ou não frequentando a escola, desde que o faça.

Quanto ao analfabetismo, de facto, já baixámos para 14%, mas não ouvi V. Ex<sup>a</sup>. propor uma única medida para o próximo quadriénio, com vista a esta diminuição para números aceitáveis.

No que diz respeito ainda a uma matéria que não tocámos, que é a Biblioteca Pública de P. Delgada, como V. Ex<sup>a</sup>. sabe, não há **um escudo** neste Plano de 1993, para o novo edifício.

O que é que vai acontecer? As obras vão parar? A empresa fecha e anda?

No que diz respeito ao actual edifício, como V. Ex<sup>a</sup>. sabe, levou seis meses a fazer a electrificação do rés-do-chão. Para se fazer a electrificação do 1º andar, vamos fechar a Biblioteca Pública de P. Delgada durante quanto tempo?

Ela tem que fechar, obrigatoriamente, para se fazer a electrificação.

No que diz respeito ao edifício dos Clérigos, sabe-se que é húmido, sabe-se que é mau, sabe-se que é péssimo e tem aqui uma verba irrisória de mil e tal contos. Isto deve ser para pagar a factura do ano passado, porque este certamente não se vai gastar lá mais nada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes também para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu há pouco, provavelmente expressei-me mal, porque o que eu queria dizer, exactamente, é que poderiam as provas iniciar-se, simultaneamente. E não se punha o problema dos "telex" e de desenvolvimento tecnológico. Ou seja, iniciavam-se às

16,00 horas nos Açores; nessa altura eram 18,00 horas em Lisboa que ainda são boas horas de fazer uma prova e eram 8 horas da manhã em Macau - isto é simultâneo. Portanto, não estou a ver como é que os "faxes" funcionavam nesta simultaneidade.

Era esta a questão que eu talvez não tenha explicado bem há pouco.

E já agora, voltaria a perguntar ao Sr. Secretário o que referi há pouco sobre o CIFOP da Horta que não foi respondido há pouco.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não fujo a nenhuma resposta, mas o espartilho do tempo é que impede de responder a tudo como queria.

O problema que o Sr. Deputado colocou foi visto, simplesmente, a existência extranacionais, desde as 9 às 17,00 horas, a nível nacional, e as articulações têm que ser feitas com transportes, CP, metro, Carris, etc. e por isso não permitem esse tipo de solução.

Professores de Educação Física é algo que passa por uma decisão do Senado universitário. Não tem a ver com tomadas de posição deste ou daquele governo. Há determinados factores que estão em jogo, o Senado universitário, dentro da sua autonomia, decidirá onde, quando e como as coisas deverão funcionar.

Série Açores, não significa menos qualidade. Pelo contrário, pode melhorar aquilo que é o desporto regional, por uma maior competição e garante-nos à mesma, o acesso à 2º B-nível nacional, em outras condições e onde a gente pode aprender outras coisas. Não se está a aprender nada com isto desta maneira. Está-se a viajar de um lado para o outro a aprender muito pouco. E muito pouca gente vai aos estádios, porque o espectáculo muitas vezes não tem nada que se veja.

Portanto, pensemos todos em empenharmo-nos todos um pouco nisto.

Em relação à reforma, esta é implementada à medida das nossas possibilidades, tal como é implementada à medida das possibilidades que existem no continente, da mesma forma. Nem mais nem menos devagar. E portanto, as coisas hão-de ir andando, hão-de ir sendo introduzidas, dentro das possibilidades que efectivamente

existem no sistema. E isto não põe em causa as melhorias e que elas sejam introduzidas, quando possível, quando existam condições para isso.

Analfabetismo, sim senhor. Como medidas já para este ano, introdução das unidades capitalizadas, alargadas ao secundário, nas escolas que o possam fazer.

A nível de básico, mantém-se o que estava. Temos unidades capitalizáveis até ao 9º ano, combate ao analfabetismo na escolaridade obrigatória e já pontes para a fase seguinte que é unidades capitalizáveis a nível do secundário.

A nível da Biblioteca Pública de P. Delgada, a mesma está contemplada, como está contemplado o Museu de Angra e o avanço das obras, mais ou menos lento, depende dos reajustamentos que forem feitos com as firmas que estão a construir essas instalações.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Duarte Pires (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Era só para permitir que o Sr. Secretário respondesse à minha primeira pergunta, ou seja, aquela que se prende com os critérios existentes de apoio às infra-estruturas desportivas pertença das colectividades privadas. E se o Sr. Secretário está em condições de garantir que os mesmos são isentos e justos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu pedir ao Sr. Deputado o favor de repetir a pergunta, porque confesso que não apanhei a sua totalidade.

**Presidente:** Então eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Duarte Pires para repetir a pergunta e depois daria a palavra ao Sr. Deputado Francisco Sousa e esta repetição vamos considerá-la fora de programa.

**Deputado Duarte Pires (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito pausadamente eu repetiria:

- Quais os critérios de apoio às infra-estruturas desportivas pertença das colectividades privadas e se o Sr. Secretário pode garantir que os mesmos são isentos e justos?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu julgo que não analfabetismo no ensino superior. Eu falei em analfabetismo e esse, sejamos muito claros, sabemos do que é que estamos a falar, portanto o Sr. dê-me a resposta se quiser dar correcta.

Eu não queria fazer nenhuma afirmação do género, ou seja, de compará-lo com o Sr. Dr. Azevedo Rosa que por aqui passou, de má e triste figura que fez nesta Casa, que é de não ler os papéis.

Eu não encontrei aqui - já agora peço que me diga! - onde é que está a verba para a continuação das obras do edifício da Biblioteca Pública de P. Delgada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Posso garantir ao Sr. Deputado Duarte Pires que os critérios de apoio às colectividades desportivas, são (nós esforçamo-nos por isso!) os mais isentos e são publicitados em Jornal Oficial e, portanto, acho que não se pode ser mais justo. Toda e qualquer pessoa pode ler e ver, questionar e tentar obter os seus esclarecimentos. Está tudo lá.

Em relação ao analfabetismo que o Sr. Deputado Francisco Sousa refere, nós sabemos bem de que é que estamos a falar. Portanto, não temos aqui nenhum jogo de palavra vã.

O combate ao analfabetismo faz-se da forma como se tem vindo a fazer até agora. E a isso, acrescenta-se a possibilidade das pessoas que se tornam alfabetas, depois de terem a sua escolaridade básica, poderem continuar - e é isso que nos pedem agora.

Quem já se tornou alfabeto poderá continuar com as unidades seguintes, ou seja, continuar como isso.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** E os 14%?

**O Orador:** Quanto aos 14% continua-se a fazer o apoio que se fez até agora, ou seja, possibilitar a quem não tem o 1º ciclo fazê-lo, quem não tem o 2º ciclo fazê-lo e quem não tem o 3º fazê-lo.

Acho que mais claro que isto não pode haver.

Quanto à Biblioteca Pública a resposta já foi dada pela bancada do Partido Social Democrata, quando disse que o não desagregado funciona para estas outras coisas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para pedir esclarecimentos.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas uma informação que eu desejava do Sr. Secretário:

Em quanto é que avalia o montante que será dispendido nas obras da nova Biblioteca Pública, neste orçamento?

Agradecia que me desse uma informação aproximada do valor que será dispendido.

E já agora registo que não deu algumas respostas a questões que foram formuladas também sobre a mesma instituição, pelo Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O montante aproximado depende, efectivamente, do acordo a que se chegar com o empreiteiro, quanto ao ritmo da obra.

Gastar-se-á aquilo que for acordado no contacto que se fizer para o prosseguimento dos trabalhos que queremos prosseguir. Mas à medida das nossas possibilidades. Portanto, não lhe dou montante nenhum agora, porque esse trabalho está a ser feito neste momento, com esse e outros empreiteiros.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para pedir mais esclarecimentos, naturalmente.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu gostava de saber qual é o ritmo que o Sr. Secretário deseja que essas obras tenham no próximo ano e até quanto - porque é só isso que pode estar em causa, não percebo por que é que o Sr. Secretário não diz claramente aqui - é possível ao Governo Regional gastar no próximo ano?

Ou o Sr. Secretário omite à Assembleia informações, por causa de segredos de negócios?! certamente que não!

Todos os deputados têm direito a saber da verba não desagregada - e não sei por que é que estava não desagregada - e até quanto é que a Secretaria pode gastar no decurso da execução orçamental do próximo ano!

Não vejo nenhuma razão para V. Ex<sup>a</sup>. não nos formular aqui, uma informação mais concretizada sobre esta matéria. A não ser que não queira ser julgada, nunca!

Depois vem dizer que foram negócios entre empresas, que não tem nada a ver com política.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não há aqui sonegação nenhuma de informação e o Sr. Deputado ler tão bem como eu!

Os limites são os do Plano, as verbas são as que estão no Plano. Os acordos é que irão implicar que esta ou aquela obra possa ou não avançar a este ou àquele ritmo.

Os limites estão no Plano, os Srs. têm os números, portanto, é ler e ver os números que lá estão!

**Deputado Carlos César (PS):** Se são verbas não desagregadas, podem servir para isto ou para outra coisa!

**Presidente:** O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para?

**Deputado Francisco Sousa (PS):** É para uma interpelação à Mesa, se possível, Sr. Presidente.

**Presidente:** Faça o favor, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Agradecia que o Sr. Presidente da Assembleia me dissesse - se é possível - no documento que estamos a discutir, na parte do "não



desagregado", onde é que está a afirmação feita pelo Sr. Secretário e ele diz que a sua bancada também o fez.

Já li e reli e o Sr. Secretário insiste. Posso estar a ler mal e agradecia que a Mesa me dissesse, no documento que estamos a discutir, onde é que está escrito aqui o que o Sr. Secretário acabou de dizer?

**Presidente:** Sr. Deputado, a Mesa não tem possibilidade de, imediatamente, lhe responder. Primeiro, porque temos aqui quatro volumes sobre este trabalho e é evidente que quem tem que responder às questões postas pelos Srs. Deputados, são os Srs. Membros do Governo, os Srs. Deputados que sejam interrogados sobre esta matéria e que responderão, de acordo com aquilo que julgarem que é útil e de acordo com aquilo que entenderem dever responder.

O julgamento sobre essa resposta, cabe aos Srs. Deputados, no caso concreto da oposição, que depois construirão as suas argumentações sobre esta matéria.

Portanto, a Mesa também não pode ser interpelada sobre questões que digam directamente respeito ao debate, porque essas se fazem entre o Governo, o partido que suporta o Governo e os partidos da oposição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos, naturalmente.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para pedir e dar esclarecimentos.

No "não desagregado" não consta **nenhuma verba** para a Biblioteca Pública de P. Delgada!

Pergunto ao Sr. Secretário, pergunto ao Grupo Parlamentar do PSD, **onde é que está escrito?**

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se é "não desagregada" não está lá escrita como uma obra, pelo amor de Deus!

Eu não vou repetir aquilo que já disse, ou seja, a feitura das obras e o ritmo que vão seguir, é aquele em que se chegar a acordos que têm que ser feitos em todas frentes: na educação, na cultura, no desporto.

Nós estamos a aprovar o Plano com os elementos todos que lá estão e estão lá todos, como devem estar!

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 11,55 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 12,20 horas)*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para uma intervenção.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de vos dar uma nota prévia, suscitada há pouco pela intervenção do Sr. Deputado Gaspar da Rosa.

Srs. Deputados:

Eu nunca discuti os métodos de intervenção política utilizados por outros. No caso vertente, e que serviu para a introdução da intervenção de V. Ex<sup>a</sup>., Sr. Deputado, dando-lhe o realce que entendeu, gostaria de comunicar a esta Assembleia a minha perplexidade pelo argumento invocado, ou seja, os Deputados Regionais estariam limitados na sua acção, não podendo tratar de assuntos que digam respeito ao Governo da República.

Sem outros comentários e respeitando a opinião de V. Ex<sup>a</sup>. que considero restritiva e redutora, informo esta Câmara que só quem não leu o meu requerimento, é que pode interpretar erradamente o que se pretende, que é tão somente, pedir ao Sr. Presidente do Governo Regional que, se assim o entendesse, usasse os seus bons ofícios, junto

da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, no sentido de apressar a resolução duma situação que V. Ex<sup>a</sup>. sabe, segundo creio, ser caótica.

Como pude verificar nas duas últimas semanas, com os agricultores do Concelho a afluírem em número **invulgar** àqueles serviços, por causa das certidões matriciais que tinham de entregar nos Serviços de Desenvolvimento Agrário. Por isso a minha intervenção preocupada.

Julgo que se não tivesse sido apresentado, em termos, o Sr. Presidente desta Assembleia não o teria aceite.

Refiro que a data de entrada do mesmo, é de 21 de Maio e não do dia em que foi lido, como erradamente, podem julgar aqueles ou alguns Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**"Notícia de uma visita que não teve notícia"**. Era este o título de um artigo publicado num jornal matutino dos Açores em 1985, comentando a visita oficial do governo de então à Ilha Montanha.

Tal como nessa altura, o desalento parece imperar e hoje também poderíamos comentar a respeito dos documentos em discussão nesta Câmara: "Plano dum Governo que não tem Plano..."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A seriedade e responsabilidade que procuramos imprimir à nossa actuação política, não é impeditiva de algum humor como atrás foi feito.

Em relação ao Plano a Médio Prazo 93/96 que estamos discutindo e analisando, neste particular com referência à Ilha do Pico, chegamos infelizmente a uma triste conclusão: Foi demasiado tempo para gerar tão raquítico Plano. É que, embora nem sempre tal aconteça, neste caso a culpa desse raquitismo só pode ser imputada aos seus "progenitores" - a maioria Regional e a da Assembleia da República.

Fica-nos uma frustração inqualificável. Porque será, Senhores Deputados?

Rigorosamente por isto: O governo abusando da "boa fé da maioria" que **ainda** o suporta neste Parlamento - pois estamos convictos de que os Senhores Deputados do PSD, pelo menos os da Ilha do Pico, estão tão frustrados como nós - utilizou o conhecido expediente dilatatório: pedido de prorrogação do prazo de apresentação dos Planos e Orçamento, dando como justificação entre outras, a necessidade de mais

tempo para negociar com o governo da República o aumento da verba de transferências para a Região, que compensasse a perda de receitas sofrida pela Região com a ruptura dos acordos Internacionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS nessa altura, e já anteriormente, havia afirmado: a Solidariedade do Governo da República com a Região Autónoma dos Açores, não se vislumbra, a não ser aquela que nós enjeitamos e que, ao que parece, Vossas Excelências adoptam - **o socorrer a indigência**. Como se previa, o pedinte - Governo Regional, não conseguiu a esmola do Avarento - Governo da República. Perdeu-se tempo e dinheiro...

É caso para se dizer:

Tenhamos alguma dignidade como políticos e como cidadãos!

Os artigos 93 e 99 do nosso Estatuto Político-Administrativo - e cito - referem claramente "a solidariedade nacional, **víncula o Estado** em suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade"; e o 99.º diz o seguinte: "de harmonia com o princípio da solidariedade nacional, o estado a dotará a Região dos meios financeiros que excederem a capacidade de harmonia com o princípio da solidariedade nacional, da mesma Região". Isso foi conseguido? Não, Senhores Deputados! É certo que o Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, em 1990, em documento confidencial, impunha aos Deputados do PSD na Comissão Especial de apreciação da Proposta de Revisão do Estatuto, na Assembleia da República, a eliminação pura e simples desses artigos, mas nessa época ainda terá havido alguma vergonha política por parte do PSD, que preferiu o "veto de gaveta" ao afrontamento directo ao seu Chefe. Os Açores perderam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As restrições que o Plano a Médio Prazo 93/96 impõem à Ilha do Pico são de tal ordem de grandeza que nem os sectores "mais afectos" ao Governo as aceitam. Só que mais uma vez e infelizmente para os habitantes do Pico, não há vontade política para assumir neste Parlamento as críticas que se produzem em privado...

Os sectores económicos e sociais da Ilha do Pico são, praticamente, unânimes em denunciar a **magreza das verbas** atribuídas à Ilha.

São os Agricultores e a sua Associação de classe que exigem:

- o cumprimento dos compromissos assumidos com a Lacto-Pico;
- a necessidade imperiosa de se remodelar convenientemente o Matadouro da Ilha, a cargo do IAMA, o que tarda a ser feito;
- o reclamado Fundo de Maneio a atribuir às Empresas de lacticínios para pagamento do leite aos produtores, com o fim de minorar assim uma das maiores aflições económicas que hoje sente **novamente** a lavoura da Ilha sem que seja atendida;
- a demarcação de zonas, quer do Verdelho, quer do queijo, com a criação de rótulos tipo; o apoio ao fabrico artesanal incentivando a qualidade e o estudo da implementação no Continente dum Entreposto de Frio da Região para a recepção dos lacticínios Açorianos;
- a criação dum novo Programa que **permita** a continuação de arroteias, análogo ao Programa que ora termina;
- a construção do Parque de Retém do Porto Comercial de S. Roque para escoamento condigno de gado vivo;
- a eterna questão do abastecimento dos cereais à Ilha, sugerindo-se de novo a construção de um Celeiro, como aqui há anos esteve previsto e não foi construído por razões desconhecidas;
- a sensibilização **para a necessária opção entre vacas leiteiras ou aleitantes** que deverá ser feita com rigor e com urgência;

Estas, algumas das medidas que sugerimos, dando voz aqui nesta Assembleia, aos Agricultores do Pico.

O meio empresarial da construção civil sente os efeitos nefastos das "loucuras" praticadas pelo Governo no último ano, noutras ilhas e vê-se manietado com a falta de obras e com as dívidas da Administração Regional por saldar.

Se não forem reforçadas as verbas, durante a vigência deste PMP, para a construção da **Escola Secundária da Madalena, do Quartel de Bombeiros das Lajes do Pico, da Protecção da Orla Marítima das Lajes do Pico e do Centro de Saúde de S. Roque**, ficaremos, com certeza, com mais estas "Capelas imperfeitas" a juntar ao rol interminável de pequenas obras da Administração Regional iniciadas e nunca concluídas.

Estudos e novos estudos são a panaceia deste Governo para velhas aspirações dos Picarotos: **Recuperação do Castelo de Santa Catarina, reparação da Igreja de S. Francisco nas Lajes do Pico (imóvel de interesse público regional), Convento de S. Pedro de Alcântara, Museu do vinho, Protecção do Molhe e arranjos da área envolvente do Porto Comercial do Pico e 2ª fase do cais acostável para passageiros no Cais do Pico, Defesa da Orla Marítima da Vila das Lajes do Pico, Aquisição do imóvel para ampliação do Museu dos Baleeiros, Construção das Casas do Povo de Lajes e Santo Amaro**, entre tantas outras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha do Pico vê a sua população diminuir. As causas são múltiplas. É frustrante verificar que mais de uma dúzia de médicos Picarotos da minha geração não estão no Pico por falta de aliciantes profissionais na carreira. Da fase em que se apostava nos Hospitais de Ilha, e bem, degenerou-se para os Centros de Saúde concelhios e Hospitais Regionais.

**E aqui faço um parêntesis: Quero recordar a acção política corajosa, desenvolvida pela então Senhora Secretária Regional dos Assuntos Sociais, Fátima Oliveira, hoje Deputada nesta Casa. É pena, contudo, Senhora Deputada, que a sua verticalidade política dessa altura, em relação ao Pico, não tenha sido acompanhada pelos políticos locais do PSD. O PS, contudo, sempre o tem defendido, pelos Deputados de Ilha nesta Casa.**

As consequências são estas: os médicos não se sentem motivados para irem para os pequenos Centros de Saúde. São heróis aqueles que teimam em o fazer.

Foi um grave erro da estratégia política decidida nessa área.

Nunca o calaremos nem o esqueceremos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixo a Vossas Excelências uma nota final.

Gostaríamos de referir algumas das poucas áreas que merecem o nosso apoio:

- o bom trabalho desenvolvido na área da Administração Florestal da Ilha e esperamos que continue no mesmo ritmo, pois somos dos que pensam que, como **complemento económico**, a vertente florestal ainda tem muitas virtualidades por explorar no Pico.

- a **Pesca**, com as **duas unidades** industriais da Ilha, sector que será objecto de tratamento autónomo pelo meu companheiro de bancada - Deputado Manuel Serpa;

- o **trabalho desenvolvido pelo GEPAP** em fase de extinção, pelo que esperamos que o antigo Posto Agrícola "Matos Souto" veja reanimada a sua actividade;

- o **programa desenvolvido e a desenvolver pela Protecção Civil** com o apoio das Corporações de Bombeiros da Ilha.

- o alargamento e necessário aumento da Pista do Pico agora incluída neste PMP;

Mas, mau grado nosso, tudo isso é muito pouco para darmos o nosso aval a estes Planos e Orçamento.

Os Picarotos não o aceitariam.

O Pico sem ter usufruído qualquer benefício, vai sofrer nestes quatro anos as consequências nefastas e restritivas da Política de desregramento Orçamental, praticada pelo anterior Governo.

Mais uma vez a crise económica na Ilha é-nos imposta por este PSD.

Não a criamos mas temos de a suportar.

E continuaremos a ser a "ILHA MAIOR NO SONHO E NA DESGRAÇA..."

Disse

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa para pedir esclarecimentos, naturalmente.

**Deputado Gaspar da Rosa (PSD):** É antes para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

O que está aqui em causa, não é o conteúdo do seu requerimento, com o qual estamos totalmente de acordo, porque sabe tão bem como eu quais são as condições em que labora a Repartição de Finanças de S. Roque do Pico.

O que está em causa, é sim, a escolha da sede própria para apresentar o requerimento. Julgo que não é à Assembleia Regional, mas sim à Assembleia da República. E porquê?

Porque, tal como todos os Srs. Deputados sabem, as Repartições de Finanças são tuteladas pelo Ministério das Finanças. E é através da Direcção Geral das Contribuições e Impostos que se fazem os movimentos, quer de colocação, admissão ou transferência dos funcionários.

Ora, eu entendi e continuo a entender que será através dum deputado da Assembleia da República, que essa diligência deve ser feita e dirigida a quem de direito.

É apenas este esclarecimento que eu pretendia fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Há algum tempo atrás como cidadão anónimo e expectador atento, embora sem quaisquer responsabilidades de natureza política, apercebia-me de que o debate do Orçamento e do Plano a Médio Prazo era dos momentos mais importantes na vida desta instituição, na medida em que aqui se definia o futuro colectivo dos açorianos numa perspectiva de curto e médio prazo.

É por isso com grande satisfação que participo neste debate, satisfação que se redobra pelo facto de verificar que a maturidade das propostas e de quantos nesta Câmara participam é bem diferente da realidade que vivíamos no início do nosso processo autonómico.

Passado o período da execução da maioria das infraestruturas fundamentais à recuperação do atraso secular em que se encontrava esta Região, - embora sempre sujeita a adaptações ao processo evolutivo das novas técnicas - encontramos-nos a discutir um documento que tem como objectivos fundamentais o fortalecimento da economia, a valorização dos recursos humanos e a melhoria das condições de vida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

É inegável que não podemos afirmar, sem demagogia, que este é um plano ideal.



Estou certo que todos, sem excepção, gostaríamos de discutir um documento cujas propostas fossem mais ambiciosas do que aquelas que este plano contém, pelo que numa primeira análise podemos manifestar alguma insatisfação.

Mas mais importante do que a excessiva ambição das propostas apresentadas - que por isso algumas vezes não são concretizadas - é o realismo com que foi elaborado, atendendo à conjuntura em que vivemos actualmente, e a perspectiva séria e responsável da sua efectiva exequibilidade.

De facto, deve ser preocupação fundamental deste Governo apresentar elevadas taxas de execução material quanto aos investimentos programados de forma a evitar a frustração de legítimas expectativas das nossas comunidades.

Esta proposta de Plano foi elaborada num período em que não havia completo conhecimento do novo quadro comunitário de apoio, havendo a fundada esperança de que o novo quadro seja mais favorável esperando ser possível, caso se confirmem essas expectativas, a revisão deste Plano numa perspectiva mais positiva para a Região.

Porém, é uma natural preocupação que tenha esta Região a necessária capacidade financeira para dar integral execução a esses fundos comunitários.

Esta preocupação baseia-se, por um lado, na quebra de receitas significativas resultantes dos Acordos Internacionais existentes e do enquadramento em que decorrem as actuais negociações da Base das Lajes.

Face a este novo enquadramento com presumíveis benefícios apenas para o Governo Central é da mais elementar justiça que haja uma efectiva solidariedade nacional traduzida num significativo reforço das verbas transferidas para a Região de forma a permitir minorar os efeitos negativos da não renovação do Acordo nos termos em que até agora tem vigorado.

Por outro lado, e em grande parte derivado de um crescente investimento em infraestruturas cujo funcionamento comportam elevados custos, verifica-se um aumento gradual das despesas correntes com a consequente diminuição de verbas para o investimento, situação que deve merecer a adopção e incentivação de políticas que permitam controlar esta eventual tendência.

O recurso ao endividamento como forma de garantir um satisfatório nível de investimento é uma das soluções para compensar a quebra de receitas; deve, no entanto,

ser muito ponderado e mantido em patamares de forma a não comprometer o futuro desta Região.

É, por isso, fundamental, mais, imperioso garantir e criar condições para um significativo acréscimo de receitas que devem resultar, em primeira instância, de um crescimento da economia regional.

Neste processo a participação dos agentes privados é determinante, e deverá desempenhar um cada vez mais importante papel no desenvolvimento sócio-económico da Região, competindo à Administração facultar os meios e criar reais condições de forma a estimular e incentivar essa sua participação.

O aumento da participação da iniciativa privada e o seu criterioso apoio contribuirá necessariamente para um aumento da produção regional e conseqüente aumento da riqueza e também para a manutenção dos postos de trabalho, condição básica para garantir a continuidade da estabilidade social que se vive na Região.

Por outro lado, e dentro deste capítulo, é fundamental que haja a preocupação de incentivar o funcionamento do mercado interno regional, necessitando-se para o efeito desenvolver dois importantes vectores: um de apoio aos agentes económicos privados que operam em cada uma das nossas ilhas; o outro que tem a ver directamente com a criação de uma eficaz rede de transportes marítimos, aéreos e terrestres que possibilite as necessárias trocas a custos compatíveis com a livre e cada vez mais agressiva concorrência que é provocada pela nossa plena integração na Comunidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O desenvolvimento de uma Região não pode, no entanto, na nossa óptica, ser encarado numa perspectiva exclusivamente economicista.

O factor humano tem cada vez maior importância no desenvolvimento e fortalecimento de qualquer economia, cujo processo produtivo é cada vez mais exigente no que respeita à qualificação, às habilitações e à capacidade intelectual do homem.

Nesta base deve ser uma preocupação que não pode ser descurada a criação de condições conducentes à permanente valorização dos recursos humanos que passa necessariamente e desde logo por todo um sistema educativo que permita uma boa preparação dos jovens como também pela valorização daqueles que fazem parte do mundo do trabalho a quem devem ser proporcionados meios para a sua cada vez melhor formação, maximizando as

disponibilidades financeiras comunitárias previstas no Fundo Social Europeu relevando-se a importância nesta área dos agentes privados e instituições representativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional: Sendo um Deputado Regional que fui eleito pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira sinto-me na obrigação de procurar defender o melhor possível os seus interesses e ser um dos interlocutores das legítimas aspirações do eleitorado que nos elegeu e procurar conciliá-los de uma forma serena e responsável com os das restantes ilhas numa perspectiva e em nome dos nobres princípios de unidade e solidariedade regional e do seu desenvolvimento harmonioso.

Tal postura resulta das honrosas responsabilidades que voluntariamente assumimos e das quais não nos podemos cómoda e levianamente demitir.

Nesta perspectiva consideramos conscientemente que as dotações inscritas no Plano embora contemplem alguns dos investimentos considerados fundamentais e prioritários para um progressivo desenvolvimento regional ficam no nosso entender - e no caso concreto da Ilha Terceira - aquém do que ambicionaríamos.

Mantemos, no entanto, a esperança já anunciada de que o novo quadro comunitário de apoio preveja um maior reforço de verbas e esperamos que a criteriosa e rigorosa execução material do plano que acompanharemos com a maior atenção e empenho possibilite a realização concreta e efectiva dos investimentos programados.

De entre os investimentos que reputamos de grande interesse para o desenvolvimento regional salientamos, por um lado, o relacionado com a Zona Industrial da Praia da Vitória que deverá ser efectivamente implementado contribuindo, duma forma determinante para o dinamismo da economia e possibilitando minorar - como uma importantíssima alternativa de emprego - os efeitos negativos da situação particular vivida na ilha Terceira com a redução dos postos de trabalho que se tem verificado na Base das Lajes.

Por outro lado a situação que actualmente se vive no Polo Universitário da Terra-Chã é francamente deprimente, cujas instalações pelo seu degradado estado são comprometedoras da sua boa imagem e do seu prestígio como Instituição.

Neste quadro, a dotação a incluir no Plano para o Campus Universitário de Angra do Heroísmo, embora insuficiente, constitui, no entanto, um bom indicador do real empenho

do Governo no desenvolvimento da Universidade dos Açores também na ilha Terceira, desenvolvimento que passa pela existência de instalações condignas para quantos nela trabalham e pela diversificação e ampliação dos cursos nela ministrados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos a grandes perturbações e convulsões sociais em todo o mundo e a um período de grande recessão económica internacional.

A nossa economia, como qualquer outra, tem períodos de grande expansão e outros de menor aceleração.

A presente situação não pode ser encarada com dramatismos exacerbados nem com optimismos apaixonados.

Deve, antes, ser analisada numa forma serena e responsável - como o tem sido - com alguma preocupação mas também com muita esperança de que com o trabalho, o empenhamento, a vontade de servir, a persistência e a tenacidade que já demonstrámos ter em momentos muito mais difíceis e até

dramáticos podermos em diálogo caminhar numa forma paulatina mas decidida para um cada vez maior progresso desta Região.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito para uma intervenção.

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Nesta minha curta intervenção apenas quero realçar alguns dos problemas de saúde na Região Autónoma dos Açores, e sobretudo aqueles que são sentidos nas ilhas aonde o acesso aos cuidados diferenciados é mais difícil e acarreta quase sempre a deslocação do utente a outra ilha.

É sabido que a política actual de saúde define a existência de três Hospitais com cuidados diferenciados e situados nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial. As restantes ilhas apenas possuem centros de saúde, sendo que alguns deles com internamento .

No que respeita aos centros de saúde estes têm cada vez mais um papel importante na prevenção primária da saúde, diagnóstico e tratamento precoce da doença, vacinação, vigilância de grávidas e de doenças de risco.

Podemos considerar que a este nível a evolução verificada tem sido positivo e apresenta uma caracterização diferente para melhor daquela existente no início do nosso processo autonómico .

É de salientar ainda a carência de médicos e outros técnico de Saúde em algumas ilhas, devendo ser tomadas medidas e incentivos tendentes à vinda e fixação dos referidos técnicos para esses locais .

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

No que respeita aos Hospitais de Angra, Ponta Delgada e Horta é de referir também a evolução positiva que se constata pela existência de cada vez maior número de especialidades e equipamentos que permitem já em muitos casos evitar grande número de deslocações ao continente.

No entanto, convém lembrar ainda a dificuldade por vezes existente no acesso às consultas de especialidade por parte dos habitantes das ilhas mais pequenas continuando estes a ter de se deslocar a outras ilhas.

Nesse sentido penso ser importante continuar a apoiar e até reforçar a ida do especialista dos Hospitais de Angra, Horta e Ponta Delgada, com carácter periódico, evitando assim deslocações de muitos doentes com todos os inconvenientes daí resultantes e podendo assim evitar despesas de maior tanto ao utente como aos serviços de saúde.

Não posso deixar de lembrar também a importância da realização de acções de formação e actualização profissional por parte dos técnicos de saúde.

Sabendo nós ser a saúde um equilíbrio dinâmico é de extrema importância a actualização permanente como forma de manter presentes toda a informação da saúde para permitir uma melhor actuação na prática diária.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Muito já foi feito na área da saúde e a prová-lo temos a melhoria significativa dos indicadores de saúde. No entanto pensamos que muito ainda há a fazer dado a

diferença ainda existente entre aquilo que se verifica no continente e no resto da Europa.

Deve portanto o Governo Regional continuar a entender a saúde como uma área prioritária.

Devem todos aqueles que nela trabalham contribuir para uma cada vez melhor prestação dos cuidados de saúde, dignificando a sua profissão e desta forma, ficarão, certamente, a ganhar todos os açorianos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para uma intervenção.

*(Nesta altura o Deputado Hélio Pombo foi substituído pelo Deputado António Gomes, no lugar de Secretário na Mesa da ALRA).*

**Deputado Hélio Pombo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na qualidade de Deputado, eleito pelo círculo eleitoral do Corvo, tenho tentado duma maneira séria e honesta, chamar a atenção do Governo, durante as discussões dos planos, orçamentos e plano a médio prazo, para situações que não apreciam ser as melhores para os corvinos e sempre que possível, apoiando quando tal se justificava - infelizmente, poucas vezes.

Numa leitura tenta efectuada ao longo dos anos, aos planos e orçamentos, apresentados para discussão em relação à Ilha do Corvo, já vi de tudo um pouco. Como por exemplo, totais achados com erro, quantias colocadas apenas para arredondamento de verbas, verbas orçamentadas **que nunca foram utilizadas** e como tal, postas apenas para constar e não com a ideia de serem investidas em melhoramentos e/ou desenvolvimento da Ilha do Corvo.

E ainda: relatórios de execução em que se pode verificar que em anos anteriores, os documentos apreciados neste plenário, são pura coincidência, quando entre verbas orçamentadas e as gastas, há alguma correspondência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Todas as anomalias atrás apontadas são graves, no entanto os documentos agora em discussão, pela exiguidade das verbas propostas para o Corvo, fazem-nos pensar que se chegou ao limite do razoável, esquecendo-se a ilha e protelando o seu futuro por mais quatro anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa análise correcta ao Plano a Médio Prazo 1993/1996 e ao Plano e Orçamento para 93, a Ilha do Corvo está mal contemplada, tal como nos anos anteriores - aliás isso já é hábito e os Srs. sabem isso tão bem como eu.

Assim sendo, e desta vez não irei comentar de "per si", as verbas orçamentadas.

Não irei referir, por ridículas, as rubricas dotadas com a quantia de 50 contos...

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

**O Orador:** O Sr. Deputado acha que é muito dinheiro para a Ilha do Corvo?!

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Natalino Viveiros):* Há outras que não têm nada!

**O Orador:** Tomo boa nota disso e espero que isso fique registado.

O Sr. Deputado Rui Melo acha que 50 contos é muito dinheiro para a Ilha do Corvo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Eu não disse nada disso!

**O Orador:** Disse sim senhor e fica registado!

Mas eu vou repetir:

Não irei referir-me, por ridículas, a rubricas dotadas com a quantia de 50 contos nem a dotação inconcebível de **200 contos** também acha muito, Sr. Deputado?!

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Muitíssimo!

**O Orador:** Se acha, diga que é para também ficar registado!

Para recuperação do parque habitacional e realojamento, ambas para o ano de 1993. E muito menos, ao das dotações que são puramente fictícias!

Mas pergunto:

A Escola Primária do Corvo porque não se constrói nos próximos quatro anos?!

(O Sr. Secretário não está, é pena!)

A Casa Etnográfica, por que foi excluída do Plano de 1993 e Plano a Médio Prazo 1993/96?!

E a Casa de Matança, Sr. Secretário?

A Casa de Matança que aparece e desaparece nos planos deste Governo, como se de artes mágicas se tratasse?!

Desde 1987 e fica omissa para os próximos quatro anos! Porquê, meus Senhores?

Porquê Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas? - especialmente V. Ex<sup>a</sup>.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Vai-se fazer!

**O Orador:** Se não está cá inscrita o Sr. não a pode fazer, porque não tem dinheiro para isso!

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Fica registado!

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** O Sr. vai passar mais quatro ou seis anos sem fazer nada, como é hábito!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Poderia colocar outras questões que dizem respeito a necessidades urgentes da Ilha do Corvo que vêm sendo adiadas, ano após ano.

Gostaria de fazer aqui um pequeno parêntesis, para dizer o seguinte:

Eu entendo e os corvinos entendem que V. Exas. poderão ter tido ao longo dos anos alguma dificuldade em fazer obras de maior parte na Ilha do Corvo, porque custam muito caro. Mas V. Exas. e o vosso Presidente, o vosso Chefe que não está cá neste momento...

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):**

Está em espírito!

**O Orador:**... **garantiu**, ou melhor, tem vindo a garantir ao longo dos anos, que quando se fizesse o porto do Corvo, estas obras de grande envergadura (para a Ilha do



Corvo são de grande envergadura!) iriam ser feitas. Iriam juntar uma série de obras e que se tornava mais barato.

Se V. Exas. começaram a fazer o porto do Corvo este verão - o que eu tenho sérias dúvidas e só acredito depois de ver! - não poderão fazer as obras que andam a prometer fazer, porque não têm dinheiro para as fazer!! Não as têm inscritas. Como é que vão fazê-las?!

Andam a enganar os corvinos!

**Deputado António Silveira (PSD):** Está no PPM.

**O Orador:** Não está não Senhor! O Sr. Deputado é míope e não leu isso como deve ser!

**O Orador:** As que acima citei, não são questões novas. São do conhecimento do Governo, ao longo de muitos anos, tal como atrás disse!

Mas há um melhoramento, dotado com verba para o quadriénio 1993/96, relativamente ao qual deixo claramente esta pergunta:

Vão realmente começar este verão de 1993, os trabalhos do Porto da Casa?!

Srs. Governantes:

Não enganem os corvinos e cumpram as vossas intenções, no que diz respeito a estas obras!

Entretanto, quero de novo alertar para o que já repetidamente referi nesta Casa:

**Revejam ao longo do quadriénio, os melhoramentos previstos para o porto, não aumentando só o mesmo em 30 metros.**

A tal política dos pequenos navios de cabotagem a ligar as pequenas ilhas e operando em pequenos portos, não se vislumbra. E uma das populações mais prejudicadas, é a corvina como os Srs. bem sabem. Os navios não têm condições, durante o inverno e mesmo durante o verão, para irem à Ilha do Corvo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Termino dizendo-vos, com mágoa e a revolta legitimada por uma população laboriosa e merecedora de mais respeito, que estes são de longe, os piores planos, Plano, Orçamento e Plano a Médio Prazo que até à data se elaboraram para a Ilha do Corvo.

V. Exas devem saber, não é novidade!

Não é uma afirmação feita de ânimo leve nem linguajar de deputado da oposição!

É, simplesmente, constatação dos factos!

Não faço comparações com esta ou aquela ilha, não caio nesse erro!

Não direi que esta ou aquela obra, foram feitas desnecessariamente e à pressa, para as eleições em Outubro último!

Estou consciente de que muito dinheiro se desbaratou. E a fatia que agora devia pertencer ao Corvo, foi devorada por alguma ave de rapina de maior porte, em dia outonal, em cujo brilho laranja do sol se reflectia na tesoura do corta-fitas.

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS e do PCP).*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Recomeçaremos às 15,00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Boa tarde e muito obrigado.

*(Eram 13,00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradece que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

*(Eram 15,00 horas)*

Para conhecimento, daria conta dos tempos ainda disponíveis:

O Governo dispõe de 3 horas, 24 minutos e 5 segundos; o PSD dispõe de 4 horas e 55 segundos; o PS dispõe de 1 hora, 21 minutos e 20 segundos; o CDS/PP dispõe de 3 minutos e 20 segundos e o PCP dispõe de 11 minutos e 45 segundos.

Para uma intervenção vou dar a palavra à Sr<sup>a</sup>. Deputada Isaltina Brandão.

**Deputada Isaltina Brandão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Pretendo na minha breve intervenção realçar alguns aspectos na área da saúde que se prendem com a necessidade da melhoria da qualidade técnica e humana das Instituições de Saúde.

Em primeiro lugar quero salientar o muito que tem sido efectuado nestes 16 anos de regime autonómico na promoção de melhores condições de vida e de saúde da população Açoriana.

Os indicadores de saúde assim o demonstram não obstante ainda nos encontrarmos aquém da média comunitária e mesmo do continente.

A implementação de centros de Saúde e postos de saúde em todas as ilhas da Região veio proporcionar o acesso aos cuidados de saúde, a que todos têm direito.

A abertura de novas especialidades médicas e instalações de equipamentos mais modernos na área dos cuidados hospitalares ou diferenciados veio reduzir as deslocações dos utentes ao continente.

No campo da segurança social o sector da terceira idade mereceu um carinho especial com a criação de novas estruturas de apoio; para além de todas as outras acções levadas a cabo e de todos sobejamente conhecidas.

O Plano a Médio Prazo aponta objectivos de intervenção em áreas muito importantes, entre as quais a valorização dos recursos humanos e a melhoria das condições de vida.

Na perspectiva da melhoria da qualidade dos cuidados de saúde passarei a enumerar algumas medidas que a meu ver urge implementar ou dar continuidade:

- Introdução da Informatização nas unidades de saúde;
- Prossecução da política de formação contínua dos profissionais de saúde;

Uma melhor formação técnica e humana reflecte-se numa melhor assistência aos utentes.

- Articulação eficaz entre as diversas unidades de saúde nomeadamente: Centros de Saúde, Hospitais e Instituições de apoio social;
- Apetrechamento dos centros de saúde com equipas multidisciplinares, para um atendimento global do indivíduo nas diferentes etapas da vida;
- Dinamização de alguns programas de saúde;

Salienta-se o facto de o grupo "Adolescentes" ainda se encontrar muito desprotegido. Para assistência a este grupo é conveniente a formação de equipas vocacionadas para as áreas da saúde mental, educação sexual, planeamento familiar e toxicodependências .

- Formação nos centros de saúde de núcleos de Educação para a Saúde, devidamente apoiados e coordenados por Enfermeiros especializados na área da Saúde Pública para, em larga escala, desenvolverem acções nas escolas e noutros grupos sociais, sem perder de vista as necessidades de cada localidade .

Sabemos que é nas escolas que o ensino/aprendizagem sobre os hábitos e estilos de vida saudáveis deve ser introduzido.

- Dada a evolução crescente da população Idosa é fundamental desenvolver em maior escala o apoio ao idoso no seu próprio domicílio.

Daí que a formação de pessoal neste sector deverá ser uma medida prioritária.

- Criação de mecanismos de avaliação dos cuidados de saúde.

Por exemplo, no âmbito da Enfermagem a formação de comissões para gradualmente implementarem normas e critérios de avaliação dos cuidados de Enfermagem permitiriam sem dúvida, a prestação de cuidados mais humanizados e de melhor qualidade.

Para finalizar quero realçar o aspecto da preparação teórico/prática dos futuros profissionais nas Escolas de Enfermagem e que também se relaciona com a melhoria dos cuidados de saúde.

No caso concreto, apenas citarei a Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada que é considerada mesmo fora da Região como de "Prestígio", pela preparação fornecida aos seus alunos e que neste momento enfrenta algumas dificuldades no que concerne à sua aprendizagem clínica.

Desde 1990 que a escola funciona com a abertura de dois cursos de Bacharelado/ano com turmas de cerca de 35 alunos, para além dos diferentes cursos de Especialização em enfermagem(saúde mental e psiquiátrica, saúde materna e obstétrica, saúde pública e médico-cirúrgica).

Este facto tem criado algumas dificuldades, na prática uma vez que os campos de estágio não comportam um tão grande número de alunos.

É de referir, no entanto, que a criação das especialidades de enfermagem na região, foi um grande passo na medida em que têm vindo a contribuir para uma formação mais especializada e conseqüente melhoria da qualidade dos cuidados de saúde.

Não obstante saber-se que na Região ainda existem carências neste sector, o facto é que no continente já começa a verificar-se excedentes, prevendo-se que enfermeiros do continente venham a fixar-se na Região.

Apela-se para a boa compreensão do Governo no sentido de diligenciar a abertura de 1 só curso de bacharelado/ano procurando-se assim salvaguardar a qualidade da formação dos alunos de Enfermagem.

A saúde é um bem precioso e cabe a todos nós preservá-la.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um facto indesmentível que a evolução, no sector regional das Pescas, vai ser fortemente influenciada por factores externos e que os próximos quatro anos serão decisivos para uma área rotulada, na Região Autónoma dos Açores, de prioritária que mais não fosse como resultante dos recursos marinhos existentes na nossa extensíssima Zona Económica Exclusiva.

Com a entrada a partir de 1994 da Nova Política Comum de Pescas aparecerão medidas que, inevitavelmente, virão bulir com o **status quo** do sector na nossa Região Autónoma.

Acresce dizer que os profundos, e parece que cada vez mais acentuados, desequilíbrios sócio-económicos do mundo em que vivemos, revolucionam os mercados gerando a insegurança, os atropelos e quebras inesperadas.

Numa fase de reconversão e reestruturação foi necessário implementar políticas, teorizar objectivos que hoje são autênticos desafios ainda sintetizados no Plano a Médio Prazo 93-96.

Para vencer? Gostaríamos que isso acontecesse. Mas são muitas as dúvidas e tremendos os escolhos.

Começemos por aquilo que é fundamental, que é nosso: a preservação e defesa dos recursos existentes.

A nível mundial as depredações e sobre-explorações a que frequentemente se tem recorrido na exploração dos recursos marinhos vão levar a um controlo apertadíssimo por parte da Nova Política de Pescas. É natural que assim seja!

Devido às características topográficas dos Açores não existem condições favoráveis para o desenvolvimento, em larga escala de pescarias demersais.

Efectivamente a inexistência de plataformas continentais significativas adverte contra uma pronunciada intensificação do esforço de pesca, sob pena de se produzirem danos irreversíveis nos mananciais das espécies demersais.

Sabemos que a Secretaria está atenta a esta problemática. Em sede de Comissão o Sr. Secretário já lançou um alerta em relação à espécie "goraz". Resta saber como será possível defender os interesses específicos da pesca açoriana junto da Comunidade Europeia. Não vai ser uma tarefa fácil. Os nossos tradicionais bancos de pesca não suportam um superpovoamento. É preciso ganhar este desafio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós que sempre dissemos que a investigação científica não acompanhou o esforço de renovação no sector das pescas e a consideramos como seu parente pobre (basta considerar em que condições se trabalhou e se trabalha no D.O.P) não temos nenhum pejo em nos regozijarmos com a chegada à Região do navio oceanográfico "Arquipélago".

*Vozes da bancada do Governo: muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Há muito pedido, há muito desejado, há muito considerado indispensável. Apesar de já ter ouvido críticas a esse tipo de barco. Não são minhas...

**Secretário Regional da Habitação Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Tinha que ter um pitafo!

**O Orador:** ...É evidente se o barco está muito bem apetrechado, mas que é pequeno, não tem autonomia, nem segurança suficiente para certas análises. Eu repito, esta crítica não é minha, porque eu não tenho conhecimento, nunca a poria, só por ter ouvido dizer. Ouvi dizer apenas essa constatação.

Esse barco permitirá a colheita sistemática de dados cobrindo áreas científicas essenciais de oceanografia, biologia e geologia marinha, proporcionará a experimentação de novas tecnologias pesqueiras e um conhecimento mais aprofundado dos nossos recursos.

No contexto da nova PCP este navio terá, a nosso ver, uma importância crucial. No entanto urge formular algumas questões. O navio oceanográfico fica na dependência de quem? Donde provirão os recursos financeiros essenciais para o trabalho intensivo que, naturalmente, se perspectiva e o espera? É que naquele conjunto bolorento, envergonhado e desajeitado que é o dote, a competência dos homens, é preciso realçá-lo, sempre esbarrou com a falta de meios e condições. Refiro-me, como disse atrás, naturalmente, ao Departamento de Oceanografia e Pescas.

Este não é momento para tricas políticas e muito menos, para mendicidade vergonhosa.

No entender do Partido Socialista, e vou repetir, o Departamento de Oceanografia e Pescas devia transformar-se, sempre o dissemos, num verdadeiro Instituto Regional de Investigação das Pescas sob a tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, dotado de Autonomia Administrativa e Financeira. Muitos poderão não concordar mas nós temos razões de sobejo para manter esta proposta de solução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabemos, as características peculiares do nosso ecossistema marinho...

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Isso é o que muitos querem; é acabar com a universidade no Faial!

**O Orador:** ...permitem uma expansão significativa da espécie pelágica atum e bonito. Mas é preciso ter em conta as características específicas da espécie pelágica, nomeadamente a capacidade de percorrer grandes distâncias em curto espaço de tempo. Os cardumes de peixe pelágicos costumam classificar-se como alvos com elevada mobilidade que, rapidamente, podem entrar e sair da zona de pesca.

Perante esta constatação, e para além da preciosa colaboração na área da Investigação Científica que resultará da nova aposta atrás referida, é urgente forçar e reforçar uma consciencialização de que a união entre armadores e a alteração dos hábitos de pesca relativamente aos pescadores é, neste momento, um problema crucial cuja solução não pode ser protelada.

Perante uma certa crise que não pode ser disfarçada, todos os factores coadjuvantes são imprescindíveis para uma maior produção e conseqüente rentabilidade.

Não é mais possível apanhar atum ou bonito recriando o jogo das escondidas.

É preciso apanhar peixe, muito peixe nos mares dos Açores. É prioritário.

À laia de exemplo numa zona que eu bem conheço seria tremendamente gravoso para a fronteira do Pico e não só (eu nem quero pensar nisso) que a fábrica de conservas interrompesse o trabalho de mão de obra feminina porque não é possível manter mulheres na fábrica sem peixe.

Importa-se peixe! É fácil de dizer. E a qualidade que é o nosso maior trunfo num mercado altamente competitivo?

A ponderação deste factor exige limites de acção.

A pesca é uma área altamente aleatória que gera contrastes, que roça a esperança e o desespero.

Às vezes nós balançamos entre a esperança e o desespero!

Que os Açores se transformem no " patrão do Atlântico Norte na pesca do isco vivo" é um sonho e o desejo comuns. Que se construam entrepostos frigoríficos pertencentes à Região na Madeira, Canárias e numa fase posterior em Cabo Verde era uma salvaguarda, e significava uma expansão em área a todos os títulos notável. Mas no caso vertente também surgem muitas interrogações.

Quais as possibilidades de viabilizar um empreendimento deste tipo? Temos uma frota capaz de responder a este desafio? O peixe armazenado será encaminhado para os Açores onde a transformação manterá viáveis as indústrias conserveiras e os respectivos postos de trabalho? Podemos otimizar as capturas apenas com a nossa arte de salto e vara em que somos exímios ao lado de cercadores bem apetrechados?

E como se enquadra esta perspectiva numa Nova Política Comum de Pescas?



Em sede de Comissão o Senhor Secretário Regional aventou a hipótese da proibição, por directiva da Comunidade Europeia, do uso das redes de emalhar nesta zona potencial.

É importante apoiarmos esta iniciativa com todas as nossas forças. Seria um bom passo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Preocupa-nos acima de tudo, neste momento, uma questão que pode ter incidências dramáticas, a que envolve os recursos humanos já que, facilmente, se constata que as directrizes emanadas da Comunidade Europeia apontam para a manutenção ou mesmo diminuição do número de activos com a reconversão do sector da pesca local para o sector da pesca costeira. Esta é uma questão que deve preocupar todos os deputados como representantes de todas as Ilhas dos Açores já que no concerto das mesmas existem assimetrias, neste âmbito são flagrantes e seria muito mau que a riqueza gerada por uma área prioritária de desenvolvimento como as pescas não ficasse na nossa terra.

Existem hábitos e vícios arraigados difíceis de ultrapassar. Mas tem de haver uma receita. (Todos sabem que me refiro a S. Miguel). Digamos que nos Açores se estabeleceram dois tipos de pescadores impendendo sobre algumas camadas conotações com o alcoolismo e a miséria económica e social que todos conhecem.

Não podemos dissociar o binómio homem-barco relevando sempre o pescador açoriano, com defeitos mas merecedor de viver bem na comunidade em que está inserido.

Uma política social de apoio às Comunidades fortemente dependentes do sector passa, necessariamente, por uma mudança de mentalidade e por uma formação profissional diversificada que atinja os objectivos em vista. Continuamos a constatar que o nosso pescador é um práctico, filho do mar revolto e traiçoeiro. Aprende no barco, o remo é a pena, a borda a carteira.

A viragem tem de passar forçosamente pela escola porque os pescadores não poderão ser apenas os faltosos, os incapazes ou os pobres. É nítida a sensação. No curriculum escolar não se vislumbram perspectivas para as artes de pesca. O Partido Socialista sempre afirmou e reafirmou em todos os seus programas a necessidade da criação de

uma escola de pescas para um aperfeiçoamento após a escolaridade obrigatória. Isso resultaria em dignidade e profissionalismo.

Volto a frisar que o actual quadro é deveras preocupante. A transição da pesca artesanal para a pesca costeira (um objectivo prioritário) exige um esforço que deve envolver entidades com obrigações não apenas nas vertentes piscatórias mas sobretudo nas vertentes sociais.

Constata-se que, apesar dos esforços e incentivos, apoios financeiros, são as tripulações continentais que marcam o ritmo da pesca de fundo e, naturalmente, embolsam os lucros. Há excepções, sim Senhor! Em alguns casos até exemplares.

Os atuneiros cada vez têm mais tripulantes de fora.

Longe de mim qualquer sinal de repugnância ou xenofobia. Mas não será justo olhar-se para o problema em termos meramente economicistas e dizer-se que o que interessa é obter boas capturas seja com quem fôr. Se a pesca gera riqueza e é uma área de desenvolvimento importante, há tanta gente nos Açores, em zonas de tradição piscatória, tremendamente carenciada que tem de entrar na nova ordem que, inevitavelmente, vai estabelecer-se. Se não se inverter a situação actual podemos caminhar para situações deveras dramáticas.

No âmago de toda a problemática que envolve as pescas este aspecto não pode ser, de certeza, o último a ser considerado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A manutenção da competitividade das nossas produções nos mercados tradicionais, a exploração de novos mercados e a comercialização do pescado fresco preocupam toda a gente. Recuos e falhas neste domínio acarretariam como podem acarretar graves distorções no sector e em todo o tecido social da Região.

Os mercados oscilam, a invasão é constante e há governos de países que intervêm sem olhar a meios para garantir a concorrência.

Neste quadro nada famoso exige-se firmeza na defesa dos nossos interesses. A qualidade é um trunfo, mas não basta, é preciso muito dinheiro para competir. É preciso muito dinheiro para ganhar.

Na programação financeira para o próximo quadriénio, no programa das pescas, as verbas não desagregadas contrastam pelo seu volume com as desagregadas por

algumas Ilhas. Penso que há a intenção de acautelar esta situação embora espero uma explicação por parte do Senhor Secretário da Tutela sobretudo às verbas 1.391.814 - mercador e comercialização e 1.865.542 frota pesqueira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nestas ilhas que muito amamos já houve pescadores açorianos sem barcos. Agora há barcos com lugar para pescadores açorianos. Mas há uma coisa nova . Uma Europa em que estamos inseridos de corpo e alma. Esperamos que essa Europa saiba compreender e atender a preces destas contas de rosário espalhadas no meio de Atlântico.

Disse.

*Aplausos das bancadas do PS e PCP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ávila para uma intervenção.

**Deputado Manuel Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Todos os planos, orçamentos e demais propostas apresentadas nesta Câmara pelo Governo, estão sempre mal executadas, contêm falsidades e têm falta de visão Regional, isto na opinião dos partidos da oposição.

No entanto chega-se ao Período Eleitoral e o povo dos Açores, maioritariamente, continua a dizer que o PSD é o Partido que consegue levar este barco a bom porto.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Pública, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** E não me venham dizer que o Povo se deixa enganar, que o Povo vai em conversa fiada, porque isso seria passar um atestado de ignorância à maioria dos açorianos. Aliás, se os açorianos fossem em conversa fiada, se se deixassem enganar, tenho a certeza que o PSD não era Governo, mas sim oposição.

Mas não é assim. O PSD é Governo porque tem tido o cuidado e a sabedoria de apresentar propostas necessárias e correctas, para a resolução dos problemas da nossa Região.

É lógico que todos nós, sem excepção, gostaríamos de votar um PMP com muito mais investimentos. Até o próprio Governo gostaria de o propôr.

Mas Senhores Deputados, de que valeria fazer um plano com inúmeras intenções se à partida saberíamos ser impossível de as concretizar? Isso seria sim enganar o Povo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Também gostaria que a Ilha de S. Jorge, círculo pelo qual fui eleito, tivesse mais dotações para o Plano agora em discussão, mas também sei que neste momento é o possível.

No entanto apraz-me registar que alguns dos investimentos analisados na reunião que o Governo teve com os Autarcas e Deputados, estão consignados, como por exemplo o Porto da Calheta, assim como a conclusão e asfaltagem de algumas estradas Regionais, entre outros.

Pese embora uma paragem na construção de edifícios polivalentes, temos de reconhecer como é altamente positivo a acção do Governo na área da Segurança Social. É que neste momento caminha-se a passos largos para a total cobertura da Ilha, em termos de apoio ao domicílio.

É um trabalho muito positivo, que a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social leva a cabo em S. Jorge, em colaboração com as instituições locais de solidariedade social.

No âmbito das construções físicas, o Plano apresenta-nos um valor, de 120 mil contos, capaz de possibilitar a conclusão, para muito breve, do Lar João Inácio de Sousa, na Vila das Velas, moderna e acolhedora instalação capaz de albergar 75 idosos. No mesmo sentido, existe uma dotação, capaz de dar início na Vila da Calheta e em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia local, a um projecto também nesta área.

Também, como consta no Plano, no campo da Protecção Civil, construir-se-á na vigência do PMP 93/96, o edifício da secção dos Bombeiros Voluntários do Topo, contendo o Orçamento Regional 60 mil contos para o efeito, ficando, com esta realização, a Ilha de S. Jorge, eficazmente coberta e apta a responder às solicitações que tocam aos soldados da paz, essencialmente numa Região tão sensível e sujeita a catástrofes como a nossa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

A possibilidade do saneamento financeiro das Cooperativas de Lacticínios de S. Jorge, ultimamente agravadas na sua gestão corrente com o encerramento da Fábrica da Martins e Rebelo, que levou a que as Cooperativas da Ilha tivessem de absorver mais de 5 milhões de litros de leite, afigura-se-nos urgente, a fim de evitarmos o estrangulamento financeiro das cooperativas, que é ao mesmo tempo da economia da Ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Enquanto alguns compreendem e assumem que o seu Orçamento não dá para a sobremesa, outros há porém, que mesmo com sobremesa e café, não estão contentes.

Mas não é de agora. Já vem de longa data este descontentamento e pelos vistos vai continuar por muito mais tempo.

Para nós Sociais Democratas, nos Órgãos de Governo Próprio sim, desde o início da Autonomia, a nossa posição é sempre de vontade de ir mais longe, é de insatisfação porque ainda não foi possível fazer ou dar resposta a todas as questões que se colocam à Sociedade Açoriana, mas por outro lado, estamos sempre prontos para avançar em frente, mesmo nos tempos em que a brisa das dificuldades, sopra com mais força.

Como os açorianos, com os açorianos, iremos caminhando no sentido do desenvolvimento e unidade Regional.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma intervenção.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a consciência plena da ausência dos meios financeiros capazes de satisfazer as necessidades ideais da agricultura açoriana, passo a referir-me coerente e responsabilmente aos aspectos principais, objectivos e estratégias que no meu

entender reconhecem as prioridades essenciais ao crescimento equilibrado e consistente do sector.

**deputado Jorge Cabral (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** É imprescindível analisar este PMP, atendendo à conjuntura externa e tremendamente condicionante do progresso da agricultura.

O actual panorama da economia agrícola mundial e comunitária não é de forma alguma animador.

Bastará observarmos a condição a que os agricultores se encontram renegados face a outros sectores da actividade económica.

Sem demagogia, é possível afirmar que, mesmo com outros meios financeiros, há situações, consequentes das crises de mercado, que não poderiam nunca ser compensadas.

Com a consequente diminuição das receitas regionais, reconhecida por todos, os analistas dividem-se na defesa ou não do aumento do endividamento.

Qualquer postura assumida por qualquer governo será sempre justificada por uns e condenada por outros.

É esta a postura política e técnica na defesa de modelos económicos mais ou menos rígidos, melhor ou pior adequados ao contexto onde se inserem as regiões.

A divisão das populações na defesa deste ou daquele sector económico ou social interfere sempre na definição das prioridades e das políticas a implementar.

Neste sentido, é necessário referir a importância das intervenções dos representantes do sector agrícola regional que permitiram, com o reconhecimento do Governo, melhorar a afectação de importantes dotações.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Sociedade Açoriana, do Comércio, da Indústria e dos Serviços irá reconhecer a sua dependência do sector primário.

O futuro ditará e destacará as potencialidades da nossa Região e confirmará a actividade que assegura a economia regional.

Com as limitações orçamentais existentes foi, contudo, mantido o peso percentual do sector agrícola, face aos montantes dispendidos no último quadriénio, ou seja, cerca de 16% do total do Plano.

Não é legítimo colocar no papel aquilo que não é possível concretizar e como tal, é justo acreditar num plano realista.

Nessa base, é indissociável a ideia de mais e melhor rigor na definição das prioridades e na aplicação dos meios.

Dessas prioridades destacam-se, 30,1% do total para a agricultura para apoios à produção, nomeadamente, às explorações pecuárias e ao seu saneamento financeiro; 18,5% na área de transformação e comercialização, com realce para o apoio financeiro ao sector cooperativo; seguem-se 13,4% para ordenamento agrário e 12,3% para experimentação, vulgarização e formação agrária.

Felizmente para os agricultores dos Açores e para a economia regional, existe um grupo de programas comunitários alguns dos quais negociados com sucesso e que atenuam de certa forma o decréscimo de rendimento dos agricultores.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Refiro-me nomeadamente, ao POSEIMA, bem como às medidas de acompanhamento da Reforma da P.A.C., das indemnizações compensatórias, dos prémios à engorda de bovinos machos e vacas de aleitamento.

Com as novas orientações da Política Agrícola Comunitária os subsídios ao produto são substituídos pelo subsídio atribuído à área de produção, permitindo assim melhorar a redistribuição dos apoios ao rendimento sem compensar apenas os que mais produzem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Numa designada economia social de mercado, onde a agricultura, silvicultura e pecuária mantêm ainda um elevado número de activos, cerca de 19% da população activa, não é possível esperar respostas rápidas e alterações estruturais profundas em períodos curtos.

Não existem políticas rígidas e intransigentes na agricultura.

Pequenas circunstâncias de mercado deitam abaixo os mais bem concebidos modelos teóricos.

Relembro alguns grandes defensores de modelos aplicáveis na Califórnia, com base na produção intensiva e que hoje se quedam perante as orientações comunitárias tendentes à extensividade, coerentes precisamente com as características regionais.

No que diz respeito à definição de Políticas Agrícolas na Região não é legítimo que as populações de algumas ilhas exijam investimentos, em áreas específicas do sector que serão sempre económica e financeiramente inviáveis. Se assim for, não é um contributo para a unidade regional.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Em período de rigor orçamental é imprescindível investir onde é viável e sempre que a actividade criada por esse investimento seja susceptível de gerar resultados económicos que não só beneficiarão a respectiva ilha mas sim toda a Região.

Nesse sentido, há que potenciar a especialização e as apetências produtivas de cada uma.

A própria aplicação de alguns programas comunitários depende muito da postura a assumir pelos próprios agricultores cuja liberdade de opção não é antecipadamente quantificável. É o caso, por exemplo, do programa de reforma antecipada dos agricultores cuja aplicação nos Açores, com sucesso, poderá alterar substancialmente o ordenamento agrário, o acesso dos jovens agricultores à titularidade das explorações e o rendimento daqueles que permanecerem a produzir.

Numa Região como a nossa, o que é por exemplo aplicável e viável em S. Miguel poderá não o ser nas Flores ou no Pico.

**Deputados Jorge Cabral e Victor Evaristo (PSD):** É óbvio!

**O Orador:** Não se poderão escolher soluções iguais para ilhas tão diferentes.

Por vezes não é apenas uma questão financeira.

Por um lado é necessário premiar as mais eficientes, os que detêm índices mais elevados de produtividade.

Por outro é necessário garantir o apoio ao rendimento que permita aos mais débeis a sua sobrevivência.

Repare-se no passado recente da agricultura Comunitária.



Com uma política agrícola comum, que por vários factores, potenciou o aumento da produção, agora compromete-se seriamente e procura alterar todos os critérios adoptados.

Nesse mundo em permanente oscilação é imprescindível a participação dos agentes privados.

Na agricultura acontece, essencialmente, através das organizações de produtores.

Nessa matéria uma ressalva importante: a atenção prestada à Unicol e Unileite como contributo essencial para o seu futuro sucesso junto dos produtores e dos mercados dos produtos lácteos regionais.

Quer na transformação do leite e da carne quer na industrialização e comercialização de alguns factores de produção, é e será necessário dotar os agricultores dos meios necessários a intervir nos mercados e garantir os melhores preços.

Mas isso não é apenas tarefa dos governos.

É principalmente obrigação dos directos interessados - os agricultores e suas organizações -, com a sua própria participação no sucesso das políticas do sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Admito que haja muito a fazer. O homem é por natureza ambicioso e é justo que assim seja.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Nem sempre!

**O Orador:** Contudo não aceito que se queira dar a entender que nada foi feito.

Poderemos pensar sempre no ideal:

Por exemplo:

- Seria romper e asfaltar todos os caminhos rurais;
- Instalar água e electricidade em todas as explorações;
- Conseguir explorações sempre acima das 40 vacas;
- Conseguir explorações apetrechadas com todos os equipamentos e máquinas;
- Conseguir um preço de 70\$00 por litro de leite;
- Adquirir ração a 17\$00 ao kg e adubo a 700\$00 o sacco.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Política Agrícola não se define com lirismos.

A Constituição Portuguesa no seu artigo 96.º, define os objectivos da Política Agrícola.

O mesmo acontece com outros sectores.

É um documento redigido e aprovado pelos legítimos representantes do povo português e que define os seus ideais.

São os mesmos portugueses que contribuem colectivamente com os meios financeiros para a satisfação das necessidades públicas.

O dinheiro, Senhores Deputados, é contado quantificado, não é infinito e provém dos bolsos de todos os contribuintes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se fala em prioridades não posso esquecer que elas, mesmo as do último quadriénio, foram também definidas pelos representantes dos agricultores, nos quais se inclui o Senhor Deputado Manuel António como Presidente da A.A.S.M.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Isso é verdade!

**O Orador:** Quando foi exigida uma linha de crédito bonificado para saneamento financeiro das explorações, ela foi concedida com bonificação de 14%;

- Quando foi exigida uma comparticipação no preço de leite, ela foi concedida antecipando a comparticipação do POSEIMA;

- Quando foi pedido intervenção para salvar as cooperativas - o pedido foi concedido para o seu saneamento;

- Quando foi solicitado um subsídio para a importação de alimentos - foi concedido;

- Quando foi solicitado um apoio para a seca - foi concedido;

- Quando não se acreditou num POSEIMA - ele apareceu;

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Atrevo-me a perguntar o que fora solicitado à Secretaria Regional Agricultura e Pescas, por exemplo pelo Sr. Manuel António, quando representante dos agricultores micaelenses e que não tenha sido por esta satisfeito?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As prioridades que foram exigidas foram satisfeitas e necessitaram participação quase integral do orçamento regional.

Não com financiamentos da Comunidade.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Se se exige direccionar os montantes destinados às infraestruturas para outra prioridades, como se poderá exigir que alguns investimentos sejam efectuados? Foram satisfeitas necessidades e aspirações justas, de direito, dos agricultores e reclamadas na devida altura.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Com um futuro de esperança, mas que exigirá regras rigorosas de aplicação dos meios financeiros, bem como da actuação dos próprios agricultores, não posso deixar de afirmar que é assim que tem sido, não é de forma alguma novidade.

Com uma Europa em constante mudança os agricultores não vão aceitar este Plano como um documento rígido.

Da mesma forma como as economias se alteram, durante os próximos 4 anos poderá ser necessário revê-lo e adequá-lo a novas realidades, dependentes do novo Quadro Comunitário de Apoio e do Plano de Desenvolvimento Regional.

É necessário homenagear os agricultores dos Açores que com sacrifício e mantendo níveis de consumo moderados, têm dado o exemplo à sociedade açoriana, permanecendo muitas vezes como amortecedores da ineficácia de outros sectores, dependentes de estratégias nacionais e que chocam por vezes com os próprios interesses da Região.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Os agricultores têm sempre sabido esperar por melhores dias garantindo na mesa de cada açoriano o leite, o queijo, a manteiga e a carne, bem como, indirectamente, o rendimento do maior número de açorianos.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel António Martins pede a palavra para naturalmente pedir esclarecimentos.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que não se pode agradecer a Deus e ao diabo ao mesmo tempo.

Pela primeira vez e analisando todos os parceiros intervenientes na economia desta Região, todos criticaram severamente este Plano.

Portanto, são factos reais e contra factos não há argumentos.

A própria Federação Agrícola dos Açores, que é o órgão máximo dos agricultores açorianos, rejeita completamente este Plano.

Admiro-me que o Sr. Deputado António Almeida venha defendê-lo aqui, mas compreendo, porque entre o que corre nas veias de um agricultor e o homem que apoia o agricultor, há naturalmente uma diferença.

Falou em apoios comunitários. Eu devo dizer-lhe que os agricultores - e já referi este assunto aqui nesta Assembleia - ouvem a própria comunicação social a anunciar milhões e milhões de contos que vêm por esta Europa dentro e que têm vindo.

Como agricultor e representando outros, agradecia que o Sr. Deputado me dissesse, nos últimos anos, o que é que tem chegado a nós?

E volto a referir uma parte da intervenção que fiz e que acho que é importante...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** A gente ouviu também!

**O Orador:** ... e cito: "A experiência, no entanto, demonstra claramente que o que sempre ficou adiado em termos estruturais - repito - o que sempre ficou adiado em termos estruturais, conduz a que crises meramente conjunturais, produzam efeitos cada vez mais gravosos".

Foi assim no passado e eu fui testemunha disso. É assim no presente e será no futuro!

**Presidente:** O Sr. Deputado tem mais um minuto.

**O Orador:** Isto implica que intervenções mais fortes, a nível financeiro, retirando capacidade de intervenção infra-estruturada, imponham um ciclo vicioso que nunca foi quebrado e muito menos o será com o presente Plano.

Como tal, o que eu pergunto e todos os agricultores perguntam é o seguinte:

Quando é que será criada a infra-estrutura açoriana nos Açores?

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para prestar um esclarecimento.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** E viva o Sporting!

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou certamente voltar a ler a minha intervenção, aliás o Sr. Deputado Manuel António terá oportunidade de ter uma cópia desta mesma intervenção.

Eu ouvi, atentamente, a intervenção que o Sr. Deputado ontem proferiu. E, de facto, porque sei que não defensor da demagogia e pela atenção que tive, apenas me apercebi de que nada havia sido feito.

Não ouvi na sua intervenção, o que é que os agricultores necessitam nos próximos quatro anos. Não ouvi da sua boca, como agricultor, o que é que os agricultores necessitam nos próximos quatro anos. E é isso que, de facto, é necessário ouvir, por parte da oposição. São as alternativas.

A minha intervenção cingiu-se, precisamente, à referir que em relação ao que nada foi feito, é possível identificar com alguma facilidade.

De certo, não me debrucei sobre os milhões, deixo isso para o Sr. Secretário Regional.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para pedir ou prestar esclarecimentos novamente.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** É para dar esclarecimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Às vezes há pessoas que têm olhos, mas são mais cegos que os próprios cegos.

*Vozes do PSD: É verdade, é verdade!*

**O Orador:** No final da minha intervenção eu perguntava para "onde vai o empenhamento colectivo no desenvolvimento rural?

Para onde vai a potenciação das vantagens cooperativas na produção do leite?

Para onde vai o rendimento dos agricultores?"

Eu penso que nesta bancada já foram levantadas por nós soluções em relação ao sector agrícola.

Levantou-se o problema do acordo social e nós pensamos que em relação à agricultura, a política nunca poderá ser de um homem só. Tem que haver a coragem e a humildade de reconhecer erros passados, encarar o presente e a realidade, mas tem que ser todos que integram o sector agrícola, para poderem participar e intervir.

Não é a primeira vez que o Partido Socialista fala no acordo social para o desenvolvimento do sector.

*(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e PS).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para prestar esclarecimentos.

Agradecia aos Srs. Deputados que estabelecessem diálogo.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de referir o seguinte:

Definir e pensar as políticas agrícolas para a Região, não é com "pontas verdes"!

Definir as políticas é trabalhar no campo, é acompanhar os problemas dos agricultores e é principalmente, conhecer a realidade regional.

Não é pensando nunca nos problemas de uma ou duas explorações, que se poderá definir políticas regionais.

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria intervir neste debate, aliás porque na minha intervenção terei a oportunidade de referir algumas das questões que foram aqui levantadas anteriormente, pelos deputados da oposição, em relação à agricultura.

Mas a intervenção do Sr. Deputado Manuel António Martins chamou-me a atenção para duas coisas, uma delas aliás, a seu favor.

A política agrícola regional não deixou de fazer aparecer muitos agricultores de sucesso, entre os quais o Sr. Deputado se conta.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Muito bem!  
E esta?!

**O Orador:** Por isso, é preciso não fazer devaneios e empregar o dinheiro adequadamente e ter uma vida modesta.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O Sr. é exemplo disso. E se quiser, há muitas mais centenas, para não dizer milhares.

Quanto à questão do acordo social, eu tenho imensa pena de não ter patenteado esse problema, porque o Partido Socialista não inventou isso.

A primeira pessoa que se referiu a um contrato social nesta Região, fui eu. E está escrito. E vou ler o que escrevi nessa altura.

Depois de fazer uma introdução, disse o seguinte:

"Daí a necessidade de se caminhar para um autêntico contrato social, entre quem representa a produção e quem representa a transformação.

Daqui lanço o meu desafio às associações. À ANIL, às cooperativas, para que se sentem à mesa do diálogo e de forma adulta, em pleno diálogo democrático, sejam capazes de estabelecer as bases de um verdadeiro contrato social, única forma de se ultrapassar a situação.

Contrato que, duplamente penalizo, quando for caso disso. Mas que também duplamente favoreço, quando a situação do mercado exterior assim o permitir".

Tenho dito.

***Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!***

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Fernando Lopes (PS):** É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Ainda bem que todos nós nos lembramos de Rousseau e do seu contrato social. Felizmente ficou escrito lá para trás no século XIX.

É evidente que muitos falaram de contrato social e que nós também falamos de acordo social.

Não há aqui necessidade de reivindicar direitos de autor, porque se alguém os tem, no que respeita ao contrato social, é Rousseau e que Deus o tenha em bom lugar.

Porém, é preciso é que, de facto, se aplique as regras desse acordo social. E que se procure, afincadamente, que associações - como o Sr. Secretário muito bem disse e aí concordo consigo - sejam elas de agricultores, sejam elas de industriais, se sentem à mesma mesa. E isso só se faz, criando nessas associações, a confiança suficiente. Criando, por exemplo nos industriais, a confiança suficiente para colaborarem.

Não é com práticas que nós já conhecemos de, por, exemplo quando os industriais têm lucros, de dizer que eles são gananciosos. Ou quando os agricultores pedem uma ajuda, que são "chupistas", que se está a incentivar o contrato social, o acordo social - como lhe queiramos chamar.



É criando a confiança de todos.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros para uma intervenção.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano não é apenas indicativo do futuro. É um programa que fixa objectivos e que toma opções.

Como referia uma eminente especialista "trata-se de ter em conta esse importante aspecto da "mão visível" do Estado contemporâneo que consiste, basicamente, em dar quadros de referência para as opções económicas, aceitando-o como um elemento pertencente ao mundo dos factos e da realidade sócio-económica".

Porém, ao invés de todas as regras, este Plano, nem como mero rol de piedosas intenções, satisfaz minimamente as expectativas dos agentes económicos; defrauda os autarcas que, pela primeira vez, não foram ouvidos aquando da sua elaboração; preocupa os pais e os encarregados de educação que, uma vez mais, não encontram resposta satisfatória para a falta de salas de aulas o que obriga a que, nalgumas localidades da nossa Região, haja uma superlotação das escolas, com manifesto prejuízo para a qualidade de ensino aí ministrado; lança no cepticismo os nossos jovens que, ao arrepio do que diz o texto constitucional, sentem ser cada vez mais difícil adquirir uma habitação e vêem, com particular preocupação, o mercado de emprego ser cada vez mais reduzido; desgosta todos aqueles que, enquanto trabalhadores activos, deram o melhor do seu contributo para modificar a sociedade em que sempre se inseriram e que, no limiar da vida, se vêem relegados para plano secundário, em perfeita contradição com o espírito humanista que os detentores do poder dizem perfilhar.

Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Procurarei, ainda que de forma sucinta, referir algumas das preocupações suscitadas pela leitura dos documentos agora em análise, no que se refere à Ilha Terceira.

Quero no entanto, deixar bem claro que não me move qualquer espírito bairrista, que de resto sempre rejeitei e que, em minha opinião, apenas tem servido de álibi para a inércia dos sucessivos governos regionais que, com a desculpa de que determinados

empreendimentos só teriam sentido se concretizados em todas as ilhas, acaba por não criar riqueza deixando-se enredar nas teias dos interesses de capelinhas quase sempre geradoras de projectos megalómanos e totalmente desajustados da realidade.

Pretendo apenas ser um modesto porta-voz daquelas dezenas de honrados lavradores que, já na falência irreversível, reconhecem hoje terem sido enganados pela política prosseguida para o sector pelos sucessivos governos regionais e que por isso não acreditam nas promessas, já gastas de tanto repetidas, de que é agora que as explorações agrícolas vão ter água, luz e adequados caminhos de penetração.

Quero deixar o protesto de muitos comerciantes e industriais que, só por medo de não serem marginalizados, não tornam públicas as suas queixas quanto ao atraso no pagamento dos bens e serviços que prestam ao Governo Regional e que temem ter de proceder a despedimentos em massa por falta de investimentos reais.

Comungo das preocupações dos pais e encarregados de educação que não querem ser mais enganados quanto à construção de uma nova escola EB 2.3 porque sabem que a qualidade de ensino ministrado numa escola superlotada é deficiente, como sabem igualmente, até pelas recentes afirmações proferidas por um alto responsável da Secretaria Regional da Educação e Cultura que as verbas inscritas no PMP...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**  
(*Gualter Furtado*): Alto aí!

**O Orador** ... não serão de facto para a construção de nenhuma nova escola.

Estou, incondicionalmente ao lado de centenas de jovens casais que continuam a não ter condições de acesso a uma habitação condigna porque os processos se arrastam nas secretarias e se aperta o cerco quanto à disponibilização das verbas suficientes para satisfazer a crescente procura.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS)**: Muito bem! Muito bem!

**O Orador**: Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação às verbas inscritas no Plano para o corrente ano, tardiamente apresentadas a esta Assembleia, não vou tecer comentários demorados ao facto dos terceirenses verem, uma vez mais, goradas as expectativas quanto à construção do Centro de Saúde da Praia da Vitória; à necessária construção de uma enfermaria de rectaguarda; ao urgente equipamento do Porto Oceânico da Praia da Vitória, para que ele possa ser

de facto um factor de desenvolvimento e não mais um elefante branco como os que o governo laranja foi ao longo dos anos dessiminando por esta Região; à construção de novas instalações do Polo Universitário da Terra-Chã ou à necessária pavimentação da rede viária que na maior parte da Ilha, se encontra intransitável.

Quero apenas referir o que me parece ser, em termos de planeamento, uma verdadeira monstruosidade, quando se afirma, por exemplo, no que concerne ao eixo de desenvolvimento de recursos humanos que há uma verba de 75 mil contos para a construção de uma Escola Primária em São João de Deus quando, no relatório anual de execução do Plano de 1992 se pode ler que a referida escola se encontra já concluída; o mesmo se podendo aplicar à remodelação da Escola Primária de Santa Rita, com uma verba orçamentada de 3 mil contos.

Ainda no mesmo capítulo está inscrita uma verba de 12 mil contos para a ampliação da Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, obra que foi iniciada e praticamente concluída ainda no já longuíquo ano de 1991.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**  
(*Natalino Viveiros*): Não construíram!

**O Orador:** Não fora a limitação de tempo, referiria muitos mais exemplos de obras já efectuadas e que figuram neste Plano e cujos montantes oscilam entre os poucos milhares de contos e as largas dezenas de milhares, apenas para que se fique com a ideia de que, apesar da crise económica com que se debate o governo do senhor Boris Ieltsin, há pujança nas nossas instituições e os investimentos continuam teimosamente a fazer inveja mesmo aos países mais avançados da Comunidade Económica a que pertencemos, mais que não seja por obra e graça da ritual penitência dos nossos governantes.

Porém, não posso deixar de cair na tentação de referir ainda, no capítulo da reabilitação das estradas regionais, mais uma verba de 30 mil contos destinada à pavimentação da E.R. 3-1º Angra-Biscoitos, obra já totalmente concluída há largos meses.

Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sem grande esforço e, apesar de, segundo o líder parlamentar do PSD, a minha formação académica não me permitir saber fazer contas,...

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Isso é verdade!

**O Orador:** ...consegui, mesmo sem contabilizar as verbas sempre inscritas nos sucessivos Planos e Orçamentos e que acabam por nunca serem gastas quer por falta de vontade política dos nossos governantes, quer pela complacência dos representantes do Partido que serve de suporte ao Governo, demonstrar que mais de uma centena e meia de milhares de contos figuram neste Plano não como factor de desenvolvimento e criação de riqueza mas tão somente para pagar dívidas de uma gestão eleiçoeira e desastrosa do IV Governo Regional.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda, naturalmente para pedir ou dar esclarecimentos.

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para pedir um esclarecimento.

Sr. Deputado Ricardo Barros:

Quando me referi à sua pouca habilidade para fazer contas, estava fundamentalmente a referir-me à sua extraordinária habilidade de dividir.

Perguntar-lhe-ia se, com toda a sua habilidade contabilística, conseguiu dividir, suficientemente, o Concelho da Praia da Vitória?

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra para?

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, era para nos termos do Artigo 87º do Regimento, solicitar um intervalo de 30 minutos.

**Presidente:** Srs. Deputados, nos termos regimentais, vamos fazer um intervalo de 30 minutos, a pedido do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Estão suspensos nossos trabalhos.

*(Eram 16,10 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares para podermos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 16,40 horas)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

*(Neste momento, a bancada socialista abandonou a Sala das Sessões).*

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Não fazem falta!

**Deputado João Cunha (PSD):** Vamos passar bem sem a vossa presença!

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e**

**Comunicações (Natalino Viveiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Governo ganhou a batalha da Habitação ao ter lançado e dinamizado um conjunto de programas de apoio, cujos resultados calam os mais cépticos, os vendilhões da desgraça e sobretudo os que vendo não querem ver.

Há desafios a vencer. Há novos passos a dar, é preciso consolidar os resultados obtidos neste importante sector.

Não é demais repetir que a possibilidade de acesso à Habitação por parte das famílias açorianas, além de ser um factor de qualidade de vida, é também um factor estabilizante da célula fundamental da nossa sociedade que é a família, valor que é muito caro ao Governo desta Região Autónoma.

A Habitação propicia um ambiente favorável para uma boa integração dos jovens na sociedade, toca fundo no engrandecimento da pessoa humana e influencia o desenvolvimento.

Investir no sector da Habitação é mais do que apoiar uma política de grande alcance social porque a acção dos efeitos exógenos que proporciona e dinamiza a actividade económica, gera emprego, capta poupanças que doutro modo seriam canalizadas para o consumo corrente sem gerar qualquer efeito no tecido económico da Região.

O Governo propõe-se atingir os seus objectivos programáticos na política da Habitação através dos seguintes vectores:

No apoio ao investimento através do SAFIN;

Na promoção de projectos a custos controlados;

Na promoção de projectos de iniciativa das cooperativas;

Na cedência de solos infraestruturados e a preços simbólicos, como meio regulador do mercado;

No apoio à construção de casa própria às famílias de rendimento insuficiente;

Outro vector importante da política de Habitação é a denominada habitação social.

Mas aqui a promoção deste investimento tem de ser dinamizada pelas Câmaras Municipais através de acordos de cooperação a celebrar entre estas e o Instituto Nacional de Habitação, o Instituto de Gestão e Património e a própria Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Depois do enorme esforço feito pelo Governo no sentido de apoiar a recuperação do património habitacional degradado, é altura das Câmaras Municipais tomarem o encargo de todos os anos estabelecerem apoios para as situações que delas careçam e cujos agregados não disponham de meios para o efeito.

Os Municípios poderão gerir a contribuição predial que recebem em função das necessidades que o sector apresenta.

Na sequência dos objectivos enunciados, está em preparação a actualização da legislação que regula os apoios à Habitação e que serão oportunamente apresentados à Assembleia Legislativa Regional para aprovação.

O Governo tem uma política de solos e a sensibilidade das nossas Ilhas requer um cuidado especial nas matérias referentes ao ordenamento do território.

A política de ordenamento do território orientará a ocupação económica e funcional dos espaços, integrando a política de infraestruturas e criando condições para garantir

que as pressões sobre o espaço resultantes do desenvolvimento, sejam enquadradas de forma a evitar que a qualidade espacial da Região se degrade.

Quando referimos qualidade espacial, temos presente a qualidade da natureza e da paisagem, mas não só, porque as variáveis a compatibilizar são mais vastas e determinam o que será a Região em termos de ordenamento físico a médio e a longo prazo.

A ocupação do espaço é muitas vezes irreversível, isto é, quando se tomam opções e se executam, dificilmente se volta ao princípio e por isso mesmo as alterações a introduzir no nosso espaço físico têm de ser com conta e medida para evitar danos irreparáveis.

É neste princípio que o Plano Regional Ordenamento do Território coordenará a ocupação espacial do solo.

O desenvolvimento desta política tem de ser um desenvolvimento participado no qual os açorianos têm de ser agentes activos na sua apreciação prévia e depois na sua execução.

O Plano Regional de Ordenamento do Território estabelecerá um conjunto de cenários de desenvolvimento que permitem antever as pressões exercidas sobre o espaço. A sua compatibilização tem ou terá por base garantir o desenvolvimento harmonioso a nível regional, de ilha, municipal e local, sem redução dos valores do património ecológico, urbano e rural.

Os transportes constituem em qualquer sociedade um importante elemento e ordenamento da ocupação do território, devido às acessibilidades que criam e às potencialidades que gerem.

***Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!***

**O Orador:** Em sociedades insulares como a nossa, é óbvio que os transportes tomam lugar de destaque e são uma importante alavanca do desenvolvimento, devendo existir uma ligação consistente entre a componente marítima, a componente aérea e a componente terrestre do transporte, devidamente inseridas no âmbito da política do ordenamento do território.

A concertação entre o Governo e os vários agentes envolvidos nos sectores dos transportes, é crucial para a obtenção de bons resultados, porquanto os transportes são de tal modo importantes para os açorianos, que é de esperar apenas o aprofundamento da contribuição de todos os sectores públicos e privados, utilizadores e operadores, para a obtenção de um desenvolvimento sustentado do sistema de transportes dos Açores.

Estão concluídas ou em fase de conclusão as infraestruturas de transportes - portos e aeroportos.

Foi mais uma batalha ganha pelos açorianos, mercê da audácia dos Governos da responsabilidade do Partido Social Democrata.

***Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!***

**O Orador:** Longe já vai o período das roturas de abastecimentos e do justo clamor que elas proporcionavam.

Hoje o desafio que se coloca a cada Ilha é outro. É o desafio da potenciação dos equipamentos portuários e aeroportuários dando-lhes cabal aproveitamento e transformando-os em verdadeiros instrumentos de cada Ilha.

Vivemos num período de mudança relativamente à política de transportes marítimos e aéreos.

As ligações do exterior para os Açores são boas e o mercado açoriano, com cerca de 2 milhões de toneladas de carga movimentada nos nossos portos, torna-se num mercado aliciente.

A partir de 1991 a cabotagem europeia será liberalizada, deixando de ser aplicável a condicionante de exploração das regulares para os Açores que obriga ao toque em 5 portos diferentes.

A concorrência adveniente da desregulamentação provocará maior pressão sobre os transportes marítimos para os Açores e obrigará o Governo e os empresários a equacionar medidas de política para fazer face ou para melhor responder às consequências do novo enquadramento, preparando-se os portos sobretudo de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta para operações de grande porte, criando-se



simultaneamente, condições para que estes portos funcionem como centros eficazes de recepção e de distribuição para todos os portos da Região.

A iniciativa privada assume neste contexto uma importância vital no processo da política de transportes marítimos, pois são as empresas a desenvolver os projectos e as candidaturas aos sistemas de incentivos e serão igualmente as empresas que tornarão eficaz a exploração da rede interna de transportes marítimos nos Açores.

O Governo entende ser importante reforçar a componente do transporte marítimo de passageiros entre as Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, como maior regular meio de transporte e também como meio potenciador do Turismo.

Para o efeito, conta com a disponibilidade das empresas que operam neste circuito para actualizarem os equipamentos de transporte.

As Juntas Autónomas serão também objecto de reestruturação de modo a dar-lhes novo folgo para as novas tarefas que se colocam à gestão dos portos.

Há novos investimentos neste Plano a Médio Prazo para os Portos da Horta, de São Roque do Pico, do Corvo, bem como a prossecução das obras do Porto das Flores e do Porto de Pescas da Praia da Vitória.

Mas, se no sector dos transportes marítimos verifica-se que há estabilidade, o mesmo já não se pode dizer quanto ao sector dos transportes aéreos onde a instabilidade é grande. Parte apreciável dos operadores nacionais e internacionais atravessam dificuldades financeiras acentuadas e a concorrência forte que se abateu, têm conduzido a um decréscimo, quase geral, das tarifas aéreas com benefício para os utilizadores, mas com prejuízos avultados para as próprias companhias que operam.

Pode afirmar-se que o sector está a sofrer uma transformação significativa sendo mesmo difícil prever todas as consequências daí advenientes. Preocupa-nos este facto, sobretudo porque vivemos em ilhas, porque temos que utilizar obrigatoriamente o transporte aéreo para nos movimentarmos.

Neste contexto, entendemos que a prudência é o objectivo principal para a política do transporte aéreo.

Os custos da operação nos Açores são elevados e o serviço regular estabelecido, com a qualidade que tem, originou obrigações financeiras para as quais é necessário encontrar outras compensações.

O Governo aguarda a conclusão do plano estratégico que a SATA está elaborando, o qual vai apontar os reajustamentos a efectuar.

Entendemos que é necessário conciliar o tráfego marítimo e o tráfego aéreo dentro da Região de modo a encontrar uma verdadeira compensação entre os ganhos e perdas que geram um e outro, envolvendo-se, para o efeito, os agentes ligados ao tráfego marítimo e ao tráfego aéreo.

O Plano estratégico sobre o transporte aéreo vai apontar certamente opções a considerar relativamente ao tráfego aéreo regional o que vai apoiar os reajustamentos necessários a introduzir brevemente na denominada Política Aérea, aprovada em 1980 e que agora é preciso adequar às novas realidades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A mobilidade interna em cada ilha, é de primordial importância. O IV Governo lançou um programa de construção e recuperação das estradas regionais e que vai ser prosseguido pelo V Governo. Deu-se um salto gigantesco nesta área.

Mas, é necessário clarificar responsabilidades no âmbito da rede viária em geral e criar o enquadramento jurídico que defina a relação entre o utilizador da via e a entidade responsável pela sua gestão.

Está preparado o projecto do estatuto da rede viária da Região, o qual distinguirá claramente as características das redes regionais e das redes municipais.

Esperamos que as Autarquias possam dispor do novo quadro comunitário de apoio dos meios financeiros necessários à revitalização das vias municipais, de modo a que estas acompanhem o esforço que tem sido feito no âmbito das estradas regionais.

Melhores estradas provoca também inconvenientes. Dá largas à aventura dos automobilistas, aumenta a sinistralidade que é uma chaga social que tem que ser combatida.

A prevenção da sinistralidade é uma tarefa colectiva e inicia-se nos bancos da escola para ser desenvolvida no meio familiar e no meio laboral.

Cada um de nós tem de dar o seu contributo para combater o sinistro, o que é o mesmo que dar o seu contributo para que o semelhante tenha mais vida.

***Vozes do Governo e do PSD: Muito bem! Muito bem!***

**O Orador:** Sr Presidente, Srs. Deputados:

O Plano 93/96 compreende um conjunto de investimentos que permitem encarar o futuro com tranquilidade e com confiança.

O Plano contém também objectivos de política que origina ou originaram medidas estruturais. Tais medidas vão certamente defrontar muitas resistências e criarão incomodidade aos instalados, aos avessos ao progresso e aos defensores de privilégios, alguns deles de duvidosa legitimidade.

*Vozes do Governo e do PSD: Muito Bem! Muito Bem!*

**O Orador:** Temos consciência que muitos dos que clamam pela adopção de certas medidas serão os primeiros a contestá-las quando o Governo as implementar, pois sente-se a existência de forças organizadas cujo fim é apenas o de se manterem sempre na "crista da onda" e manter desta forma o status que lhes interessa e apenas este.

Há interesses corporativos instalados, com os contornos bem definidos e que se acobertaram no PS e no CDS transformando estas forças políticas em "marionetes" dos seus interesses de grupo, de classe e de outros agentes políticos. Estes partidos deixaram de actuar em função do seu programa e passaram a ser a coutada dos instalados, dos resistentes à modernização dos defensores dos privilégios de classe.

A oposição actua em função do interesse corporativo instalado e não em função do interesse da Região.

*Vozes do Governo e do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Apesar deste complexado comportamento do CDS e do PS que causa fundadas preocupações sobre o ponto de vista Democrático, o Governo não enjeitará a tarefa e as responsabilidades de avançar com as reformas necessárias e que visam sobretudo adequar a nossa Região aos desafios do século XXI.

*Vozes do PS e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O orador:** Para isso estamos cá nós. Contem connosco.

*(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão naturalmente para pedir esclarecimentos.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

O Partido Comunista Português e a sua representação parlamentar, entenderam na devida altura, que V. Ex<sup>a</sup>. Sr. Secretário, deveria por imperativo de ordem ética, ter abandonado o exercício de cargos políticos, até à conclusão do processo criminal, por todos conhecido.

Entendeu V. Ex<sup>a</sup>. que deveria permanecer em funções, enquanto a ordem jurídica o permitir, pondo de parte o valor político e moral que teria um auto-afastamento, clarificador e dignificante das instituições e da respectiva credibilidade política.

Por essa razão, V. Ex<sup>a</sup>. exerce ainda as funções de Secretário Regional. E por essa razão, veio fazer a apresentação das propostas do seu sector contidas no Plano e no Orçamento.

Para a Representação Parlamentar do PCP V. Ex<sup>a</sup>. não deveria exercer essas funções. Mas está, de facto, a exercê-las.

Não confrontar V. Ex<sup>a</sup>. com as dúvidas legítimas que temos e que resultam desta sua intervenção, mais não seria do que facilitar a vida a um governante que tem enormes responsabilidades nas políticas do Governo.

Por essa razão, ficámos aqui na Sala. Por essa razão, optámos por dizer a V. Ex<sup>a</sup>. o que efectivamente pensamos. E também por essa razão, vamos colocar a V. Ex<sup>a</sup>. um conjunto de questões que têm a ver com a sua intervenção.

Assim, foram logo no início da sua intervenção, apoios para a Habitação. E o primeiro problema que lhe queria colocar, é no sentido de saber quando o Governo Regional vai satisfazer os compromissos que assumiu para com muitas pessoas e que

neste momento, têm problemas complicados, relativamente a compromissos que eles próprios assumiram em função daquilo que esperavam que fosse o apoio do Governo Regional?

Em relação ao meu círculo eleitoral, o Governo comprometeu-se, conjuntamente com a Câmara Municipal também do PSD, a pôr à disposição das pessoas lotes de terreno que seriam loteados pela Região, para efeitos de Habitação.

Para quando será, finalmente, feita a entrega às pessoas interessadas, desses lotes de terreno, para que possam avançar no sentido da construção das suas próprias habitações?

Na sua intervenção, referiu-se em seguida aos problemas ecológicos.

Embora seja esta uma matéria que pode ser tratada tanto pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, como por V. Ex<sup>a</sup>., na medida em que o Plano a Médio Prazo, concretamente no Programa 20 se refere à Eutrofização das bacias hidrográficas; por uma lado, gostaria de saber se será do programa 18 ou do Programa 20 que sairão as verbas para o combate à eutrofização das lagoas?

Por outro lado, em resposta a um requerimento que recebi do gabinete do Sr. Secretário, recentemente, fala-se do combate à eutrofização **apenas das lagoas da Ilha de S. Miguel**.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** A minha preocupação é saber se, efectivamente, serão apenas as lagoas da Ilha de S. Miguel ou se as lagoas das outras ilhas também serão beneficiadas, pois desde há pelo menos 4 anos e meio a esta parte, vimos colocando o problema do combate à eutrofização das lagoas da Ilha das Flores que consideramos muito importante.

Gostaria de saber também, quando é que vão terminar as obras do porto e do aeroporto da Ilha das Flores, problema esse, que é muito importante.

Havia muitas outras questões que gostaria de pôr mas, infelizmente, por imperativos de tempo, é-me impossível.

De qualquer modo, existem pequenas obras, como por exemplo as obras da ponte sobre a estrada que liga a Fajã Grande ao resto da Ilha, a estrada da volta da ilha,

enfim, pequenas questões destas - Sr. Secretário - lamentamos que não estejam contempladas no Plano que estamos a apreciar.

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Cruz pede a palavra para?

**Deputado Victor Cruz (PSD):** É para um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra para protestar, mesmo com a ausência dos protestados.

Falou nesta Assembleia Legislativa Regional dos Açores um membro **legítimo, dum governo legítimo**, escolhido democraticamente num acto eleitoral.

Governo este, que veio a esta Assembleia prestar contas, justamente perante quem as deve prestar. E por isso achamos que a política de ausência do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular, não dignifica minimamente, esta Casa.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Isto é tanto mais grave, quando da boca dos ausentes, todos os dias, nos vêm falsos recados que justamente pretendem dizer que quem não prestigia o Parlamento, é o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e o Governo que nós suportamos!

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Estamos perante, certamente, uma política típica do líder do Partido Socialista, que já nos habituou a ter como uma das suas principais referências da sua acção política, a ausência. E que agora, certamente, com mais esta ausência, nos faz criar a esperança fundada de que em próximos actos eleitorais, os deputados que saem, sejam sempre menos, do que aqueles que voltam!

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** De qualquer das formas e ao contrário do que parece - e para que fique registado - esta Assembleia esteve cheia.

Esteve cheia daqueles que neste momento importante, a quiseram prestigiar. E isso, para o Partido Social Democrata e para o prestígio desta instituição parlamentar, é apesar de tudo, quanto baste.

Muito obrigado.

***Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!***

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Natalino Viveiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados...

**Deputado Rui Melo (PSD):** Ó Fernando, podes entrar porque ele não está vendo!

*(Risos da Câmara)*

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Já está cá um, não és o primeiro!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sei se tenho que esperar para que o Sr. Secretário da Mesa se ausente, porque ainda estou em debate, mas enfim, vou responder ao Sr. Deputado Paulo Valadão. Tenho muito gosto em fazê-lo, aliás não vou entrar nas considerações que o Sr. Deputado, inicialmente se viu na obrigação de tecer, respeito a sua posição, certamente o Sr. Deputado respeitará também a minha e neste aspecto, estamos "pagos".

Relativamente às questões que o Sr. Deputado colocou, quanto aos programas de Habitação e sobre o pagamento das obrigações que resultam dos compromissos assumidos, como o Sr. Deputado sabe muitos desses pagamentos foram feitos e outros aguardam agora, a aprovação do Plano, para que sejam realizados.

A razão pela qual houve necessidade de aguardar a aprovação do Plano, é porque a solicitação e a procura que houve em relação aos diversos programas de Habitação foi muito superior às verbas que nós tínhamos inscritas e consignadas no Plano para este efeito. Por isso, é indispensável que depois de aprovados o Plano e o Orçamento, se proceda à liquidação dos compromissos que o Plano e o Orçamento vão possibilitar.

Quanto à atribuição dos lotes na Ilha das Flores, o processo está em marcha.

Como o Sr. Deputado sabe, quando se fazem as escrituras e quando se atribuem os lotes, é óbvio que as pessoas querem começar a construção imediatamente. Isso implica também que se faça a aprovação do processo e cria-se a expectativa à pessoa que requer o apoio que ela ao poder arrancar, poderá contar com este apoio que lhe é concedido pelo Governo da Região.

Para evitar que se criem falsas expectativas, entendemos por bem não avançar com a realização das escrituras, antes de podermos depois pôr a funcionar os mecanismos de apoio a este programa.

Em relação à eutrofização das lagoas, o pagamento que será feito relativamente a esta matéria, é através do programa 20 - creio eu - e devo dizer-lhe que, proximamente, numa proposta de diploma que o Governo Regional tem entre mãos, de medidas de salvaguarda em relação a todas as bacias hidrográficas da Região, a proposta que o Sr. Deputado levantou tem cabimento e vai ser apreciada.

Quando nós referimos aqui as bacias hidrográficas das Furnas e das Sete Cidades, é porque são aquelas que neste momento apresentam maior cuidado e por isso mesmo, foram essas as referidas.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pede a palavra para?

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** É para prestar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado do Partido Comunista Português e também do meu colega do Governo, gostaria de prestar um esclarecimento adicional.



Ou seja, em relação à protecção das lagoas, está previsto em regulamentação relacionada com medidas de acompanhamento da Reforma da PAC, uma protecção bastante clara em relação a esse tipo de problema.

Já que pela indemnização de toda a agricultura exercida à volta dessas lagoas, pela perda de rendimento, utilizando cada vez menos substâncias que possam conduzir a essa eutrofização, os agricultores vêm compensada a sua baixa de rendimento. Aliás há um diploma que eu penso que estará na Assembleia em análise, neste momento e que será complementada com legislação que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tem também preparada sobre essa matéria, em relação aos subsídios a conceder e que correm, obviamente, da Reforma da PAC.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Silveira pede a palavra para?

**Deputado António Silveira (PSD):** É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

A questão que eu gostaria de colocar é a seguinte:

No programa do Governo constavam os trabalhos necessários para que no porto da Calheta, em S. Jorge, os barcos pudessem operar com mais alguma segurança.

Eu penso que existem algumas verbas neste Plano que poderiam para arranjos nesse porto.

Assim, gostaria que me desse algum esclarecimento sobre este assunto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado, Sr. Deputado, pela pergunta que me faz, porque permite-me esclarecer um pormenor. Ou seja, eu já pedi uma correcção à verba que está consignada no Plano para o porto das Velas, que se poderá entender como "portos de S. Jorge", na medida em que nós temos prevista uma intervenção no porto da Calheta.

Por isso mesmo, justifica-se que não se fique apenas pelo porto das Velas, mas sim por "portos de S. Jorge" como classificação do projecto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para mais pedidos de esclarecimento.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O primeiro esclarecimento que queria voltar a pedir ao Sr. Secretário é em relação ao porto e aeroporto da Ilha das Flores, porque me preocupa - a obra do aeroporto está praticamente terminada - relativamente ao porto que está com algum atraso, por isso gostaria de saber se podemos ter esperanças dessas obras serem concluídas em 1993 ou se isso ainda não será este ano?

Em relação ao problema das lagoas, quero apenas lembrar aos Srs. Secretários que o problema das Flores, em meu entender, não é tão grave como é por exemplo na Ilha de S. Miguel, na medida em que como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas muito bem sabe, a grande maioria dos terrenos envolventes das lagoas, são do domínio público e portanto, os prejuízos embora indirectos existam alguns, não são graves como se fossem terrenos do domínio privado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins também para pedir esclarecimentos.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Era para perguntar ao Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações se está prevista a adjudicação da obra da área à Ribeira Grande ainda este ano?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando pela questão que levantou o Sr. Deputado Paulo Valadão, é evidente que o aeroporto das Flores está praticamente terminado, as obras estão praticamente concluídas e agora o que estamos a tratar é da divulgação das condições em que ficou

a pista das Flores, em termos internacionais, para que ela conste do roteiro internacional e que se transforme num ponto de utilização de toda a frota que necessite dum aeroporto com as características do aeroporto das Flores.

Agora mesmo, acabámos de fazer um acordo com a própria ANA nesse sentido, para a divulgação das características do aeroporto das Flores.

Relativamente ao porto das Flores, nós vamos executar os trabalhos que estão previstos, contratualmente e que têm cabimento orçamental. Se, porventura, ficar alguma coisa para o ano de 1994, não terá nada a ver com a operacionalidade do porto, porque os trabalhos de consolidação, que são os trabalhos urgentes para fazer, vão ser feitos em 1993, por imperativos da obra e por interesse do próprio empreiteiro e ainda do próprio dono da obra, para evitar qualquer prejuízo no próximo inverno.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Artur Martins coloca, envolvente à Ribeira Grande está prevista no Plano a Médio Prazo e nós vamos procurar, sempre que possível, fazer os trabalhos iniciais que a nossa capacidade de intervenção directa nos permitir, de modo a compatibilizarmos os meios humanos com os meios financeiros que estão inscritos para esta obra.

No Plano a Médio Prazo a envolvente à Ribeira Grande é considerada uma prioridade por parte do Governo Regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Amaral para pedir esclarecimentos.

**Deputado Manuel Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para perguntar ao Sr. Secretário Regional se neste Plano a Médio Prazo está incluída a conclusão da via rápida Angra-Praia?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No Plano a Médio Prazo está prevista esta obra.

Como o Sr. Deputado sabe, nós entendemos que é prioritário concluir, para já, a recuperação das estradas entre a Serreta e a Agualva. Mas é óbvio que o chamado último troço da via rápida Angra-Praia, também faz parte dos nossos objectivos de trabalho.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha também para pedir esclarecimentos.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de saber se a firma "Espírito Santo" tem alguma proposta na sua Secretaria para aquisição de algum barco e em que pé é que se encontra essa questão? Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O pedido de aquisição do barco não tem que estar na Secretaria, porque a aquisição será feita pela própria empresa.

O que a empresa fez foi comunicar-nos que está na disposição de adquirir uma embarcação. Disse-nos exactamente quais eram as características da mesma. Pediu-nos um apoio técnico, no sentido de se fazer a vistoria prévia, que é feita por uma entidade com idoneidade e responsabilidade técnica na matéria. E eu, na qualidade de Secretário da Habitação e dos Transportes, entendi que a Secretaria devia apoiar a vistoria técnica que era preciso fazer ao barco e já se deu luz verde nesse sentido.

Portanto, este é ponto em que se encontra o pedido. Depois do relatório vir, compete à empresa decidir se o barco interessa ou não em termos de aquisição.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Amaral.

**Deputado Manuel Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A apresentação das propostas do Plano a Médio Prazo 93/96, Plano e Orçamento para 1993, embora com algumas reduções, comparativamente a Planos anteriores, irá com certeza satisfazer em grande parte as aspirações dos Açorianos.

A conjuntura económica obrigou o Governo Regional a elaborar um Plano com rigor dentro de certas limitações que nos são impostas por diversos factores de ordem Internacional e Nacional em que os Açores estão envolvidos.

Todos nós sabemos que deixaram de constituir receita para a Região as contrapartidas financeiras, que nos eram atribuídas pela utilização da Base das Lajes,

contrapartidas essas que pelo montante que envolviam, modificam qualquer Orçamento, e mais se agrava se tivermos em linha de conta a multiplicação de receitas que as mesmas poderiam gerar.

Foram todos estes factores que levaram o Governo Regional a elaborar um Plano de Médio Prazo de equilíbrio e de constrangimento financeiro. Rigor na distribuição pelas suas mais prementes necessidades nas várias Ilhas de modo a que todos os Açorianos se sintam bem na sua Região.

Muito se tem feito nas diversas Ilhas para que se consiga o equilíbrio desejável entre elas, para isso basta recuarmos no tempo e olhar o que já é obra feita nestes anos de Autonomia em que o Governo PSD se tem empenhado para que todos os Açorianos se sintam parte de um todo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Não quero com isto dizer que não existam situações pontuais em cada Ilha que urgem ser resolvidas; não significa também que o que foi feito foi por vezes o melhor. Mas o que não podemos é de forma alguma estar de acordo com a oposição, que só ela sendo Governo faria tudo bem.

Irei votar favoravelmente este Plano e Orçamento porque entendo que ele não sendo abundante em termos financeiros, foi feito com base na realidade e dentro das disponibilidades económicas actuais da Região, porque os Planos e Orçamentos empolados, que depois não se podem cumprir, criam falsas esperanças que se não satisfeitas podem conduzir à frustração.

Apresentar este plano de verdade é não ludibriar o povo dos Açores, é não criar falsas expectativas, é ser realista assumindo, com a coragem que jamais faltou ao PSD, as dificuldades que se nos deparam e que, para mal dos pecados da oposição, iremos mais uma vez vencer. É além disso, um desafio á criatividade e mobilização da sociedade civil e dos Órgãos de Governo próprio da Região para que, unindo esforços, do pouco saibam fazer muito, criando riqueza, qualidade e bem estar social fixando cada vez mais os açorianos à sua terra.

Muito obrigado.

*Aplausos e vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Agradecia ao Grupo Parlamentar do PSD que fizesse substituir o Sr. Deputado na Mesa.

(Nesse momento o Deputado Manuel Brasil foi substituído na Mesa da Assembleia pelo Deputado José Aguiar).

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste PMP e Plano para 1993, ressalta como não poderia deixar de ser uma área, que embora não deva ser considerada nova, não deixa no entanto de necessitar cada vez de maior acuidade e rigor, em relação à sua gestão, como sector prioritário da nossa Região.

Evidentemente que nos referimos ao Ambiente, cujo aumento de consciencialização em torno dos seus problemas é actualmente cada vez mais um fenómeno de grandes proporções. É que durante o século XX, a Ecologia, ciência das relações entre os seres vivos e o seu meio ambiente, interessou-se sobretudo por um conjunto de problemas de âmbito global tais como: a camada do ozono, o efeito de estufa, as chuvas ácidas etc...

Assim, a preocupação sobre o ozono, entrou na consciência do público através do problema da destruição da camada do ozono, lá bem alto na atmosfera. Relegando ou fazendo mesmo esquecer muitas vezes os responsáveis por esta informação, que algumas das tecnologias actuais, fazem também com que o gás do ozono, se produza ao nível da baixa atmosfera, por exemplo, a partir das descargas eléctricas das fotocopiadoras ou em virtude da interacção, entre os fumos do escape dos automóveis e as radiações ultravioletas do sol, sendo aqui neste caso, um risco para a saúde, ao mesmo tempo que contribui para o efeito de estufa. Mas outros problemas ambientais mais específicos, tais como. resíduos e lixos, uso indiscriminado de agro-tóxicos, a intoxicação dos solos, o vasamento de efluentes não tratados, a poluição sonora e atmosférica e a intervenção descontrolada do homem a nível da fauna e da flora, são

alguns dos males ambientais, que senão tivermos o cuidado de devidamente os corrigir construiremos com eles um futuro perverso e ruim.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, como zona ecológica privilegiado pelo seu isolamento, clima e sobretudo pelo seu ainda bem preservado estado natural, pese embora a opinião de alguém visitante que assim o não achou, talvez por razões que a razão desconhece, não pode de modo algum deixar de estar atenta, ao seu ambiente. É que o nosso futuro, dependerá muito do nosso ambiente, e isto não só como meio que valoriza a nossa qualidade de vida, como habitantes que vivemos nos Açores, mas também como meio que valorizará economicamente os nossos produtos, os nossos serviços e as nossas belezas. Por isso não admira que o Ambiente, seja uma preocupação Regional, situado no PMP e Plano para 1993, juntamente com a qualidade de vida, como o quarto eixo de desenvolvimento. É certo que as verbas afectas ao Ambiente, não são de modo algum as desejadas, uma vez que para gerir condignamente os problemas desta área que existem e os que vão surgindo é necessário mais dinheiro. Mas sem pretendermos fazer muleta da crise, sabemos que esta é real, europeia e mundial. Pois quem não tomou conhecimento ainda, de que países economicamente bem mais potentes do que nós estão no momento em autêntica cruzada de sacrifícios contra a crise. Por isso, estas verbas, são as possíveis, que adicionadas às previstas pela Comunidade Europeia, serão as suficientes, para gerir razoavelmente as áreas protegidas e criar outras de interesse Regional; proteger com algum cuidado os recursos naturais que temos, desenvolver acções que levem á melhoria da qualidade do ambiente e da vida das populações, investigar e elaborar projectos sobre a problemática ambiental, fazer formação e divulgação na área do Ambiente e adquirir áreas de valor biogenético.

Evidentemente que estes objectivos, não esgotam de modo nenhum a área do Ambiente, e muitos mais poderão ser levantados uma vez que esta área é vasta e complexa e muitos dos seus problemas, estão ainda em relação ao conhecimento que temos deles em verdadeiro estado embrionário. Mas responde razoavelmente pensamos nós aos problemas mais actuais e identificados que temos. Pois é necessário termos em atenção de que em Ambiente, nunca se atingem óptimos, mas

apenas com esforço de boa vontade e o entendimento necessário os podemos perseguir o que nos parece ser o objectivo deste PMP e Plano para 1993, na área do Ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Ambiente não é nenhuma moda, nem uma daquelas manias colectivas que de vez em quando assolam as sociedades. Mas é sim uma preocupação de interesse fundamental que só agora nos finais do presente século começa a ser compreendido na globalidade por algumas das nossas sociedades. É o caso das Nações Unidas, que já criaram planos para o Ambiente e já reuniram com a ampla participação de largas dezenas de Chefes de Estado e de Governo, em cimeira mundial para temas ambientais na ECO 92, mais conhecida por Cimeira do Rio de Janeiro. Também nesta conformidade o Estado Português, tem bem explícito na Constituição, Artigo 66º, ponto 1- salvaguardado o direito de o cidadão português no seu país, usufruir de um ambiente sadio, de acordo com o referido ponto que transcrevo:" Todos têm direito a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender". Deste modo a Região Autónoma dos Açores como parte integrante do todo nacional e como zona ecológica privilegiada e sensível a este bem natural, desenvolve neste Plano, os esforços possíveis com vista a permitir a todos os habitantes desta Região, e aqueles que nos visitam um Ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Por isso a nossa concordância e apoio a este PMP e Plano para 1993, é na certeza de que o mesmo será capaz de desenvolver o esforço necessário, na recuperação das nossas lagoas, entre as quais destacamos a Caldeira de Santo Cristo na Ilha de S. Jorge, e outras na Região, em estado avançado de eutrofização. Bem como na classificação e regulamentação de biótopos entre os quais não poderemos deixar de mencionar o Morro das Velas, em S. Jorge, pelas suas características de verdadeiro ex-líbris daquela Vila, assim como um Plano Ambiental Director para as Fajãs de S. Jorge verdadeiros micro-ecossistemas de elevado valor ecológico.

Igualmente o tratamento adequado das nossas costas marítimas, em termos ambientais quer em S. Jorge, quer nas outras ilhas deverá ser integrado num esforço comum entre as autarquias e o PMP e Plano para 1993.



Neste PMP e Plano para 1993, sabemos como já o afirmamos que as verbas atribuídas ao ambiente, não são as desejadas para qualquer Governo, que quer fazer sempre mais e melhor mas são as possíveis e como lá diz o nosso povo na sua eterna sabedoria "o muito mal gerido é sempre pior que o pouco bem administrado Tenho dito.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A nossa intervenção irá focar a aplicação do Plano para 1993 e do Plano de Médio Prazo para o período de 1993/1996, bem como do Orçamento para o corrente ano, à Ilha de S. Miguel, aquela que representa o círculo eleitoral que me elegeu.

O que salta à vista em primeiro lugar, é que este Plano de Médio Prazo e o Plano e o Orçamento para a segunda metade de 1993 representam tão só e apenas os documentos da "gestão corrente" da Região para os próximos quatro anos.

Pode argumentar-se que a conjuntura internacional, marcada por uma recessão económica grave, não é de modo nenhum favorável a grandes investimentos.

Pode argumentar-se ainda que a conjuntura nacional, marcada, ela também, por uma recessão global de todos os sectores da economia também não é favorável a uma ampla política de investimentos.

Também se poderá argumentar ainda que para os próximos anos as receitas da Região serão substancialmente reduzidas em resultado do não pagamento das contrapartidas financeiras pela utilização da Base das Lajes.

Mas toda esta argumentação não chega para justificar, só por si, a contracção anormal das despesas públicas ao ponto de ficarmos reduzidos a uma gestão corrente de um orçamento em vez de se planificarem os investimentos que minimamente se impunham.

E este decréscimo do investimento compromete gravemente o desenvolvimento económico da Ilha de S. Miguel, podendo mesmo conduzir a uma situação de retrocesso algo perigoso.

Vamos então passar a analisar alguns dos programas e acções contidos no Plano para 1993 e no Plano de Médio Prazo 93/96, na sua desagregação espacial referente à Ilha de S. Miguel e que julgamos merecerem o nosso reparo.

Um tema candente em S. Miguel de há muitos anos a esta parte é o seu porto de pesca.

Desde os primeiros anos do novo regime autonómico que este empreendimento tem sido uma das aspirações mais desejadas das gentes de S. Miguel ligadas às pescas, quer dos próprios pescadores, quer dos industriais do sector.

Jogou-se durante anos com a rivalidade das gentes do mar. Era na Lagoa, era em Vila Franca do Campo, era em Rabo de Peixe, era em Ponta Delgada. Cada um queria o porto na sua terra. Enquanto se discutia, nada se fazia e enquanto se discutia não se exigia.

Como forma de ir adiando ano após ano uma obra fundamental para o sector das pescas.

E assim se passaram os anos. E assim se esgotaram as vontades.

Finalmente surgiu a Pranchinha como local mais indicado para o porto.

E finalmente no Relatório Anual de Execução do Plano de 92, surge como concluído o projecto do porto de pesca da Ilha de S. Miguel.

Só que apenas nasceu um local e um projecto, mas do parto resultou um nado-morto. Morto à nascença. Morto no Plano de 93 que não o prevê. Morto no PMP que inscreve 50 000 contos para o seu funeral.

Falemos agora de transportes terrestres na ilha de S. Miguel e de algumas acções neles incluídas.

Falar da rede viária de S. Miguel é quase falar de um regresso a um passado recente de abandono e desleixo.

Exceptuando as vias rápidas e seus acessos inaugurados providencialmente em fins de 1992, a maioria das estradas regionais micaelenses apresentam um estado de degradação bastante acentuado.

Lembro aqui a título de exemplo e porque nela circulo todos os dias, a denominada via rápida Ponta Delgada-Ribeira Grande, que começou torta, continua mal e serve mal quem diariamente tem de a utilizar.

O seu traçado foi desenhado sobre o joelho e tantas vezes esse mesmo traçado foi alterado que nalguns locais chegaram a existir quatro variantes para o mesmo troço.

A via rápida começou mal e acabou mal; por falta de planeamento prévio ficou com curvas desnecessárias. Algumas delas já foram até causa de vários acidentes, dois deles mortais.

Quanto ao seu piso actual nem é bom falar; para uma estrada de construção recente os buracos são tantos que contá-los é tarefa impossível.

Que o digam os automobilistas que por ali têm de transitar diariamente. E note-se que se trata de uma das mais movimentadas estradas da Ilha de S. Miguel.

Apesar deste quadro negro, o Governo Regional neste Plano e Orçamento para 1993 apenas dotou para a recuperação daquela estrada uma verba de 10 000 contos.

Pergunta-se, que se pretende fazer com 10 000 contos? É uma verba que nem sequer dará para comprar o asfalto para a sua reparação.

Assim, só há uma conclusão a tirar. No ano de 1993 nada se irá fazer naquela estrada regional.

Continuaremos todos os que lá temos de passar a saltar por cima das covas à espera de melhores dias.

Vejamos igualmente qual a leitura a fazer dos 40 000 contos inscritos para o ano de 1993 para a 2ª circular de Ponta Delgada.

Todos sabemos que Ponta Delgada em termos de transportes é uma cidade a rebentar pelas costuras. É ver os engarrafamentos nas horas de ponta à entrada e saída dos empregos. É urgente, é necessário, é vital a abertura da 2ª circular.

Mas olhamos para o Plano de 1993 e apenas encontramos para aquela obra a mais que modesta verba de 40 000 contos.

Se tivermos em linha de conta que para uma via daquela natureza serão necessários cerca de 20 metros de largura de faixa de terreno a expropriar e se contabilizarmos que por cada metro quadrado de área expropriada se terá de pagar uma média de 10

contos, devemos ter em conclusão que 40 000 contos servirão apenas para expropriar no ano de 1993, 200 metros de via.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Analise agora o que nos oferece o Plano e Orçamento para 93 e o PMP 93/96 no que respeita ao programa de Juventude e a algumas das suas áreas .

### **Construção de Pousadas de Juventude**

Prevista a construção da Pousada de Juventude de Nossa Senhora do Parto

Verba inscrita para 1993: 15 000 contos

Verba inscrita no PMP: 45 000 contos

É evidente que em 1996, último ano de vigência deste Plano de Médio Prazo, a Pousada ainda estará por concluir, pois ninguém acredita que se construa uma Pousada de Juventude com 45 000 contos.

Para o **Associativismo Juvenil** existe para 1993 uma verba de 6 300 contos.

Se no PMP 93/96 a verba inscrita é de 18 900 contos, isto significa que nos últimos três anos do Plano a verba anual a distribuir será de 4 200 contos.

Para quê fazer comentários, a verba fala por si.

O associativismo juvenil continuará à deriva, como também o esteve até agora.

### **Turismo Juvenil**

Para o ano de 1993 a verba inscrita é de 2 100 contos. Nos restantes anos do quadriénio tal verba sempre crescerá para 2 900 contos. Mas quer 2 100 contos quer 2 900 contos são verbas de tal modo exíguas que nem para o apoio a uma viagem de finalistas servirá.

Mas que política de Juventude é esta por parte de um Governo que no seu programa eleitoral elegeu a Juventude como um dos seus objectivos prioritários e que destina para a ilha de S. Miguel, quer no Plano para 1993 quer no PMP 93/96, verbas nos montantes acabados de indicar.

A Juventude dos Açores e a Juventude de S. Miguel em especial mereciam mais. Mas uma vez mais a Juventude foi esquecida. Do projecto de intenções constantes do Programa do Governo, nem o projecto ficou nem as intenções se respeitaram.

Passando agora da Juventude para a Cultura;

No domínio da Cultura, integrado no Programa "**Defesa e Preservação do Património**" iremos apenas e a título exemplificativo apontar duas áreas:

No "**Apoio a Institutos Culturais e Científicos**" apenas encontramos para o ano de 1993 a verba de 9 700 contos.

Se nos lembrarmos que a edição de um livro custa em média entre 2 500 a 3 500 contos isto significa que esse apoio apenas poderá cobrir a publicação de dois livros.

Em matéria de apoio a Grupos de Teatro, vemos inscrita no Plano para 93 a verba de 2 000 contos.

Com certeza que quem incluiu esta verba não sabe o que é o Teatro nem o que custa levar à cena uma peça teatral.

Se a compra de um simples piano de luzes custa entre 500 a 3 000 contos; se a compra de uma pequena teia de projectores custa no mínimo cerca de 1 000 contos, para que sevem 2 000 contos ano para o próximo quadriénio.

Com certeza que não é para apoio ao Teatro.

Que diga o Grupo de Teatro Alpendre quanto custa encenar uma peça.

Só por caricatura se pode pensar em atribuir por ano uma verba de 2 000 contos para apoio ao Teatro.

O Teatro em S. Miguel vai continuar a viver apenas das recordações do passado e da saudade daqueles que nos anos cinquenta souberam promover e dar a conhecer a arte teatral aos seus conterrâneos.

Perde a Cultura e perdemos nós. Perdem os Açores e perde S. Miguel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Por último iremos referir-nos ao problema do ambiente, no que respeita em especial à eutrofização das lagoas de S. Miguel.

Todos Sabemos que as Lagoas das Sete Cidades e das Furnas se encontram num estado de degradação progressiva em resultado da eutrofização acelerada das suas águas, consequência de uma política de arroteamentos indiscriminada e sem critérios.

O resultado está à vista. As lagoas de S. Miguel, se exceptuarmos por enquanto a Lagoa do Fogo, têm os seus dias contados se não se tomarem de imediato medidas urgentes, rápidas e eficazes.

Muito se falou em grandes investimentos que o governo iria fazer para a recuperação das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas. Até se falou em legislação específica para obviar à eutrofização, com expropriações e plantações de matas e outras medidas.

Para a resolução deste cenário gravíssimo apenas encontramos orçamentado no PMP para o próximo quadriénio a verba de 175 000 contos, a qual à primeira vista se nos afigura mais que insuficiente para fazer face a expropriações, reflorestação e tratamento das águas lacustres.

Resta-nos ver os resultados e esperar que não tenhamos de dizer um dia "adeus lagoas".

- Muito havia a dizer, mas o tempo falta.

- Apenas deixarei no ar algumas questões que estão longe de se encontrarem resolvidas.

Que dizer das bolsas de pobreza de S. Miguel, autêntica vergonha social da nossa ilha e de todos nós?

- Que dizer da recuperação dos bairros degradados do Caranguejo em Rabo de Peixe e do Bandejo na Ribeira Seca?

- Que dizer do Estádio de S. Miguel que não é utilizado desde os Jogos Sem Fronteiras, porque o piso de relva ficou totalmente estragado?

- Que dizer do apoio às associações culturais de S. Miguel?

- Que dizer da situação aflitiva dos produtores do ananás e da laranja, incapazes de fazer face à concorrência estrangeira?

Mas chega.

Para terminar, os Açores e os açorianos mereciam melhor. A ilha de S. Miguel e os micalenses também.

Enfim, este Plano para 1993 e o PMP 93/96, manifestam, no dizer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores **"um total conformismo com a situação de carência financeira"** e levantam dúvidas sérias sobre o que irá acontecer nos próximos anos a toda a base produtiva micalense.

Para terminar e parafraseando João de Melo e o seu último romance, podemos dizer que deste Plano não vai surgir gente feliz. Este Plano vai criar gente infeliz, mas gente infeliz que chora.

Enfim, um romance micaelense a que poderíamos chamar "gente infeliz com lágrimas".

Disse

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** A Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Gomes pede a palavra para?

**Deputada Ana Gomes Silva (PSD):** É Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem, a palavra para o efeito.

**Deputada Ana Gomes Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Silva Melo, durante a sua intervenção, referiu que o associativismo juvenil nos Açores estava à deriva.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se sabe quantas associações juvenis existem nos Açores?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins para pedir esclarecimentos.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção do Sr. Deputado Silva e Melo e gostaria de fazer-lhe a seguinte pergunta:

Qual é o conceito que o Sr. Deputado tem de unidade açoriana, uma vez que ele fez uma intervenção puramente bairrista, com uma visão meramente...

*((Apartes inaudíveis da bancada do PS))*

**O Orador:** Quando os Srs. se calarem eu continuo.

A minha é concelhia e a de V. Ex<sup>a</sup>. é de vacas!

**Presidente:** Sr. Deputado, eu agradecia que continuasse sem estabelecer diálogo.

**O Orador:** Sr. Presidente, eles estão a falar daquele lado e o Sr. não mandou calar!

Eu gostaria de perguntar qual é o conceito de unidade açoriana que tem o Sr. Deputado Silva Melo.

Parece que pretendia que o Governo pretendesse resolver todos os problemas de S. Miguel. Se assim é, pergunto-lhe se é possível resolver todas as bolsas de pobreza do Caranguejo, se tem alguma solução mágica.

Por que é que ele não diz que nos governos do PSD tem havido, de facto, "gente feliz... **sem lágrimas**".

**Presidente:** O Sr. Deputado Jorge Cabral também pediu a palavra para pedir esclarecimentos, naturalmente.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Silva Melo:

Conheço V. Ex<sup>a</sup>. há anos suficientes, para conferir um tom de seriedade à sua intervenção.

Gostaria de perguntar-lhe o seguinte:

Falou no porto de Pesca de S. Miguel e na exígua verba de 50 mil contos no Plano a Médio Prazo.

Pergunto-lhe se tentou informar-se qual seria a estratégia governamental para a consideração daquele porto industrial, durante a vigência deste PMP?

2<sup>a</sup> questão:

Referiu que o porto ia ser implantado na Pranchinha.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se conhece o estudo do impacto ambiental da instalação deste porto naquele local, dado a proximidade de praias naquela zona?

3<sup>a</sup> questão:

Falou também sobre os novos arruamentos, de novas avenidas, de circulares etc, referindo que a estrada - julgo eu - P. Delgada-Ribeira Grande estava cheia de buracos e estava quase inviabilizada.

Perguntar-lhe-ia se conhece índice de tráfego, de fluidos de entrada e saída da cidade de P. Delgada, desde que foram inauguradas as novas rotundas, as novas vias, que estão a da conta de si em relação às horas de ponta?

E para já, seriam estas as questões.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para prestar esclarecimentos.



**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela pergunta que fez a Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Silva, não sei dizer-lhe concretamente o número de associações que existem, mas acho que isso só por si, não chega para termos uma noção do impacto das associações existentes no meio e no ambiente social.

A título de exemplo, começo por apontar-lhe a própria associação da Universidade, cujo impacto no meio social de P. Delgada, eu tenho sérias dúvidas sobre o mesmo.

Portanto, julgo que a questão põe-se numa terra em que o associativismo, não só o juvenil mas também todo o outro associativismo, sobretudo na Ilha de S. Miguel, tem sérias dificuldades em implantá-lo. Seria necessário maiores verbas e maior intervenção do Governo nesse campo para se fomentar o mesmo.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** O Governo criar associações?! Que aberração!

**O Orador:** O Sr. Deputado Artur Martins disse que eu sou divisionista e que queria defender apenas a Ilha de S. Miguel.

Julgo que está a ver mal o problema, porque como Deputado da Ilha de S. Miguel, referi-me especificamente, aos problemas desta ilha, já que das outras ilhas, outros deputados e melhor do que eu, poderão defender os interesses das mesmas.

Ao dizer isso, não estava a prejudicar ou a procurar criar qualquer clima de divisionismo, mas a referir-me, única e exclusivamente, aos problemas da Ilha de S. Miguel.

Quanto ao Sr. Deputado e meu amigo Jorge Cabral, é facto e eu reconheço que a via rápida P. Delgada-Ribeira Grande tem uma grande intensidade de tráfego, talvez neste momento, a que tem mais do que todas outras.

Mas só por si, o seu piso e o estado em que está, esse excesso de tráfego que eu sei que existe, não justifica o mau estado em que se encontra.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Mas vai abrir daqui a dias e o Sr. vai ter o prazer de passar lá!

**O Orador:** Quanto ao porto de pesca, sei que há um estudo do impacto ambiental e que contraria a sua construção no lugar da Pranchinha, em virtude das praias existentes à volta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como responsável pela área da Juventude, gostaria de referir que a intervenção do Sr. Deputado Silva Melo foi uma intervenção de tom monocórdico, que se limitou só a preencher o espaço de tempo que o seu partido lhe deu e nada mais do que isso, porque não nos trouxe nada de novo.

Foi pena que o Sr. Deputado não tivesse tido ocasião de observar os números, as informações que eu deixei na Comissão de Juventude, quando a ela me desloquei.

E porque o Sr. Deputado referiu todo um cenário de miserabilismo, no que concerne a área da Juventude, dizendo que nada se tem feito etc, etc..., eu gostaria de deixar aqui alguns números e esclarecimentos. E depois se o Sr. Deputado entender continuar a dizer que nada se fez na área da Juventude, nesta Região, estará no seu direito de ter essa opinião, aliás essa é tipo de opinião que normalmente têm na vossa bancada.

Assim, vou passar a referir alguns números que dizem respeito à área da Juventude:

No quadriénio anterior, no apoio aos jovens empresários, em subsídios a fundo perdido, foram concedidos 312 mil contos e criados 341 novos postos de trabalho, isto na fase 1 e na fase 2 do programa de Apoio ao Jovem Empresário.

Na fase 3 que decorreu durante 92, em 14 projectos aprovado criaram-se 14 postos de trabalho, num subsídio a fundo perdido de 56 mil e 500 contos.

No programa de Apoio à Habitação, em 91 foram apoiados 123 jovens que totalizaram um valor de 70 mil e 300 contos e em 92 163 jovens que totalizaram um apoio de valor da ordem 87 mil e 200 contos.

Na ocupação dos tempos livres, foram abrangidos 5 mil 584 jovens, os quais conjuntamente com os beneficiários dos nossos programas, totalizaram cerca de 12 mil 375 jovens com montantes dispendidos de 143 mil contos.

Na mobilidade e intercâmbio juvenil - que o Sr. Deputado também referiu que nada havia sido feito - no quadriénio anterior, foram dispendidos cerca 5 mil jovens, com um montante da ordem dos 10 mil contos.

Nos programas de toxico-dependência, foram abrangidos 200 jovens, com montantes dispendidos de mil e 800 contos.

Nas pousadas de juventude, com as dotações que estão agora no Plano, será possível até meados do próximo ano, concluir as mesmas e o montante de adjudicação das mesmas, é da ordem de 300 mil contos.

No associativismo juvenil...

**Presidente:** Sr. Secretário, está a atingir o seu tempo.

**O Orador:** existem 16 associações registadas no Registo Regional, as mesmas foram apoiadas no quadriénio anterior, com valores da ordem de 87 mil e 500 contos e abrangeram 8 mil 850 jovens.

Não sei, Sr. Deputado, se perante isto, se o Sr. continua a ver nada, eu tenho pena de si!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para pedir esclarecimentos, creio eu.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque temos pouco tempo, vou procurar não ser acusado de "monocórdico", gostaria de pedir alguns esclarecimentos.

Naturalmente são em relação à Ilha do Pico, a que eu represento:

Uma verba de 3 mil 250 contos, em termos de tóxico-dependência Sr. Secretário, não sei a que é que se deve ou em que querem aplicá-la.

A construção do ramal da Estrada Regional 1/2<sup>a</sup> ao porto de S. Roque, qual será a sua execução em termos de 4 anos que se avizinham?

Os portos do Pico têm 250 mil contos, o que é uma verba que me deixa alguma perplexidade!

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Se tivesse cá dentro tinha ouvido!

E, finalmente, deixaria uma dúvida ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, sobre um documento que só agora me foi presente, durante o decorrer deste debate, ou seja, os investimentos previstos em polivalentes da Segurança Social.

Quanto ao Polivalente de Stº. António, tem aqui uma nota que diz "Aguarda início da construção da cave pela Câmara Municipal".

Tanto quanto eu sei, há um compromisso por parte da Câmara apenas para ajudar em materiais, cimento e ferro...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Gualter Furtado):** E madeira!

**O Orador:** ...quanto ao resto, ficamos com muitas dúvidas se se deve pôr uma nota destas, tão comprometedoras para com o município que não tem nada a ver com os polivalentes, a não ser os 50% que a lei impõe, quanto à parte da Junta de Freguesia. Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego quer dar um esclarecimento, da parte que lhe toca, segundo creio.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva):** Exactamente, Sr. Presidente.

Em relação a um pedido de esclarecimento por parte do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, na área da Juventude e concretamente à parte da tóxico-dependência e perante as verbas que estão inscritas para a Ilha do Pico, se o Sr. Deputado estivesse com atenção durante a minha intervenção sobre o Plano, veria que eu fui muito claro quando abordei esses aspectos que se prendem com a tóxico-dependência, uma vez que as nossas acções se inserem, exclusivamente, nos cuidados primários e numa articulação muito grande com a política nacional definida para o sector.

O Sr. Deputado diz-me que 3 mil 250 contos é muito pouco para a Ilha do Pico. Eu penso que é uma ideia que pode não corresponder à realidade, porque a doença da droga e os seus contornos aqui nos Açores, infelizmente não estão rigorosamente quantificados para se saber se na ilha A ou B, existem mais ou menos toxicómanos e se poder avaliar se as verbas são exíguas ou se são suficientes.

De qualquer modo, a política é regional. Não me parece que, face a um problema tão grave como é o problema da droga, deva ser essa a preocupação de saber se nesta ou naquela ilha estão mais ou menos 100 ou 200 contos.

É um problema de âmbito regional, que vai ser combatido.

O Sr. Deputado vai ter uma verba de 3 mil 250 contos para a Ilha do Pico. Aliás, eu escuso-me de estar aqui a mencionar os valores que estão aqui para as outras ilhas. Mas devo dizer que a sua ilha, neste caso, é a 3ª ou a 4ª, em termos de dotação. Portanto, não estamos aqui a discutir o preço.

Gostaria de terminar dizendo que o combate a uma doença tão grave como é a droga, não pode ser medido pelo valor ou dotação que está destinada à ilha A ou à ilha B.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu compreendo a posição do Sr. Deputado Rui Ávila, o desejo que ele teria de ser esclarecido relativamente às matérias que colocou. Considero que são de interesse para a Ilha do Pico, lamento, porém, porque na minha intervenção eu ter-lhe-ia proporcionado certamente esse esclarecimento e outros que alguns dos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista manifestaram interesse em colocar, mas não tiveram possibilidades - alguns até já me colocaram esses esclarecimentos no corredor - porque não estavam cá. No entanto, eu registo e numa próxima oportunidade, nós poderemos voltar ao diálogo.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Juventude:

Até ao momento, relativamente a uma área que é da sua competência - a Energia - não ouvi qualquer referência, nem tão pouco li nos documentos, às compensações que

têm sido sempre dadas à Federação dos Municípios das Flores e à Câmara Municipal do Corvo, na medida em que são estas as entidades responsáveis nessas ilhas pela distribuição de energia eléctrica.

O que é que se irá passar em 1993 e no futuro, em relação a estes apoios que têm sido normais?

Outro aspecto que não vejo no Plano, prende-se com a aplicação dos estudos técnicos e económicos que foram feitos em relação aos recursos hídricos das Flores? O que é que se passa também em relação a esta matéria?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Emprego para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Irei prestar esclarecimentos solicitados pelo Sr. Deputado, pena é que não tenha solicitado os mesmos a quando da minha intervenção e o tenha feito só agora na sequência de uns esclarecimentos de outros Srs. Deputados.

De qualquer modo, em relação às compensações financeiras à Federação dos Municípios, é do seu pleno conhecimento que neste momento estão concluídos todos os estudos conducentes à integração da mesma Federação na própria EDA.

Tem sido um processo moroso, um processo que passa por várias fases incluindo toda uma avaliação patrimonial, daí se poder ajuizar toda a componente de investimentos.

É óbvio que dentro do próprio plano da EDA, em termos de investimentos, e os Srs. Deputados sabem as dotações desta empresa para o próximo quadriénio, toda esta matéria faz parte dos seus próprios planos.

Se o Sr. Deputado me fala noutra matéria, como por exemplo em relação às indemnizações compensatórias, mas isso já em relação à própria EDA, eu tive oportunidade de informar a Comissão de Economia e Finanças que esta é uma matéria que de algum modo está associada à própria estratégia financeira da empresa, para os próximos 4 anos em que se prevê e, sobretudo no último biénio, prescindir das indemnizações compensatórias, dado os resultados que se têm verificado, em termos da própria gestão da EDA.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para uma intervenção.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontra-se reunida a Assembleia Legislativa Regional dos Açores para apreciação, discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 93 e PMP 93/96.

É através destes documentos que se define a política económica, social e cultural para os próximos 4 anos.

A perda de receitas regionais, a não total clarificação atempada dos meios financeiros provenientes da Comunidade Europeia, levou os responsáveis governativos a terem cuidados acrescidos na elaboração dos documentos em apreço, mais propriamente no que diz respeito à distribuição das verbas disponíveis para os diferentes programas e projectos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É do entendimento geral que o plano em discussão não é o ideal nem o que nós desejaríamos para mantermos um alto grau de investimento, a par do realizado em anos anteriores, mas o plano possível e dentro do enquadramento Económico Regional, Nacional e Europeu.

A preocupação principal é não pôr em causa os postos de trabalho e manter, apesar da crise real, os actuais níveis de desemprego, e ao mesmo tempo levar a bom termo os diversos empreendimentos em curso nas áreas da saúde, vias de comunicação e infraestruturas portuárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das respectivas populações.

Este princípio levou que o Governo Regional criasse mecanismos legais que permitiram o apoio financeiro às autarquias, para que fosse possível arrancar com empreendimentos muito importantes para a qualidade de vida das populações, como seja o abastecimento de água ao domicílio, não sendo um apoio estático mas sim evolutivo tendo diversificado as áreas de cooperação ao saneamento básico, rede viária e recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Os resultados estão à vista nas diferentes ilhas dos açores.

Não podemos esquecer o princípio das competências de cada um dos órgãos, uma vez que a cooperação financeira e técnica não é a substituição das responsabilidades de cada um, devendo-se sim, apostar no diálogo aberto e franco, evitando-se o discurso político estéril que apenas prejudica as populações.

Nesta área, a cooperação financeira, o PMP dispõe de uma verba de 3,5 milhões de contos, verba esta que potenciará com fundos da Comunidade Europeia e recursos próprios das autarquias, fundos consideráveis para o investimento nas diferentes ilhas, sendo necessário para atingir este objectivo que existem projectos bem fundamentados e vocacionados para a criação de infraestruturas essenciais para a melhoria da qualidade de vida e bem estar das populações.

Sr. Presidente, Srs.. Deputados, Srs. membros do Governo:

O plano em discussão e no que respeita a Santa Maria, não é o que desejaríamos, mas sim o possível atendendo aos meios financeiros disponíveis a distribuir pelas diferentes ilhas, princípio aceite para quem tem o mínimo de solidariedade e se entende enquadrado no conceito de unidade regional.

É indesmentível que a ilha necessitaria de maior investimento para que fosse possível arrancar com diversas obras que são importantes para o meio, reforço do molhe cais, polivalente, centro de terceira idade etc., mas a realidade dos números é cruel tornando impossível atingir o grau de investimento desejado, tendo todas as ilhas da Região sido atingidas pelas carências financeiras actuais, restando-nos apenas aguardar melhores dias e que a recuperação económica Regional, Nacional e Europeia seja uma realidade a curto prazo.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



O Plano a Médio Prazo é a consequência lógica do programa do Governo, visa a confirmação do desenvolvimento global atendendo à especificidade do período a que se destina.

O Plano de Médio Prazo recolhe projectos que transitam do anterior Plano fazendo deste modo a indispensável ligação com as medidas de política anteriormente tomadas.

Concordamos que as orientações positivas das propostas em discussão exprimem a sua preocupação sobre as áreas em que os investimentos não acompanham as necessidades sentidas.

E porque será que os investimentos não acompanham as necessidades sentidas?

Recordo-lhes as palavras de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no passado mês de Novembro, aquando da abertura solene desta V Legislatura:

"Não vale a pena ignorar, nem isso seria sério, as dificuldades dos próximos tempos, num mundo que apresenta sinais de crise que também nos tocam e nos impõem limitações"

É necessário reafirmar que para o bem e para o mal, o futuro dos Açores e de Portugal no seu todo, estão intimamente ligados à Europa.

Aos efeitos negativos da crise económica da Europa juntou-se ainda a perda das receitas provenientes dos acordos internacionais.

Contudo, os orçamentos para 1993/94 permitem absorver quase todo o impacto negativo da perda das receitas dos acordos internacionais.

Também se constata a opção clara pela contenção no lançamento de novos empreendimentos, não sendo, pois, possível aumentar o ritmo dos investimentos.

As reformas estruturais nos sectores da Educação e Saúde continuaram a aumentar as despesas correntes, assume-se esta situação, mas procurar-se-à evitar os seus efeitos perversos, assumindo uma atitude de maior rigor na apreciação dos projectos e de pagamento na execução dos mesmos, de acordo com a necessidade de uma produtividade cada vez maior, na aplicação dos nossos escassos recursos financeiros.

A luta contra o desperdício continuará, não podemos tolerar ou pactuar com o desperdício dos dinheiros públicos.

A luta contra o desperdício deve contar com o apoio de todos.

Estamos a aplicar a nós próprios, Assembleia e Governo, o rigor que exigimos aos outros.

O Governo Regional implementou nos seus departamentos soluções internas em normas que contemplam medidas de contenção e de poupança.

Também a política de incentivos de ordem financeira a fundo perdido foi alterada. Porque não se poderá fomentar significativos subsídios a fundo perdido, enquanto existirem atrasos nos pagamentos.

Temos preocupações, mas estamos a aguentar. O Dr. Mota Amaral continua ao leme e mantém o rumo certo, resistindo às tentações de facilidades e de imediatismo, mesmo que isso seja difícil e impopular.

Quem não gosta de fazer coisas que provocam a simpatia?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta sessão legislativa, o Parlamento Açoriano tem como principal tarefa a aprovação do Plano de Médio Prazo e Plano e Orçamento para 1993.

O PSD tem encarado este processo com grande sentido de responsabilidade, que decorre da ponderação que faz do interesse regional.

De tal ponderação, resulta para nós, que estamos no PSD, a procura de soluções que vão de encontro às aspirações do povo dos Açores.

Mais uma vez ficou claro para nós, sociais democratas, que a oposição vive de belas intenções mas não consegue apresentar soluções alternativas para os difíceis e complexos desafios que se apresentam.

As intervenções dos outros partidos, mais uma vez, foram marcadas pela demagogia e falta de coerência, mais interessados que estão em denegrir a actuação do Governo, dos seus membros e da maioria, do que em construir algo verdadeiramente consistente para a Região.

Isso mesmo ficou patente durante estes três dias de debate.

O que vos dói, é que da análise da proposta do Plano de Médio Prazo, os Senhores Deputados da oposição constatarem que com a sua plena aplicação, o Governo continuará, não ao ritmo que desejava, a sua árdua tarefa de desenvolver os Açores.

Já ganhámos este debate, agora até ao seu encerramento é só cumprir calendário. A provar esta afirmação estão as desesperadas intervenções, já vão em duas, do esforçado e cronista de serviço, Deputado Fernando Lopes, tentando de todas as maneiras alterar o rumo dos acontecimentos.

Senhores Deputados do Partido Socialista: não se sentem envergonhados pela a sua incapacidade e inoperância, porque enquanto há um deputado que intervém várias vezes, há outros deputados que só estão na bancada parlamentar a respirar e a dar palmas?!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nunca vimos os partidos da oposição sentarem-se à mesa para discutir e analisar ideias ou projectos que contivessem soluções para satisfazer as necessidades das populações.

**Deputado Fernando Fonte(PS):** Não digas mentiras!

**O Orador:** Não.... assiste-se ao frentismo organizado para tentar semear a instabilidade e para aumentar a desconfiança o mais possível.

É a baixa política.

É a falta de dimensão.

Hoje, tal como no passado o frentismo da oposição, constituído pelo, PS, CDS/PP, PCP e os Deputados independentes Machado, Lopes e Martins aglomera-se em cerco, à volta do PSD.

É mais uma vez a estratégia do CDS/PP, executada pelo Partido Socialista.

Logo, o PS continua a ser um partido que executa ou complementa as políticas de outro partido.

Assim, os Deputados do Partido Socialista não passam de meros "mercenários" ao serviço do CDS/PP. Estão às ordens do "Coronel" Alvarino, um ex-avençado de um general Ministro.

Recordo-lhes, Senhores Deputados do Partido Socialista, que na última legislatura, este mesmo "Coronel" levou-os a uma "emboscada", levou-os a um dos maiores desaires eleitorais que alguma vez tiveram.

*(Apartes inaudíveis do PS)*

E, já agora quem não se lembra das intervenções do Deputado Alvarino Pinheiro nesta Casa na anterior legislatura, defendendo intransigentemente o Ministro da República de então, o General Vieira, contra tudo e contra todos?!

Ficamos agora a saber que o General partiu...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Que vergonha!!

**O Orador:** ...muito reconhecido pelo trabalho realizado e comunicou-lhe que deu por muito bem empregue a avença que lhe pagou.

Também ontem Martins Goulart - ausente desta Sala - estava eufórico.

Recordou-nos o anúncio da televisão "se conduzir não beba". Pepito, Martins Goulart, julga-se o melhor do mundo.

*(Risos dos Governo)*

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** E arredores!

**O Orador:** Mas, no entanto, ... espalha-se!

Faz-nos lembrar a situação caricata de alguém, que apesar de não ter carta de condução, também bebeu e mesmo assim insiste em conduzir.

*(Risos do PSD e do Governo)*

E o descalabro é constatarmos que existem 21 indivíduos disponíveis a apoiar o pseudo-condutor.

*(Risos do PSD)*

Agora, percebo porque Carlos César não concorreu a líder do PS, seria desafiar o gigante, o maior, o melhor Deputado do mundo.

*(Risos do Governo e do PSD)*

César sentiu-se muito pequenino.

Ontem o Senhor Deputado Martins Goulart excedeu-se, demonstrando que lhe falta qualquer coisa para líder, ao responder à minha intervenção sobre um requerimento de Deputados do PSD na Assembleia da República.

Avançou o Senhor Deputado com uma explicação que prontamente fez divulgar, ela não me acalmou, porque o requerimento não é dirigido a Vossa Excelência, mas ao Senhor Ministro da Educação.

Esperamos pela resposta.

E se o Senhor Deputado nada teme, acalme-se então e não faça como ontem!

Ao auto-intitular-se o melhor do mundo, Goulart entra no "Guinness Book" e fica nos anais da literatura de ficção.

Por isso, Senhores Deputados, o nosso modesto apelo: alterem este vosso papel inútil, que não serve a Região nem - temos fortes razões para admitir - a vós próprios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O crescimento e desenvolvimento económico e social dos Açores, nos últimos anos, é uma realidade! E as estatísticas registam-no e os olhos vêem-no.

A qualidade de vida e o nível de vida também.

Portanto, os indicadores batem certo, reflectindo melhoria generalizada.

Contudo este resultado positivo não nos pode deixar sentar à "sombra dos louros", sobretudo quando encaramos os próximos anos e as novas oportunidades de utilização do novo Quadro Comunitário.

A justiça e a solidariedade não são possíveis sem crescimento económico.

Sem crescimento económico não se pode distribuir.

O PSD sabe que o PMP não é miserabilista, nem é de pobreza.

É um Plano de investimentos com rigor, transparência e de harmonização entre os diversos sectores.

Tem todas as condições para ser cumprido.

Assim todos nós o queremos.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** o Sr. Deputado Manuel António Martins pede a palavra para?

**Deputado Manuel António Martins (PS):** É para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Melo:

Só vou contestar aquilo que disse, porque falou nos 21 deputados do PS entre os quais eu me incluo.

O Sr. ofendeu a minha honra. Eu estou aqui a respirar, porque fui convidado para aqui estar.

E se eu estivesse aí, talvez o Sr. seria um dos que não estaria aí.

É preciso que não haja memórias curtas, porque recebi um convite para ser 2º deputado pelo PSD por S. Miguel.

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não se brinca com a honra das pessoas!

*(Aplausos da bancada do PS)*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Não se ria, porque o Sr. também convidou!

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que dessem oportunidade ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para fazer a sua intervenção para defesa da honra.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No seu incontrolável desespero, os homens de Mota Amaral não apresentam argumentos e capacidade para discutirem e defenderem os documentos em apreciação.

Só um grupo que esteve e está na iminência de ser considerado pelo poder constitucional, como **associação criminosa**, pode incentivar e permitir que um

indivíduo, com as funções de deputado, opte pela indigna postura própria de **palhaço**, ofendendo a dignidade e a seriedade dos deputados desta Casa!

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado pede a palavra, naturalmente para também defender a honra. Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu aceito tudo o que o Sr. Deputado disse ali, mas só uma coisa que eu não lhe perdôo.

Eu não sou mercenário! Fique sabendo bem!

Um mercenário é um indivíduo que não tem escrúpulos nem moral, nem consciência e dá tiros a quem paga!

Olhe-se para esta Sala, reflecta-se e pense-se, quem é que aqui atinge a dignidade dos outros, provoca os outros, ataca os outros e depois tire a conclusão, para saber, de facto, quem é que é mercenário!!

Vá chamar nomes a outros!!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila também para defesa da honra.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os apartes são regimentais, mas infelizmente a Sala tem um eco que nos permite ouvir algumas coisas que eu vou me abstrair de as pronunciar.

Eu procuro ter nesta Casa, uma relação de bom relacionamento humano e pessoal com todos os Srs. Deputados, indistintamente dos partidos a que pertencem.

Não fora a referência a 21 deputados deste grupo parlamentar e eu não me sentiria necessitado de usar da palavra agora.

E gostaria de dizer que fiz uma intervenção neste Plano, sobre os documentos que estamos a discutir, em que não fiz o "bota abaixo" fácil nem fiz também as "louva minhas" que talvez outros se vejam na obrigação de fazer!

**Deputado Artur Martins (PSD):** Tu precisas!

**O Orador:** Critiquei e apoiei e abstenho-me de comentários, novamente de apartes que quando podem usar da palavra não usam.

Portanto, é com muita mágoa que ouço algumas intervenções - todas as pessoas as podem ter, pois a democracia assim é, o parlamentarismo assim é - mas tenham pelo menos o bom senso de que as boas acções ficam a quem as tem e que não ponham tudo no mesmo rol, porque acho que todos somos deputados com a mesma dignidade. Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para defesa da honra.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Brevíssima defesa da honra.

Apenas para dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Rui Melo, neste caso, não é o culpado!

O Sr. Deputado Rui Melo apenas nos trouxe uma carta anónima.

O Sr. Deputado Rui Melo é o "carteiro"!

**Velhaco e covarde** é o autor moral dessa sua intervenção que aqui veio, hoje, esporadicamente, ouvi-la ler!

Muito obrigado.

**Deputado Martins Goulart (PS):** É V. Ex<sup>a</sup>., Sr. Presidente!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Está a dizer isso para mim?

Pois devia ter vergonha de fazer uma acusação dessas!

Pelos vistos, manda os seus deputados fazer discursos com determinado conteúdo.

Não é assim que eu trabalho com o PSD!!

**Presidente:** Srs. Deputados:

Eu agradecia que não mantivessem diálogo, embora os apartes sejam possíveis.

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?



**Deputado Rui Melo (PSD):** É para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção provocou um grande alarido junto dos Deputados do Partido Socialista que tentaram diminuir o número de 21 para 20, depois para 19, 18, para darem a entender que estão com o Engenheiro. Martins Goulart. A vossa preocupação era essa, ou seja, todos a tentar justificar - talvez para tentar agradar.

Eu usei palavras na minha intervenção que, muitas delas, têm a vossa "chancela".

Foram deputados vossos que já as usaram nesta Casa!

Eu prometo que vou fazer uma intervenção nesta Câmara, em que vou identificar os nomes de quem já falou em "mercenários", de quem trouxe o "Pepito" para aqui e vou dizer quem são eles!

Eu vou assumir aqui perante vós que vou fazer isso!

*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Os Srs. já usaram as mesmas palavras e as mesmas frases!

Eu limitei-me a empregá-las!

Mas quando é **daqui**, é falta de dignidade. Quando é **daí**, o Sr. Deputado Martins Goulart... ri-se!!

**Deputado Artur Martins (PSD):** É o melhor do Mundo!

**O Orador:** Está desesperado! Está fora de si!

Qualquer dia foge!

**Deputado Artur Martins (PSD):** Fugir?! Para onde?!

**O Orador:** Nós temos pena, pois o PSD precisa de si!

Nós queremos o Sr. na Região! É a forma de mantermo-nos no poder!

*Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Quero também responder ao Sr. Deputado Manuel António Martins, para dizer-lhe que estou satisfeítíssimo.

Bem bom que não fez parte das nossas listas... foi por isso que ganhámos as eleições!

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, quero dizer-lhe que não fica por aqui!

Vimos, durante estes anos todos, o Sr. Deputado vir aqui reivindicar, apontar o dedo - também podemos fazer isso - e está tudo publicado no Diário das Sessões.

Havemos de fazer um levantamento!

E se é para reivindicar o bom nome dos agentes políticos, que se denuncie os adversários; que haja transparência!

E o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já confirmou aos órgão de comunicação social que foi **um funcionário que prestou serviço ao Sr. Ministro da República!**

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** É mentira!

**Presidente:** Sr. Deputado Rui Melo:

O Sr. Deputado está no uso da palavra para defender a sua honra. Agradecia que o fizesse, brevemente, conforme manda o Regimento.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente, por me enquadrar, novamente, pois é esse também o meu desejo, mas quero participar nos debates, não fugindo aos mesmos. Não saio pela porta fora com medo!

No dia em que eu erro, assumo logo no dia seguinte de manhã as minhas responsabilidades.

No dia em que me "espalho", como já vi V. Ex<sup>a</sup>. se espalhar, não fujo da Sala com medo dos debates, como vi V. Ex<sup>a</sup>., Sr. Deputado Martins Goulart, fazer!

V. Ex<sup>a</sup>. tem medo! Não tem frontalidade!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu aqui reafirmar o meu protesto, porque tudo o que afirmei nesta Casa, tem origem em deputados da vossa bancada!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Esse espírito entra cá consigo e sai de cá consigo. não fica cá nada!

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer justiça ao Sr. Deputado Manuel Serpa que é um indivíduo que intervém sem essa linguagem.

A si, tiro-lhe estes epítetos, mas entrego-lhas de mãos postas ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, ao Sr. Deputado Carlos César e a outros deputados da sua bancada!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Arruda pede a palavra para?

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, era para um protesto.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu tento perceber o seu estado de pouca calma. De qualquer maneira, gostaria que ficasse claro que o Sr. Deputado, ao longo dos anos, tem sido a pessoa que mais tem atacado tudo e todos.

Sempre o ouvimos com atenção, maior ou menor, consoante o tipo da toarda que nos era atirado.

Rejeitamos, completamente, a sua afirmação de "associação criminosa" e de "palhaço"!

Devolvêmo-la, porque entendemos que lhe calha muitíssimo bem!

Não é esse o nosso comportamento. E esperamos que o Sr. Deputado mantenha a calma ou se por acaso, entende que tudo o que lhe é dito não corresponde à realidade, penso que tem sítios próprios para o fazer, tal como o Partido Social Democrata, através dum requerimento na Assembleia da República o fez, tente responder do mesmo modo.

Gostaríamos, e faço-lhe um último apelo, que retirasse as palavras que disse de "associação criminosa" e de "palhaço"!

Só lhe ficará bem.

Muito obrigado.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para?

**Deputado Martins Goulart (PS):** Para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma distinção receber os epítetos que, sucessivamente, têm sido lançados sobre mim, porque isso só significa que eu "incomodo" muito o PSD.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

**O Orador:** Mas a honra do cidadão, não pode ser ferida, sistematicamente.

Eu compreendo a aflição dos Srs. Deputados do PSD, por verem o PS a trabalhar bem, a representar bem os interesses das populações que estão, neste momento, desamparadas em toda a Região.

Tentam desviar a atenção dos açorianos, criando problemas artificiais, sobre a honra e a dignidade dos deputados.

Querem que nós pareçamos, perante a opinião pública, como alguns dos responsáveis do Governo ou do PSD que têm "telhados de vidro" e estão começando a partir-se!

Mas o Povo dos Açores, por mais insinuações torpes que queiram lançar sobre pessoas sérias, saberá que isso **nunca resultará!**

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Fernando Fonte (PS):** As pessoas que aqui estão são sérias!

**Deputado João Cunha (PSD):** E aqui também!

Se vocês são, nós também somos!

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Gomes Silva.

**Deputada Ana Gomes Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O presente foi aqui o delinear do Futuro dos Açores

Momento marcante da vida política regional.

Momento em que convergem experiências e necessidades.

O papel, os números, as palavras são vida.

A vida dos açorianos.

O progresso dos Açores.

Nós, aqui, representamos os anseios, os desejos e as necessidades dos que estão lá fora, daqueles que em nós confiaram.

Nós, aqui, não podemos desiludi-los em nome de interesses pessoais ou de conflitos político-partidários.

O livro da vida dos açorianos tem agora um novo capítulo.

Um capítulo que reflecte novos tempos, com características diferentes. Tempos difíceis.

Horas de preocupação.

Capítulo cujo título bem poderia ser "O difícil também pode ser um desafio".

O passado dá-nos certamente a motivação que precisamos para enfrentar momentos não desejados, mas impossíveis de evitar.

O facto de não serem os documentos ideais não retira, de modo algum, o seu valor.

Antes, faz sobressair uma atitude consciente perante uma crise que não é só nossa, que levou tempo a chegar, mas como parcela do mundo que somos, acabou por bater-nos á porta, não havendo fórmula milagrosa de evitá-la.

A cautela neles demonstrada não merece a crítica, antes o reconhecimento.

A velocidade nem sempre é garantia de sucesso.

A ambição desmedida nem sempre recompensa.

O real e o possível têm o seu preço.

A moderação, a contenção e o rigor têm a sua justificação.

Estamos certos que o povo dos Açores vai saber aceitá-los e compreendê-los, atestando do seu reconhecido espírito de solidariedade.

Nós jovens estamos certamente prontos a dar o exemplo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ser jovem á beira do Séc.XXI é estar preparado para a diversidade de situações e mutações que uma nova era apresenta.

É estar receptivo face a experiências inovadoras e gratificantes.

É ser combativo sempre que o esforço da luta tenha uma boa causa.

É ser solidário quando há problemas em que pode e deve intervir.

O alheamento e a incompreensão não podem ser marcas de uma geração.

Estar alerta impõe-se.

Alerta para as virtudes e para os perigos.

A DROGA é um destes perigos cujo alcance atinge não só os jovens, como a sociedade e as suas instituições.

Este plano contempla o combate à toxico-dependência, atestando da complexidade deste problema e da necessidade de uma intervenção cuidada e eficaz.

O primeiro passo não pode ser apontar o dedo e acusar o toxico-dependente de criminoso.

É preciso dizermos **não** aos preconceitos.

**Sim** à objectividade e ao rigor científicos

**Sim** à compreensão e ao apoio.

Não é apenas um problema de transgressão criminal ou moral.

Merece um tratamento teórico e prático em termos médicos.

Deve remeter para a psicologia, para a sociologia e para o estudo das diversas situações culturais e sub-culturais.

O toxico-dependente não pode ser visto como o criminoso que se prende, se julga e se castiga.

O toxico-dependente é um doente.

Como em todas as doenças é na prevenção que se devem colocar a maior parte dos esforços.

A presença de psicólogos nas escolas, o debate de ideias, a aposta na informação e na formação junto dos jovens e das entidades responsáveis, a preocupação policial e judiciária e o tratamento médico e de assistência social são medidas necessárias.

Só uma visão inter-disciplinar pode ajudar a explicar o problema diferente de cada um destes jovens.

Mas a dependência do álcool também é uma preocupação nossa. Menos falada, menos criticada, menos apontada, mas não menos grave.

Aqui, é também necessário o acompanhamento e a procura de soluções.

Mais uma vez a inter-ajuda e a diversidade de métodos são o caminho a percorrer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ocupar o tempo dos jovens pode e deve ser uma forma de evitar alguns destes males.

Aqui, o papel que o programa OTL tem vindo a desempenhar é fundamental.

Verificar que a continuação do programa está garantida e que se pretende alargá-lo é concluir que os nossos jovens vão ter oportunidade de se sentirem válidos e necessários, de contribuírem para a realização de actividades diferentes de apoiarem os mais novos; de terem lições de vida, longe dos bancos da Escola.

Uma outra maneira de ocupar o tempo é, sem dúvida, o Associativismo Juvenil.

Contamos já na nossa Região com 16 Associações inscritas. A ciência, a cultura, a arte, o desporto são formas que os jovens encontram de, em conjunto, começarem a exercitar a sua capacidade criativa e a sua iniciativa e de darem provas do seu dinamismo.

Viajar, trocar ideias, experiências, conhecer a sua terra, percorrer o seu país, alargar horizontes e avançar mundo fora é um desafio animador que os jovens açorianos terão ao seu alcance uma vez mais.

Importante é fazer chegar aos nossos jovens esta informação. Porque muitas vezes o facto de não saberem, nem procurarem saber, fá-los perder boas oportunidades.

As pousadas de juventude facilitam o intercâmbio. A conclusão de duas em 94 é já um passo em frente, que é preciso consolidar, adquirindo experiência relativamente à sua gestão, para podermos continuar a caminhada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A afirmação dos jovens no meio empresarial vai continuar a fomentar-se.

O apoio aos jovens empresários - Sinjovem - demonstra a confiança na criatividade, na iniciativa e na inovação da nossa juventude.

A procura de mais qualidade e um maior rigor na selecção dos projectos são boas motivações para avançarmos.

Mas a afirmação dos jovens também se faz relativamente à família.

O jovem também planeia e pensa no seu futuro e no da sua futura família.

E é nesta perspectiva que um grande enfase é dado neste plano aos apoios supletivos à aquisição ou construção de casa própria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este novo capítulo merece, sem dúvida, que os jovens dos Açores não se demitam de escrever algumas linhas.

A juventude, com anseios e problemas, tem de fazer-se sentir em cada uma das nossas ilhas.

Que no Corvo os jovens não deixem o tamanho da ilha moldar-lhes o espírito.

Que nas Flores saibam fazer à sua vida o que a beleza faz à sua paisagem.

Que no Pico escalem sempre a montanha do sucesso.

Que no Faial não deixem que a sua imaginação fique árida como os Capelinhos.

Que na Graciosa não percam a alegria dos seus festejos.

Que em S. Jorge sejam fortes como o sabor do seu queijo.

Que na Terceira demonstrem na vida a coragem necessária na arena.

Que em S. Miguel encham os seus horizontes com o verde das suas paisagens.

Que em S. Maria revelem nas suas atitudes o branco das suas areias.

Não é uma prece.

É a nossa forma de homenagear os Açores!

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Isso é para vocês!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Oh Dionísio não estragues a poesia!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma intervenção.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao reler, como preparação remota para a discussão deste PMP, uma obra colectiva de 1993, sobre a experiência do planeamento em Portugal, retive o seguinte resumo desta experiência:

Antes do 25 de Abril, em Portugal havia planos mas não havia planeamento.

Depois do 25 de Abril não há planos nem planeamento.

Ao tentar transpor esta dicotomia para a situação actual dos Açores, inicialmente inclinei-me para a primeira fórmula:



Nos Açores temos planos mas nunca tivemos planeamento.

Temos grandes opções globais - o que não permite ter planos.

Mas não temos articulações das grandes opções globais com as opções sectoriais - o que o planeamento exige.

Temos opções sectoriais - o que nos permite ter planos.

Mas não temos opções quantificadas como metas para cada sector - o que o planeamento exige.

Temos diagnósticos, aparentemente, cada vez mais completos, mas também cada vez mais repetitivos - o que nos permite ter planos.

Mas não temos aparelho estatístico actualizado - o que o planeamento exigiria.

Temos órgãos políticos e órgãos técnicos na estrutura do planeamento regional - o que nos permite ter planos.

Mas não temos articulações adequada na elaboração e sobretudo na preparação, na execução e no acompanhamento do plano, entre uns e outros - o que o planeamento exigiria.

Temos um modelo de participação dos agentes económicos e sociais na preparação do plano que é uma participação - informação - o poder não dialoga no plano informa do que pretende fazer - o que nos permite ter plano.

Mas cada vez nos afastamos mais do modelo de participação -compromisso em que o governo tenta acordos negociados com os parceiros sociais - porque o Governo foge "como o Diabo da Cruz" de assumir com os parceiros sociais e mesmo com o órgão político de que depende - a Assembleia - o que o planeamento exigiria.

Temos o instrumento de regulação económica e social utilizado essencialmente para servir da tentativa de tranquilização dos sectores sociais ou ilhas que ainda apoiam a maioria no poder o que nos permite ter planos.

Mas não temos conseguido usá-lo como instrumento impulsionador das mudanças estruturais necessárias face aos desequilíbrios herdados e às assimetrias acumuladas - o que só o planeamento exigiria.

Temos, nos documentos propostas e ratificadas sem alterações, opções globais e sectoriais, á medida das nossas ambições - o que nos permite ter planos.

Mas não tivemos, no passado, utilização responsável e ponderada dos meios que dispusemos para a concretização daquelas ambições - o que não nos impediu de ter planos.

Mas no presente, todos temos consciência plena de que já não dispomos dos meios financeiros à medida das nossas ambições - o que o planeamento sempre exigiu.

Temos uma Região dividida em 9 parcelas de fronteiras geográficas, sociais e culturais bem claras e definidoras da individualidade de cada uma delas - o que não nos tem impedido de ter planos.

Mas nunca tivemos a tradução nos planos, nem da complementaridade económica e social que une muitas dessas 9 parcelas, nem sequer a sua tradução na desagregação financeira e na repartição dos projectos o que o planeamento exigiria.

Temos a unidade política regional de base cimentada na Constituição, de Estatutos em órgãos de governo próprio - o que permite ter planos regionais.

Mas nunca conseguimos **espelhar** neles a consciência da partilha equilibrada e histórica e politicamente equitativa, das diferentes ilhas, naquele poder e nos seus custos e benefícios correlativos o que o planeamento exigiria.

Não conseguimos usar os instrumentos constitucionais e estatutários previstos para clarificação e regular o díade - soberania - autonomia ou Estado - Região - o que, apesar de tudo, nos permite ter planos.

Esta maioria e o seu governo não revelam **fôlego de açaor**, para "voarem" entre aquela indefinição acumulada, e agravada pelo peso - "eurocrático e euro-burocrático" da TRIADE REGIÃO ESTADO E CE. Açores - Lisboa - Bruxelas o que o planeamento exigiria.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo:

Porém, nesta fase da discussão do PMP 93-96 começo, a pensar que a outra fórmula resume melhor a nossa situação:

Não temos plano nem temos planeamento.

Não é planos de médio prazo um documento com opções globais de longo prazo e meios financeiros de curto prazo.

Não é planos de curto prazo, um documento que transporta sectores em programas e programas em projectos e num e noutro escamoteia as acções concretas.

Não é plano o que nasce num gabinete técnico de Governo, passa pela sociedade sem respeitar as exigências jurídicas, técnicas e políticas da participação e só sobrevive mercê de uma chancela ritualizada de uma assembleia política.

Não é plano regional aquele que por lei entende "carácter imperativo para o sector público regional e obrigatório, por força de contratos/ programa, para outras actividades de interesse público (art. 2º da DLR 12/91/A), é elaborado de forma a transformá-lo em mero indicador das opções do Governo.

Não é plano regional aquele sendo força de lei, meramente indicativo para o sector privado, se refere a esse sector, como se ele tivesse por obrigação e em salto de mutação qualitativa, superar as suas próprias insuficiências e os becos sem saída em que o poder político regional se atolou.

Não é plano, aquele documento em que maioria regional já só aceita a sua elaboração por programas de investimento, como impõe o Estatuto, porque os transforma em meras opções sectoriais. E se prepara, na revisão estatutária, para abreviar até a designação de "programas".

Algo poderia ser acrescentado, como as consequências práticas dessa ausência de plano e planeamento. Mas antes disso, eu gostaria de pôr algumas perguntas sobre a Ilha por que sou eleito e aqui represento.

Na Escola Secundária de Angra do Heroísmo, funciona há já alguns anos um outro edifício que se chama "anexo", dado que a escola está muito pequena e diz-se que ele não tem condições. Inclusivamente, fala-se por vezes em faltas de condições de segurança.

Em que estado se encontra este assunto e o que é que se prevê para obviar a ele, no decurso deste PMP?

Nas verbas para a Universidade, num dos projectos prevê-se (e bem) as obras do Conservatório e beneficiação do pólo universitário da Terra Chã, elas são necessárias, porque são imediatas, dado que há material que não pode funcionar em laboratórios e o material está em risco de se perder. Simplesmente, para além desse problema de carácter imediato, entre o corpo docente e discente, começa-se a falar da necessidade que haveria de ao encaminhar-se para a construção daquele pólo, ter-se em conta se deve ser construído lá ou se deve ser construído junto a Angra do Heroísmo.

Relativamente ao Hospital de Angra, tem sido referido várias vezes a ampliação dos pavilhões novos que serão construídos ou os novos lotes que serão construídos. O que se prevê neste PMP?

Quanto às Pescas na Terceira, como é sabido a pesca industrial praticamente desapareceu e, naturalmente só surgirá quando vier o porto da Praia com a sua zona de pesca.

Entretanto pergunto se irão ser arrançadas algumas acções, por forma a que não morra o grande interesse pela pesca naquela ilha e o que é que se prevê no decurso deste PMP?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal dispense as respostas. Elas são as perguntas perfeitamente actuais. Mas foram coroladas "ipsis verbis" e até por aquela ordem, nesta Assembleia, pelo saudoso Deputado, Dr. Melo Alves.

Que fiquem como imagem de respeito, recordação e saudade, à sua figura de ilustre Homem público. E como prova provada das sequelas que sofre uma ilha - a Terceira - numa Região sem plano planeamento.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS, do CDS/PP e do PCP).*

**Presidente:** Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A política agrícola comum, antes da sua Reforma, deu origem a diversos problemas e situações gravosas para o agricultor, entre as quais posso destacar, como exemplo, o facto de 20% dos produtores, receberem 80% dos recursos financeiros, isto devido ao vínculo que se estabeleceu entre a ajuda aos preços e o volume de alimentos produzidos.

A reforma, e o quadro político e económico que hoje enfrentamos, teve a sua origem em Fevereiro de 1991, quando a Comissão publica um documento de reflexão que

origina um vasto debate sobre política agrária e, em Julho do mesmo ano, apresenta ao Conselho e Parlamento Europeus, uma série de propostas relativas ao desenvolvimento e futuro da política agrícola comum.

Estas propostas, constituíam uma profunda alteração nos mecanismos da PAC, mantendo, no entanto, os velhos princípios básicos: unidade de mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira.

A Comissão conclui então que a única opção possível é uma política de preços competitiva, estimulando ao mesmo tempo os agricultores a adoptar métodos de exploração menos intensivos, reduzindo-se assim os riscos para o meio ambiente e limitando a produção excedentária. Ao mesmo tempo, a Comissão reconhece a necessidade de compensar os agricultores pela redução de preços e quotas.

As reformas de 85 a 88, tinham pois permanecido incompletas e inacabadas. A PAC enfrenta novas crises, mais graves que as anteriores, a mudança impunha-se. A Reforma era inadiável.

Mantendo os princípios fundamentais já enunciados, era necessário ver o agricultor de forma diferente, era necessário também vê-lo como agente preservador do ambiente, da paisagem rural, estabilizando-se, na medida do possível, o modelo de agricultura familiar. Nasceram assim as medidas de ajudas directas, baseadas no número de animais ou na superfície das explorações, moduladas em função das situações regionais. É uma mudança significativa, para melhor, dos mecanismos de apoio directo à actividade agrícola.

Cada vez mais dependemos, no respeitante à política agrícola, do que se decide em Bruxelas. Aliás, se há uma actividade económica na Região, que depende acima de tudo das decisões políticas comunitárias, essa é a actividade agrícola.

Hoje, politicamente, quase toda a nossa actividade agrícola tem uma sede legislativa, que é Bruxelas, e uma condicionante permanentemente activa: o mercado. Mais ainda, porque somos uma Região eminentemente exportadora.

Por sua vez, o estabelecimento do "mercado único" veio introduzir novas relações de mercado, alterando significativamente o quadro que nos envolvia.

Também julgo ser inquestionável que a situação agrícola mundial é preocupante em todos os países e regiões, mais acentuadamente naqueles que são obrigados a exportar

os seus excedentes, uma vez que o mercado livre parece não respeitar as suas próprias regras, valendo a lei do mais forte, ou seja, daquele que melhor consegue subsidiar as suas exportações.

Daí que as próprias negociações do GAT, parecem estar enterradas.

Não é fácil, para uma Região como a nossa, dependente fundamentalmente do seu sector primário, obrigada a sustentar uma elevada percentagem da sua população activa através do aparelho produtivo agrícola, aguentar a forte concorrência com que hoje nos defrontamos.

A opção só pode ser uma e por mim tem sido defendida, desde sempre: produzir melhor qualidade, a menor preço, promovendo as nossas características próprias de produção, respeitadoras do enquadramento ambiental, fazendo disso a nossa principal bandeira nos mercados consumidores.

Esta política não pode ser dissociável dos apoios directos aos rendimentos, como aliás foi definido pela Reforma da PAC e, no caso dos Açores, potenciados pela aplicação do POSEIMA.

Aliás, nenhum país hoje, da área dos países desenvolvidos, tem uma política agrícola dissociada dos seus apoios aos rendimentos ou então de fortes subsídios à exportação. A única excepção a este caso é a Nova Zelândia, mas essa coloca-se numa situação especial, nem subsidia o agricultor nem a exportação, mas para concorrer ao mercado, paga o leite ao agricultor a 18\$00 o litro.

Evitando caracterizações e estrangulamentos já sobejamente repetidos, a análise do quadro interno permite claramente concluir que, o sector evidenciou no último quadriénio 89/92 alguma evolução no sentido do reajustamento/modernização estrutural quer a nível das explorações quer a nível da produção.

E importante acentuar, como referi nesta Assembleia em ocasião anterior, que no sistema de produção pecuária, e não dissociável da condição de insularidade e ultraperifricidade da economia regional, verificou-se alguma permeabilidade do sector à conjuntura externa. Essa circunstancia determinou situações internas menos favoráveis, que acabaram por afectar negativamente a economia dos agricultores açorianos, nomeadamente os que se dedicam à produção leite.

As razões principais, para essa situação, prendem-se, como já referi, a factos da conjuntura externa, sobretudo as alterações verificadas ao nível e nas relações dos preços agrícolas.

É neste contexto que surge o POSEIMA. Os efeitos directos do Programa na redução dos custos dos factores de produção intermédios e na melhoria da estrutura produtiva, cria um quadro mais equilibrado, pelo reforço da capacidade competitiva da agricultura regional e assume uma importância decisiva para a viabilidade futura dos nossos sistemas de produção agrícola.

Com as novas condições - com destaque para o POSEIMA e a Reforma da PAC - creio que está constituído um enquadramento que permite o cumprimento de novos objectivos estratégicos de política a médio prazo e, com seriedade e solidez, um futuro quadro de consolidação e desenvolvimento social, económico e ambiental da agricultura regional.

Chamo particular atenção, para as chamadas medidas de acompanhamento de reforma da PAC. Pela primeira vez surge na comunidade um conjunto de medidas que se adoptam numa forma extremamente clara às condições e aos sistemas de produção nos Açores.

A aplicação das medidas agro-ambientais, visa uma produção essencialmente qualitativa, incentivando, através de um conjunto de prémios à perda de rendimento, os agricultores a fazerem de facto uma exploração mais extensiva, mantendo os seus encabeçamentos em áreas que permitam considerar o sistema, como o sistema ideal de produção.

- Reduzir o uso de substâncias poluentes utilizadas no âmbito da actividade agrícola, sobretudo em zonas mais sensíveis aos efeitos da poluição;
- Manter actividades tradicionais com importância económica, social e cultural;
- Proceder à conservação dos recursos e paisagem natural, do ambiente e de raças autóctones;
- Participar em programas associativos de luta integrada;

São exemplos de como esta reforma da PAC, poderá ser contemplada numa das suas medidas agro-ambientais

A Reforma antecipada, tem como principais objectivos a reestruturação agrária e o rejuvenescimento da população agrícola. A sua aplicação permitirá fazer face ao problema do envelhecimento da população agrícola, que será parcialmente substituída por agricultores jovens, com maior apetência à mudança e inovação exigidas pela dinâmica dos mercados.

Aos agricultores que adiram a este regime voluntário de reforma antecipada, será garantido um nível satisfatório de rendimentos até à idade normal de reforma, mediante a atribuição do seguinte sistema de ajudas:

- Uma ajuda anual paga em prestações mensais,
- Um prémio anual por hectare de terra libertada;
- Um complemento de reforma, quando o cedente atingir a idade normal de reforma.

Será igualmente atribuído uma ajuda anual também paga em prestações mensais, aos trabalhadores agrícolas das explorações dos cedentes, até ao limite de dois trabalhadores por exploração.

A outra medida é a arborização das terras agrícolas, insere-se no objectivo de salvaguardar uma gestão equilibrada do ambiente, procurando, simultaneamente, constituir uma fonte de rendimento alternativa para os agricultores.

É pois significativo o conjunto de ajudas directas de apoio ao rendimento, provenientes do POSEIMA e do FEOGA - garantia, a que devemos adicionar as I.C., provenientes do FEOGA- orientação.

Estes aspectos complementam-se com os incentivos ao investimento, quer sejam provenientes do orçamento da Região, quer recebam apoio da comunidade europeia. Neste último caso, a entrada em funcionamento, a partir de 1994, do PDR, significará um reforço significativo da capacidade de apoiar o sector agrícola. Por isso, as verbas do ordenamento agrário, assim como as do investimento por parte do agricultor, deverão ser multiplicadas por 4, pois exigem do ORA apenas um esforço de 25% em relação ao total. Só no ordenamento agrário poderemos estar a falar de cerca de 5 milhões de contos no contexto do PMP.

Este PMP, não reflecte pois a totalidade dos incentivos e apoios a prestar ao agricultor. Para além do que foi referido, as ajudas provenientes do FEOGA-garantia, como é o caso do POSEIMA, somam mais de 8 milhões de contos, sem qualquer



contrapartida do orçamento regional. Se tivermos ainda em conta as ajudas provenientes dos regulamentos relacionados com a PAC, e também as indemnizações compensatórias, estaremos a falar de mais 6 milhões de contos, com uma contrapartida do ORA de apenas 1 milhão e 200 mil contos.

As ajudas previstas pelas medidas de acompanhamento da Reforma da PAC, também exigem apenas um esforço do ORA de cerca de 25% e, aspecto não menos importante, não estarão incluídas no futuro PDR, podendo significar, numa perspectiva de aplicação prudente, mais de 6 milhões de contos de apoio aos agricultores que a elas se candidatem.

Este PMP poderá não ser o desejável, mas contem virtudes e força suficientes para arrefecer os ânimos dos "profetas da desgraça", que aproveitam os momentos como os que estamos vivendo para tentarem impor os seus argumentos.

O futuro se encarregará de demonstrar que não têm razão.

Sr. Presidente, Sra. Srs. Deputados:

Permitam-me agora que me refira ao sector das Pescas.

Já tive a oportunidade de referir nesta Assembleia, que o próximo quadriénio desenvolver-se-á num contexto particularmente difícil para o sector das pescas ao nível comunitário e mesmo mundial, criado, sobretudo, pelas consequências acumuladas de anos de sobre-exploração de recursos e pelas perturbações de mercado provocadas pelas frotas do Leste Europeu.

Esta situação está a ser objecto de uma reflexão alargada e terá consequências ao nível da produção e dos mercados, onde se terá que ajustar a política de gestão de recursos ao aumento da procura e testar novos produtos e tecnologias. Aliás, a entrada de peixe proveniente de países terceiros, tem causado a nível da Comunidade, graves perturbações, também aqui sentidas. A complicar ainda mais a situação, não podemos deixar de referir, a enorme perturbação no sector do mercado das conservas de atum. Aliás, considero este facto, o de mais graves consequências económicas para todo o sector primário regional. Não fora nos mantermos, apesar de tudo, num segmento de mercado de elevada qualidade, e as consequência poderiam ter sido mais graves.

Daí a atenção que deve ser dada neste PMP ao sector conserveiro do atum, apesar dos apoios previstos no POSEIMA para o mesmo. Aliás, o POSEIMA prevê para a ajuda ao sector de conservas de atum e de produção, de substanciais apoios financeiros.

A partir deste ano entrará em funcionamento a nova Política Comum de Pescas, cujas linhas mestras pautarão as decisões políticas neste sector para os próximos 10 anos.

A partir de 1996, entrará igualmente em vigor a revisão do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à CE, no âmbito das Pescas, que reflectirá as novas tendências da PCP.

Da nova PCP, relevam a introdução de medidas de controle da actividade pesqueira progressivamente mais rigorosas, os incentivos ao desmantelamento da frota em actividade, e a criação de uma política social às comunidades fortemente dependentes do sector, que pretende minorar as consequências negativas da quebra de actividade e a criação de uma política às comunidades fortemente dependentes do sector, que pretende minorar as consequências negativas da quebra de actividade..

Em termos gerais, podemos identificar enormes tendências de evolução do sector a nível externo, as seguintes:

- Reformulação do conceito das 200 milhas e da utilização das ZEE;
- Abertura das fronteiras comunitárias aos produtos externos;
- Diminuição generalizada dos recursos e aumento das situações de sobre-exploração;
- Aumento da investigação e da produção no sector da aquacultura;
- Diminuição gradual das frotas de pesca dos países mais desenvolvidos e dos activos dedicados à pesca;
- Diversificação da produção de transformados de pescado;

Para prosseguirmos a nossa política, a continuação do esforço do desenvolvimento do sector, terá de se contar com a contribuição de vários factores. E a evolução progressiva da investigação na área dos recursos, para o que já possuímos um instrumento fundamental e que é o navio destinado à actividade do DOP é de marcada importância. Aliás, a investigação da área dos recursos, é de facto tão importante que me atrevo aqui a fazer uma afirmação sem temer, obviamente, as suas consequências:

O problema dos recursos demersais, da sua protecção, passa também por uma alteração profunda do conceito que alguns sectores da sociedade têm sobre a protecção de espécies que não podem continuar a ser protegidas da forma como são, sob pena de serem mais agressivas para as espécies que queremos proteger que os próprios pescadores o são.

*Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Também é importante a negociação de uma aplicação modelada da PAC às características específicas da Região, o aumento da actividade da pesca é outro problema a ter em conta, assim como a evolução favorável de tunídeos e do mercado mundial de conservas.

- Aumento da procura e da valorização do pescado fresco (dependendo da recuperação económica dos países desenvolvidos);
- Novos equilíbrios no sector da produção e dos mercados de conservas de peixe tradicionais.

A continuação do esforço de desenvolvimento do sector, terá de contar com a contribuição dos seguintes factores:

- Evolução progressiva de investigação na área dos recursos, para o que já possuímos um instrumento fundamental, que é o navio destinado à actividade do DOP.
- Negociação de uma aplicação modulada da PCP às características específicas da Região.
- Aumento do controlo da actividade da pesca.
- Evolução favorável da produção de tunídeos e do mercado mundial de conservas.
- Aumento da qualidade da produção e melhoria dos circuitos e estratégias de comercialização.

Considero indispensável, e estamos já avançando nesse sentido, o estabelecimento de estruturas de frio de apoio à nossa frota atuneira na Região Autónoma da Madeira e, posteriormente, no Arquipélago das Canárias.

O único segmento da frota, onde julgo ser ainda possível algum crescimento, é o da frota costeira. Mesmo este, de forma prudente, tendo em atenção os recursos do

chamado "peixe de fundo" e também os recursos humanos disponíveis. Para isso há que potenciar os recursos postos à nossa disposição pela Comunidade, assim como os previstos no presente PMP.

Tal como no caso da agricultura, aqui também existem possibilidades financeiras que se devem adicionar às verbas previstas no PMP. Refiro-me concretamente à investigação e ao suporte à produção e indústria do atum, previstos no POSEIMA.

Este último caso já referido e no caso da investigação, estamos a falar uma verba muito perto 2 milhões de contos. Já que essa verba engloba 450 mil contos disponíveis para o barco de investigação e cerca de 1.300 mil contos disponíveis para a investigação, isto praticamente sem nenhuma contrapartida do orçamento da Região.

Deixem-me terminar a minha intervenção no sector das Pescas, referindo uma questão eminentemente política, de enorme relevância para a Região. Trata-se da negociação Comunitária que deverá envolver as Regiões Europeias com interesse na pesca de migradores, nomeadamente o atum, face à nova PCP, e ao posicionamento de Portugal e Espanha a partir de 1996.

Essa negociação, que deverá ser conduzida em conjunto por essas Regiões, eliminando conflitos potenciais em relação às artes de pesca, deverá conseguir que apenas tenham acesso às respectivas águas as frotas que pescam com artes de anzol e, no caso do espadarte, respeitando as recomendações internacionais sobre o estado dos stocks.

Este objectivo deve ser complementado por uma negociação igualmente importante, que apenas envolve a nossa Região, e que se refere à introdução de condicionamentos ao acesso da frota comunitária interessada em pescar demersais. Neste caso, são fundamentais os trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelo DOP, cujas conclusões são a chave dessa negociação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgo ter referido, quer no sector da agricultura, quer no sector das pescas, as questões mais essenciais que nos irão envolver neste PMP, para além, é óbvio, do que vem discriminado nos documentos do Plano.

Tempos difíceis, exigem "não baixar os braços" e afastar o pessimismo.

*Vozes do Governo : Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É isso que vos prometo, procurando sempre o melhor para o sector chave da economia dos Açores, que é o sector primário.

*Vozes do Governo: Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do Governo e PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Infelizmente, tem que ser apenas algumas questões, muito rapidamente, dada a limitação de tempo que tenho, embora a sua intervenção desse para muitas discussões nesta Assembleia.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário apesar de falar na possibilidade de conseguir verbas comunitárias, deixe-me que lhe diga que pomos muito em dúvida que com os objectivos propostos - mesmo com essas possíveis verbas - seja possível levar os mesmos a cabo.

Gostaria de perguntar se os caminhos de acesso às explorações pecuárias e a manutenção das pastagens florestais, em todas as ilhas mas muito especificamente na Ilha das Flores, se vão manter-se ao nível daquilo que tem sido nos anos anteriores?

Se existe a possibilidade de verbas, porque a maquinaria e equipamento Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores, por exemplo, tende a parar, ao contrário do que tem sucedido em anos anteriores, pois servia os agricultores e a iniciativa privada não é capaz de compensá-los.

Por que é que estão a ser dispensados trabalhadores nalguns Serviços de Desenvolvimento Agrário?

Será desta vez que o Matadouro das Flores, tal como diz no Plano, irá para a frente em 1994?

Enfim, muitas outras questões poderiam ser colocadas ao Sr. Secretário, mas o tempo não permite.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para pedir esclarecimentos.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É evidente que quando entramos num mercado, como é o mercado europeu; quando aceitamos as condições negociadas que têm tido efeitos, de todos conhecidos e referidos pelo Sr. Secretário; também é sabido que é prática da política europeia compensar os agricultores, pelos efeitos dessas medidas, nomeadamente dos efeitos da liberalização dos mercados, dos custos extra factores de produção, etc. e todos os outros que me escuso de enumerar e que foram referidos.

Mas isso não significa, embora haja uma limitação que advém das negociações e da integração na Política Agrícola Comum, que não existam áreas da competência nacional, da competência regional, nas quais não possam ou não devam ser exercidas as nossas funções legítimas de definição de política.

Eu cito algumas:

- Políticas de investimento;
- políticas de investigação;
- Políticas de divulgação;
- Políticas de formação;
- Políticas de infra-estrutura agrícola;
- Políticas de apoio ao marketing;
- Políticas de apoio à qualidade;
- Aplicação e normas de execução de regulamentação comunitária;
- Ajudas de âmbito regional;
- Gestão do Plano Regional de Investigação;

Entre outras coisas que já há muito tempo aguardam regulamentação, a legislação regional do preço do leite, por exemplo, que já está regulamentada há dois anos.

Sr. Secretário:

Para quando esta legislação?

Sr. Secretário:

O que é que V. Ex<sup>a</sup>. tem em mente, por exemplo para as estruturas de investigação e divulgação, nomeadamente em S. Miguel o caso do PECA?

O que é que o Sr. Secretário tem em mente para estes quatro anos, mais propriamente para este ano, sobre os tarefeiros?

Qual é a posição da sua Secretaria sobre o Regulamento Comunitário 739/93?

Eu fico-me por aqui, dada a limitação de tempo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu na minha intervenção, referi na minha preocupação com o rendimento dos agricultores.

Eu vou pegar apenas em dois números:

O Sr. Secretário falou em 8 milhões de contos para o POSEIMA e 6 milhões de Reforma da PAC. Isso soma 14 milhões, o que é muito dinheiro.

O problema que levanto em nome dos agricultores é o seguinte:

Por vezes a regulamentação regional da sua responsabilidade, faz com que muito desse dinheiro não, chegue aos nossos bolsos. E vou só citar apenas dois casos:

A definição de agricultor, da responsabilidade de V. Ex<sup>a</sup>., que é obrigatório e que boicota e dificulta o acesso por parte dos agricultores aos subsídios, para já não falar nos contratos de arrendamento.

O alerta que eu faço é no sentido de que não aconteça com esses 14 milhões de contos o que aconteceu com o PDAPA, ou seja, eram 5 milhões e nada chegou aos nossos bolsos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação aos esclarecimentos que me foram pedidos, concretamente pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, eu devo dizer que, de facto, em alturas de investimento por

parte da Secretaria, fundamentalmente nos anos que antecedem à aplicação plena do Plano de Desenvolvimento Regional, há um acerto abrandamento de acção. E este abrandamento sente-se, fundamentalmente, na área dos caminhos de penetração.

Aliás, numa tentativa de também diminuir de uma forma significativa, despesas correntes - e aí refiro-me à questão levantada por si e também pelo Sr. Deputado Fernando Lopes - algumas das áreas de investigação da Secretaria, serão de facto abandonadas, uma vez que e por outro lado, entende-se que o departamento de ciências agrárias da Terra Chã está desenvolvendo áreas afins e que podem colmatar aquilo que nós temos vindo a fazer.

Em relação à política agrícola, Sr. Deputado Fernando Lopes, vamos lá a ver se nos entendemos:

Obviamente, as áreas relacionadas com o investimento, bem como aquelas relacionadas com o estabelecimento de infra-estruturas podem depender quase na sua totalidade de decisões do Governo Regional. Mas não é isso a que eu me refiro na dependência da Agricultura.

Refiro-me a questões completamente diferentes e que têm uma influência importantíssima na nossa actividade económica.

Toda a legislação relacionada com o trânsito de animais e seus produtos, é de origem comunitária e nós não a podemos alterar.

Toda a legislação relacionada com o trânsito de vegetais é de origem comunitária e nós não a podemos alterar.

Toda a legislação relacionada com a qualidade é de origem comunitária e nós não a podemos alterar.

Para além do mais, toda a legislação relacionada com as chamadas "áreas de mercado", também não interferimos nela.

Quando eu digo que o edificio legislativo se mudou para Bruxelas há alguns anos a esta parte, refiro-me concretamente, a este conjunto de actividades. Por outro lado, não é preciso legislação específica, para se entrar na área do investimento.

O que eu referi, e quero chamar a atenção para isto, foi que os mecanismos que estão postos à nossa disposição, podem prever quer nas ajudas aos rendimentos - que não podem ser hoje separadas da política agrícola - quer nas ajudas ao investimento, e



utilizando números prudentes, neste Plano a Médio Prazo, transferências na ordem dos 20 milhões de contos.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Manuel António Martins, que eu não percebi na sua totalidade, a definição de agricultor não depende da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

O que há, são países que por exemplo no caso das indemnizações compensatórias, ou as aplicam **apenas aos agricultores a título principal** ou aplicam a **todos os agricultores**.

Portugal escolheu aplicá-las apenas aos agricultores a título principal. Mas quem define o agricultor a título principal, não é o estado-membro, é a Comunidade.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional agradecia que terminasse, porque já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Era para perguntar sobre o que é que vai acontecer ao Matadouro das Flores?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para responder.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Matadouro das Flores será feito no contexto deste Plano a Médio Prazo.

É uma obrigação que está assumida e da qual, objectivamente, não podemos recuar.

Mas aproveito a oportunidade, já agora, para continuar a minha intervenção anterior.

Não há nenhuma legislação, que eu saiba, nacional - Sr. Deputado Fernando Lopes - em relação ao preço do leite.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Há a qualidade!

**O Orador:** Não, a aplicação regional do problema da qualidade do leite, é uma questão que talvez não seja bem aquilo que o Sr. Deputado pôs.

Trata-se, pura e simplesmente, de saber quem é que na Região assume a responsabilidade do leite - é uma coisa diferente.

Há legislação nacional que obriga que quem classifica o leite, é a entidade que o recolhe e paga e não o estado!

Isso não foi aplicado à Região, porque ainda não se conseguiu que as entidades envolvidas, pudessem fazê-lo!

Quanto à sua qualidade, fundamentalmente o que existe hoje, é a portaria 42/96 - já nem sequer é a legislação nacional - de origem comunitária, que define o enquadramento da classificação do leite.

Mas também para o tranquilizar gostaria de dizer que 70% do leite recolhido em S. Miguel e cerca de 80% do leite recolhido na Terceira, obedece às características mínimas exigidas por essa directiva.

Quanto ao preço do leite, já lhe disse que não há nenhuma directiva, aliás, o preço do leite, hoje, é estabelecido em mercado livre, o estado não pode interferir nisso.

Quanto à não chegada de determinadas ajudas ao agricultor, questão levantada pelo Sr. Deputado Manuel António Martins, que eu saiba, algumas das dificuldades que são postas no processo de candidatura às ajudas, tem a ver também com a detecção de anormalidades, na origem no próprio agricultor, que tem que ser combatidas.

Nós, por exemplo, numa amostragem que fizemos, apenas a 800 agricultores, que receberam o prémio das vacas leiteiras do POSEIMA, fomos encontrar 2 mil animais a mais.

Daí a obrigação da entidade que controla isto a nível nacional, de introduzir mecanismos cada vez mais restritos, no sentido de saber que podemos controlar isto, porque estamos a falar, neste caso concreto, dum milhão e 300 mil contos de transferências da Comunidade.

Portanto, se apertamos um pouco mais com a grelha de candidatura e se apertamos um pouco mais com a identificação dessas candidaturas, tem a ver com a prevenção de situações que amanhã podem, de facto, voltar-se contra o agricultor. Aliás, felizmente, as duas últimas inspecções comunitárias que tivemos, uma referente às indemnizações compensatórias e outra PDAPA, encontraram a Região sem situações que merecessem crítica por parte do Tribunal de Contas.

Mas se essa mesma inspecção fosse feita noutras áreas, podíamos ter alguns problemas. Daí, a minha preocupação na introdução de mecanismos correctores para evitar isso.

Mas, que por esse facto, se tenha que deixar de distribuir o dinheiro, Sr. Deputado - não ficou nenhum na Secretaria nem nenhum dinheiro na entidade que o recebe directamente de Bruxelas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Manuel António Martins (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

A minha preocupação, acima de tudo, é que dos milhões apregoados, grande parte dos mesmos, não chegue a nós, porque a regulamentação regional às vezes impede e o Sr. Secretário sabe disso.

Portanto, eu penso que devia de haver um esforço, no sentido de pôr essa regulamentação mais de acordo com a nossa realidade.

É evidente que se deve montar a máquina para penalizar aquele que procura fugir aos regulamentos. Mas, é preciso que esse dinheiro chegue até nós.

V. Ex<sup>a</sup>. tornou a citar o caso do PDAPA, foi muito dinheiro que não ficou cá na Região e às vezes, nós criamos a imagem - privilegiada - de termos muito dinheiro. Porém, eu devo dizer - como agricultor e representando aqueles que estão ao meu lado - que aquilo que nós recebemos, é muito diferente daquilo que se apregoa. E Isso, é da sua responsabilidade, devido à regulamentação regional.

Eu compreendo que essa regulamentação tem que ser "apertada", devido às razões que explicou, mas por outro lado, o Sr. Secretário tem que ver que é dinheiro que nos foge.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu quando me referi à legislação sobre preço do leite e sobre classificação do leite, queria lembrar ao Sr. Secretário que por exemplo, a nível nacional, há de facto uma regulamentação comunitária adaptada há dois anos.

Aliás, ainda recentemente, em conversa com a Direcção da FENALAC, um dos membros referiu-me isso.

Por outro lado, queria relembrar que numa região que pretende incentivar determinado tipo de produtos, nomeadamente a produção de queijo, nós ainda continuamos a classificar, por exemplo pela proteína.

Por exemplo a contagem de células somáticas, que é outro tipo de classificação importante para a indústria, ainda não está a ser praticada.

Também ficou por responder, e permitia-me chamar-lhe a atenção, no sentido de saber qual é a posição do Sr. Secretário sobre a aplicação do regulamento 739/93, de 7 de Março?

Gostaria também de saber, concretamente, qual é a política da Secretaria, no que respeita à adjudicação de estudos, a outros organismos que não debaixo da sua alçada, nomeadamente os estudos de reordenamento agrário que estão aqui orçamentados em 62 mil contos, quando nós sabemos que há um instituto de reorganização agrária, com funcionários públicos, pagos, que nos vão custar só agora, 267 mil 436 contos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria perguntar para quando é que se prevê o Matadouro do Faial que está no Plano há dezenas de anos?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De uma forma muito rápida, o Matadouro do Faial vai ser posto a concurso, ainda este ano.

Volto a insistir com o Sr. Deputado Manuel António Martins que não há na legislação regional, nada que neste momento seja uma entrada ou recebimento claro, expedito e fácil, por parte dos agricultores, dos prémios instituídos pela Comunidade. Antes pelo contrário, há uma directiva comunitária que obriga a um controle dessas atribuições, de tal forma exaustiva, que nós pedimos a não aplicação à Região, de algumas das

suas medidas e neste momento elas não são aplicadas na Região - o que se está pedindo é o mínimo indispensável.

Quanto ao PDAPA e aos dinheiros do PDAPA, cuidado!

O PDAPA pagou 1 milhão e 400 mil contos da Seca nos Açores. E o que neste momento se passa, é que o acesso ao mesmo foi de tal ordem no ano passado, que as verbas contidas no Plano não chegaram.

Estão 275 projectos entrados, com valor de investimento superior a 2,5 milhões de contos. Estão 75 aprovados e que vão ser pagos. E estão, neste momento, 200 em análise.

Não foi possível pagar isto, por uma razão muito simples, ou seja, não havia disponibilidade financeira no orçamento da Região que enfrentasse essa vastidão de gente que acedeu a isso.

Quanto ao problema do leite, volto a referir - Sr. Deputado Fernando Lopes - que a directiva 42/56, sobrepõe-se a toda a legislação nacional existente sobre essa matéria. Neste momento, não tenho ainda uma posição definitiva sobre a 739, mas de uma forma o mais brevemente possível poderei comunicar.

Quanto ao problema do IROA, nós temos uma empresa privada que presta ser viço nesta matéria, porque não existe nesta Região ninguém suficientemente preparado, para prestar os serviços que essa empresa presta. Aliás, se o Srs. Deputados quiserem, estão à sua disposição, quando quiserem e como entenderem, uma visita ao IROA para trabalharem esse assunto e estudarem-no, exaustivamente.

Essa empresa presta serviços nesta área do ordenamento, uma vez que não existem outras empresas com capacidade para o fazer, quer na Universidade quer na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas quer ainda no IROA.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para pedir esclarecimentos.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só uma brevíssima pergunta no sentido de saber sobre que dependência fica o navio oceanográfico?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para responder.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima).** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Deputado Manuel Serpa:

O navio de investigação é propriedade da Região. E será feito um contrato com o Departamento de Oceanografia e Pescas, para que o mesmo explore o navio.

Obviamente, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas irá proporcionar ao departamento, as verbas necessárias para operar com navio. Mas quem opera com ele, é DOP. E ficará sob a sua total e exclusiva responsabilidade. O navio fará as operações que o DOP determinar, da forma como determinar e com quem o DOP determine.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir mais esclarecimentos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, ou não percebi ou o Sr. Secretário não me respondeu. Eu fiz uma pergunta sobre o Matadouro da Horta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para responder.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que eu respondi foi que o concurso será lançado este ano.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para uma intervenção.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O P.M.P. 93/96 define as grandes linhas de orientação do desenvolvimento económico e social para a Região, visando o aproveitamento das suas potencialidades e a preocupação do bem-estar das populações, mediante a elevação do seu nível e qualidade de vida. O Plano tem carácter imperativo para o Sector Público Regional, torna-se obrigatório para as empresas Públicas Regionais, em virtude de contratos - programas sendo, ainda, indicador relevante para o Sector Privado que se movimenta e alicerça no âmbito da Economia Regional.

O Plano não é, conseqüentemente, um mero instrumento político onde o Governo, a seu belo prazer, faça inscrever os seus propósitos ou intenções. O Plano tem e constitui um documento de valor jurídico, embora de eficácia relativa quanto ao seu incumprimento, o qual acarretará, certamente, maiores conseqüências políticas do que legais. No seu **aspecto formal**, o Plano e o Orçamento devem subordinar-se não só aos requisitos legais e constantes do artº 32º, alínea 1) e m) da Lei 9/87, de 28 de Março que aprovou o Estatuto da Região como, também, às disposições constantes do Decreto Legislativo Regional 12/91 /A, de 26 de Agosto que plasmou na ordem jurídica ordinária o conteúdo e alcance daquelas disposições estatutárias .

Vem isto por dizer, que o Governo deve apresentar à Assembleia o Plano Regional de Médio Prazo discriminado por programas de investimento **devidamente identificados e quantificados**, acompanhado duma análise da situação económica e social regional, descrevendo sucintamente os programas e a respectiva desagregação espacial.

A tudo isto acresce, para a **proposta de plano anual** documentação explicativa dos projectos que integram os vários programas e a sua desagregação a nível de Ilha.

Os documentos em análise nesta Câmara, para apreciação configuram-se material e formalmente com os preceitos legais atrás enunciados.

Não vejo, conseqüentemente, razão ao Senhor Deputado Dionísio Sousa quando crítica o P.M.P. de só formalmente respeitar a Lei, com **a alegada justificação de que este (PMP) só conter 29 Programas e não 43 como o PMP 89/92.**

Salvo o devido respeito que o Sr. Deputado me merece, embora não esteja na Sala, que esta vinha acompanhada de documentos...

*Vozes do Governo: Muito bem! muito bem!*

**O Orador:** ...além de não existir, que eu conheça, preceito legal que fixe taxativamente o número de Programas que o PMP deva conter, afigura-se-me dispicienda qualquer alteração quantitativa, desde que, obviamente, a mesma não implique uma adulteração em matéria de planeamento que torne incompreensível a percepção do conteúdo de cada Programa. Ou seja, que se revele de difícil

compreensão uma análise ponderada dos projectos ou acções que cada Programa visa alcançar. O que manifestamente se não verifica, quer no PMP 93/96, quer no Plano para 1993.

Não me parecem, assim, razoáveis as críticas formuladas, nomeadamente, pelo Senhor Deputado Dionísio Sousa, quando acusa os Planos de modelos de "ocultação e mistificação".

Por outro lado, assume foros da maior irrazoabilidade a **condenação prematura** dos documentos em apreciação nesta Câmara feita pelo mesmo Senhor Deputado Dionísio Sousa e bem traduzida na sua; intervenção de 3ª feira ... passo a citar com a devida vénia o seguinte: "**Lida a sentença sobre o Plano nesta introdução, passaremos à sua indispensável fundamentação**".

*(Risos do Governo)*

Para alguém menos precavido esta afirmação passará despercebida. No entanto, ela exprime um estado de espírito, ou uma afirmação de vontade, que julgo perigosa e merecedora de reflexão. Com efeito, o Senhor Deputado **condena liminarmente** e, só depois, cuida da indispensável fundamentação da sentença proferida. Em **termos processuais** cíveis o Senhor Deputado fez, diria, autêntica "**condenação de preceito**".

Apenas com um senão. É que para tal condenação se verificar, ao juiz não são facultados quaisquer elementos de apreciação que suscitem o contraditório.

E, como tal, a "**condenação de preceito**" não carece de especial **fundamentação** antecedente ou subsequente. Verifica-se, tão só, e dito duma maneira simples e perceptível, com base no velho princípio de que "**quem cala consente**".

E a prudência do legislador é tal que, só admite seja proferida tal sentença, em sede de processo sumário ou sumaríssimo, não a admitindo, sequer, em acções ordinárias nas quais, a falta de contestação não implica esta forma de condenação.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Saiba disto!



**O Orador:** Traduzido isto para o Plano penal a configuração seria esta: após a réu responder à sua identificação pessoal o juiz, sem curar de saber o teor da acusação, proferia sentença condenatória.

*(Risos do Governo)*

Foi o que v. Exa<sup>o</sup>., Sr. Deputado, fez.

Identificado o PMP e Plano/93, condenou-os, **de imediato**, sem os ouvir, **entenda-se**, sem os discutir e apreciar devidamente.

Fica-se com a nítida convicção que a lei, para V. Exa. e para esta distinta Oposição com que Deus nos brindou, varia em função de circunstâncias **de tempo, modo e lugar**.

Assim, para V. Exa. esta distintíssima oposição, é **tempo de condenar**; não importa o **modo** - entenda-se modo como apreciação e interpretação dos factos.

- e **quanto ao lugar**, convenhamos que esta Tribuna é **local** privilegiado. **Existe cobertura audio-visual quanto baste**.

**E isso é que importa à oposição.**

**Secretário Regional da Habitação, obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Natalino Viveiros):* Muito bem!

**O Orador:** Um debate sério, ponderado, em que a oposição precure esclarecer-se das opções do Plano e dê azo a que o Governo as explicita, ficou arredado.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Isso é mentira. Houve aqui intervenções sérias!

**O Orador:** Com a sua foram 10!

A oposição **finje** desconhecer as reais dificuldades financeiras da Região.

Limita-se a dizer que se gastou demais em 92, por causa das eleições.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** E reclama o que todos - **principalmente nos** - desejaríamos. Um Plano que contemplasse, **já** a imediata execução em **todas** as ilhas de **todas** as obras que **todos** os seus habitantes ansiassem ver concretizadas.

Seria um Plano ideal, **que não existe**, infelizmente. E bem desconfio que, a ser possível, assim mesmo, a distinta oposição haveria de arranjar insidiosas críticas para o denegrir. Talvez com recursos ao **reino vegetal**, já que críticas, desta vez, pela boca do Sr. Deputado Fernando Lopes, se ficaram pelo **reino animal**. ao recorrer, **pejorativamente**, à analogia do Plano e do Governo com as políticas da **avestruz, do caranguejo e do crocodilo**, olvidou o ilustre Sr. Deputado que os ditos "**bichos**" tal como as moedas, têm duas faces.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS)**: Do animal há belos exemplos!

**O Orador**: O Sr. Deputados procurou dar-nos aqui o "lado mau" destas simpáticas "criaturas".

**Deputado Dionísio de Sousa (PS)**: É o funga-gá da bicharada!

**O Orador**: Não esqueça, porém, que "... a **avestruz é uma alta e robusto ave corredora, com plumagem de apreciável valor que, embora não voando, corre velozmente**".

- O PMP, que o Sr. Deputado critica, **não foi feito para voar, antes para ser executado velozmente** e apresentou-se robusto e bem explicitado, o que o torna valorativo e atraente tal como a plumagem da dita ave.

A única semelhança que infelizmente o Sr. Deputado não descortinou, é que tanto a avestruz como o PMP se escondem, aquela ave por medo, e este o programa por vergonha, quando pela frente lhe surgem "caçadores de ilusões".

*(Risos do PSD e do Governo)*

*Quanto ao **caranguejo***, saiba o Sr. Deputado que se trata dum crustáceo bem apreciado por muita gente.

E se pretendeu insinuar que o PMP se desloca como o dito, (caranguejo) saiba também que, em certas alturas da vida **é preferível retroceder...**

*Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS)**: É de 96/93!

**O Orador:** ...para, depois, **avancar** com aquela **determinação calculada** e com aquela **capacidade de luta** que as tenazes e a carapaça lhe permitem defrontar, **com êxito, o "adversário."**

**O Orador:** E quanto ao **crocodilo** que citou, penso que, do mesmo, se esqueceu tratar-se dum grande réptil, voraz, lutador, apresentando-o aqui, **alegoricamente**, a fazer a mesma figura que o Senhor Deputado, **infelizmente**, fez: **queixar-se, fazer a choradeira fingida**, conhecida vulgarmente por "**lágrimas de crocodilo**".

*(Risos do PSD e do Governo)*

Mas deixe lá, Senhor Deputado.

Estes azares acontecem a muito boa gente.

Principalmente a quem, não tendo uma grande experiência política, se deu ao luxo de fazer "blague" com coisas sérias.

**Mas vamos ao que importa**, que é para isso que aqui estamos.

O Plano em debate nesta Câmara não é, certamente, o que todos desejaríamos.

**Às necessidades humanas não se reconhecem limites.**

Satisfeitas umas, outras logo surgem. Criam-se serviços que geram novos Serviços, tal como certas obras exigem outras que as complementem.

**Nunca, nada, está completo.**

Feitas despesas em investimento, gera-se, em pessoal, mais despesas correntes para assegurar o seu funcionamento e a sua manutenção.

Não é, pois, de estranhar que o enorme investimento público realizado nos últimos 17 anos tivesse elevado o montante das despesas correntes, "máxime" em salários, sem que tivesse havido um correspondente aumento das receitas públicas. Houve que investir, em **infraestruturas**, em todas as Ilhas. Investimento **intensivo** e só reprodutivo, em alguns casos, a **médio** ou **longo prazo**. Começa, agora, a avançar-se no apoio ao sector privado, com maior incidência e maior diversificação.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** E de alguns ilhéus. Não se esqueçam dos ilhéus!

**O Orador:** Estão criadas as condições básicas para que este possa andar pelos seus pés.

As circunstâncias em que se desenvolve a economia internacional, em clima de **incerteza** e de visível **recessão**, impunha prudência. O desconhecimento real de alguns fundos, provenientes do novo **Ouadro Comunitário de Apoio** (QCA), exigia **moderação**.

Não é fácil planear em circunstâncias destas. Havia que definir objectivos muito concretos, tendo em atenção as receitas previsíveis para as concretizar. É sabido que as receitas se alteraram, fundamentalmente devido à modificação do sistema fiscal, e às transferências do exterior, nomeadamente, dos Fundos Estruturais. Mas é sabido, também, que as despesas sofreram substancial aumento, a que não é alheio o impacto sofrido com o novo sistema retributivo da função pública.

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Assim, optou-se pela definição dos objectivos que se consideraram fundamentais, tendo em atenção a situação regional: **fortalecer a economia, valorizar os recursos humanos e melhorar as condições de vida dos açorianos**.

Torna-se indispensável aumentar o peso do sector privado regional, cujo nível de investimento, em termos médios, no período de 1980/86 se quedava apenas pelos 30% muito longe dos 67% que já se verificava a nível nacional.

Concomitantemente, há que reduzir o peso do sector público, o que se prosseguirá com a redução da despesa em grandes infraestruturas, quase concluídas, canalizando o investimento no apoio e fomento à iniciativa privada.

- O PMP surge sistematizado em **Eixos de Desenvolvimento**, destacando-se os reportados à "**Dinamização da Actividade Económica**". que inclui os programas 1 a 7 e os "**Transportes e Energia**", que envolve os programas 13 a 17.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Destaque-se que estes "**Eixos de dinamização**" têm forte incidência no fortalecimento da actividade económica regional, representando cerca de 60% das verbas do Plano.

Critica a oposição um decréscimo do investimento, comparado com o PMP anterior. Direi que é uma falsa questão ou, quiçá, uma crítica obtusa. Na realidade, o PMP anterior dispunha de maior número de Programas e acções a desenvolver algumas, porém, não realizadas por carência de receitas efectivas.

O que significa, na prática, que o montante total dispendido, efectivamente, não foi superior ao agora programado. Pelo contrário. E ver-se-á a seu tempo quem terá razão.

De igual modo, não me parece que nos envergonhem as verbas orçamentadas. Senão, vejamos:.

**Comecemos por 1993.** A Conta da Região para este ano totaliza 84,2 milhões de contos, sendo as receitas próprias da ordem dos 50 milhões de contos. Os Fundos Comunitários (11 milhões de contos), as transferências do Estado (12,5 milhões de contos) e o crédito externo (10 milhões) constituem as principais fontes de **financiamento complementar** indispensáveis à gestão corrente (58,2 milhões de contos) e os investimentos do Plano (21,5 milhões de contos).

Destas verbas estão excluídas os empréstimos a curto prazo (5,5 milhões de contos) e os avales a conceder à empresas públicas (8,5 milhões de contos).

- **Quanto ao PMP** prevêem-se investimentos sectoriais do montante global de 84,74 milhões de contos até 1996, incidindo um especial esforço nos sectores agrícola, pescas, turismo e apoio à indústria. **Só em 1993, estes quatro programas concentram 7,9 milhões de contos**, ou seja, mais de 1/3 do total para este ano.

Dispensamo-me de citar mais números. Eles aí estão nos documentos em apreciação. Seria bom que sobre eles reflectíssemos ponderadamente e, acima de tudo, os analisássemos com um critério de justiça objectiva, tendo em atenção a **Região que somos, e o País a que pertencemos.**

Talvez chegássemos a algumas conclusões interessantes. Por exemplo: qual a região/regiões do continente onde o investimento "per capita" é/são superiores ao efectivado nos Açores? Seria bom confirmarem esta interrogação. Dir-me-ão que isso pouco interessará. Que os Açores estão menos desenvolvidos que o continente, logo terá que investir-se muito mais.

**Mas será tão liminar pensar-se assim?**

Será que o desenvolvimento do continente é homogéneo ou, **pelo contrário** existem **enormes** diferenças entre as várias regiões ?

Suponho que quem tiver um mínimo conhecimento do território continental e da sua dispersão não terá dúvidas em confirmar as abissais diferenças existentes.

E lícito ambicionar-se andar mais depressa. **Mas o mais rápido nem sempre é o melhor.** E a experiência ensina que o **investimento, mesmo público,** não foge à **lógica economicista de se revelar o mais reprodutivo possível. E será assim, quer queiramos quer não.**

Quem olha estes Açores, **com olhos de ver e com razão isenta,** não poderá, **nunca,** concordar com a afirmação aqui proferida pelo Sr. Deputado Dionísio Sousa e cito **"com Mota Amaral nunca se avança, quando muito, regressa-se sempre a velhas obsessões".**

Permita-me, Sr. Deputado, que termine a minha intervenção glosando a sua referida afirmação: **"com Mota Amaral só não se avança quando uma oposição, obcecada e velha, confunde regresso com progresso".**

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Deputado Carlos César (PS):** Isso é uma tourada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma intervenção.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não será mais poético do que realista afirmar que também nas crises temos especificidades. Nas dificuldades que já sentimos e nos problemas que teremos de enfrentar.

Não se importam crises como produtos acabados, mas, e apesar das especificidades, também não somos, qual sonho fruto da distância, insularidade e dimensão, indiferentes ou imunes à crise internacional e aos seus reflexos no nosso país.

Temos dificuldades, que não foram característica permanente do passado, mas também não serão a nota constante do futuro.

O realismo com que devemos encarar os obstáculos de hoje não é uma semente que se lança para fomentar pessimismos injustificados sobre o futuro.

Um discurso político responsável não cultiva a crise, porque isso é potenciar os seus efeitos.

Mas também não cabe aos políticos, nem isso é tão pouco sério, esconder no discurso o que amanhã se revela na prática.

Em vez de um Plano e Orçamento inconscientemente ambiciosos, estamos perante documentos cuidadosamente realistas.

Acertar a atitude psicológica dos responsáveis políticos e da sociedade civil face aos obstáculos que sentimos é resolver uma questão prévia sem a qual não nos colocamos inteligentemente para ultrapassar os problemas.

Que a oposição veja nos problemas sentidos pelos Açorianos a resolução dos seus problemas políticos, já o esperávamos.

Mas mesmo ressaltando o exagero da expressão, mas mantendo-a por comodidade de linguagem, cabe-nos lembrar que não será a crise a governar o Governo, mas sim o Governo a governar a crise.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não são os obstáculos que vão deixar cair o Governo, mas o Governo que vai deitar por terra os obstáculos. E como não há desenvolvimento do Governo e pelo Governo, os Açorianos saberão responder às dificuldades com o Governo que escolheram.

Este Governo não foi eleito para governar facilidades, foi também escolhido para ultrapassar problemas, que nenhum discurso eleitoral, por muito bem concebido que seja, pode dar garantias que não existam.

Como nenhum discurso eleitoral, por muito agressivo que seja, pode gerar a ideia de alternativa, quando não tem a consistência de credibilidade.

Não foi por dar garantias de um futuro côr-de-rosa que o PSD ganhou as eleições.

Foi por oferecer a estabilidade política, propostas capazes e gente credível.

Côr-de-rosa foi de facto uma côr que andou nas imagens eleitorais e com a qual o PS pensou pintar o seu futuro.

Sabemos todos o resultado, os Açores ficaram, de facto, primeiro, o PS é que ficou em terceiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Qualquer sociedade atravessa momentos de crise sem que isso signifique a falência dos processos políticos assumidos colectivamente ou a derrapagem fatal de quem assume responsabilidades governativas.

As dificuldades desafiam a credibilidade das instituições e geram um sentimento de apego dos povos à sua terra, desde que as mesmas não sejam tidas como definitivas ou inultrapassáveis.

A resposta política a encontrar passa pelo desenvolvimento solidário, onde a manutenção do emprego é, até em alguns casos, o "subsídio" no qual prevalece o calor humano de uma opção política sobre a frieza de uma perspectiva economicista.

Os que, ao analisarem o momento presente, afirmam que é a própria Autonomia que está em causa, querem atingir o PSD, mas acabam por precarizar, felizmente que apenas e só na medida em que conseguem transmitir a sua mensagem, o próprio processo autonómico.

É a política dos abutres, que aterram pensando agarrar a vítima, quando apenas se trata de uma miragem.

Estarão as instituições autonómicas assim tão frágeis ?

Estará a Autonomia tão pouco credibilizada pelos resultados até agora alcançados ?

Querem os Açorianos outra opção política para os Açores ?

Não. Não. E não !

O PS é que já nos habituou ao discurso dramático, pensando sempre no seu apogeu egoísta.

Contesta-se que privilegiemos os recursos financeiros comunitários para propor como alternativa a aposta nos Açorianos.

Até parece que privilegiar as opções cuja natureza permite o co-financiamento comunitário é apostar no protagonismo dos gregos, na postura empreendedora dos



espanhóis, na capacidade de investimento dos alemães ou no marketing dos italianos e não significa apostar nos Açorianos e na sua cultura de empresa e de risco.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O processo de construção europeia tem legitimidade democrática, tal como as opções de desenvolvimento que agora se fazem tendo em conta o quadro nacional e comunitário em que estamos inseridos.

Não devemos alimentar a mentalidade assistencialista que desresponsabiliza o agente privado engordando uma indesejável presença do Estado, do mesmo passo que enfraquece os seus cofres.

Mas também não pensemos em soluções teoricamente fáceis, que com ligeireza se retiram de Manuais de Economia, mas que com dificuldade se aplicam a uma economia insular, à qual acresce a nossa dimensão.

O princípio da subsidiariedade, segundo o qual o Estado deve intervir nas áreas para as quais a sociedade civil não está vocacionada ou não tem capacidade, não tem, pela sua própria natureza, uma medida cega.

Nos Açores, os recursos financeiros, as prioridades, as necessidades sentidas e a capacidade da sociedade civil darão a medida certa, que é sempre a desejável dentro do possível.

Este Plano de Médio Prazo e este Plano e Orçamento para 1993 não são os melhores do mundo e por isso compreendemos que isso cause mal-estar a quem se sente ou se pensa, num momento de euforia descuidada, o melhor do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Neste debate duvidou-se da unidade dos Açores, da democraticidade do processo de construção europeia e do futuro da Autonomia.

A isso já respondemos e não nos esqueceremos de tal ir negando na prática política.

Há dificuldades.

A elas responderemos com solidariedade, trabalho, persistência, realismo e dignidade.

O futuro dirá quem tem razão.

Como até aqui.

Que a oposição queira, já de seguida, impôr uma censura semestral, é sua opção estratégica.

Cá estaremos. E, a avaliar pelas expectativas, até com gosto.

Já que a oposição nos dá oportunidade para irmos crescendo face às suas investidas estratégicas, direi então, com respeito pelo estatuto da oposição e pela vossa legitimidade -ATÉ P'RA SEMANA.

E faço já uma promessa - não abandonaremos a sala e muito menos o debate.

**Disse.**

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Não há protestos nem defesa da honra?!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao fim das inscrições presentes na Mesa para participação no debate. Restam-nos as intervenções finais.

E para orientarmos os nossos trabalhos, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e ao Sr. Deputado Paulo Valadão, o favor de se aproximarem da tribuna.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, nós vamos suspender por agora os nossos trabalhos e fazer um intervalo para jantar. Depois, a sessão será reiniciada com as intervenções finais, conforme nos indica o nosso Regimento, após o que se passará à votação destes três documentos que estivemos a apreciar.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

A sessão recomeçará pelas 21,30 horas.

*(Eram 20,00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 10,05 horas)*

Entretanto deu entrada na Mesa e já fiz distribuir pelos Srs. Deputados, umas alterações do anexo ao Plano de Médio Prazo, portanto não é matéria que corresponda à votação que teremos que fazer e que significam alterações decorrentes das posições assumidas pelos Srs. Secretários Regionais, durante o próprio debate do Plano de Médio Prazo e Plano Anual e Orçamento e, eventualmente, também de algum debate que tenha havido nas Comissões.

Essas folhas estão para conhecimento dos Srs. Deputados, significam portanto, um compromisso do Governo, relativamente à elaboração deste Plano de Médio Prazo e, naturalmente, será tido em conta na elaboração do documento final, por parte do Governo.

Por outro lado, também fiz distribuir uma proposta de aditamento dum artigo 7.º A, no Decreto Legislativo Regional que diz respeito ao Orçamento da RAA para 1993 e que em devida altura será apreciado.

Entretanto, vamos entrar, conforme tinha ficado combinado, nas intervenções finais, relativas ao nosso debate e para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate que agora termina foi, a nosso ver, um momento clarificador da realidade política regional actual.

Discutindo-se tardiamente, por imposição do PSD e do Governo, estas propostas de Orçamento para 93 e de PMP-93-96, ficou claro o que elas significam e ficou claro quanto perigosa é a situação que vivemos.

A crise financeira não é escondida. O Governo e o PSD procuram, antes desresponsabilizar-se da sua génese.

A brutal retracção do investimento não é negada. O Governo e o PSD procuram antes fazer crer que é inevitável.

A existência de compromissos anteriores por resolver já não é disfarçada. Continua sim a haver algum disfarce sobre o montante real do que há que pagar.

A quase completa paralização do investimento público em 93 também não é negada. As repercussões sociais negativas deste Plano quase são admitidas

O Grupo Parlamentar do PSD não conseguiu defender estas propostas porque são indefensáveis.

O Governo Regional não conseguiu demonstrar que as presentes propostas configuram uma política minimamente útil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com as intervenções que realizámos e com as questões que colocámos a alguns Senhores Secretários Regionais demos, no quadro do tempo que dispomos, o contributo possível a este debate.

Procurámos essencialmente seguir três linhas de força:

A primeira diz respeito à natureza das propostas como consequência da errada política económica e da inadequada política financeira prosseguida essencialmente a partir de 1988.

A segunda linha de força que imprimimos no debate visou demonstrar que estas políticas não só não são inevitáveis, como existem orientações credíveis.

A terceira preocupação que esteve presente na nossa intervenção no debate prende-se com as consequências sociais e económicas imediatas destas propostas e desta situação.

De tudo quanto foi argumentado, documentado e dito tem que concluir-se que estamos perante um Governo Regional incapaz de fazer frente e de inverter a situação de crise financeira que criou, que tomou opções no plano político e no plano financeiro que são de crescente isolamento e inoperância, posições essas que irão fragilizar muitíssimo a economia regional no ano corrente e colocá-la numa posição de debilidade acrescida para fazer face à crise económica que já se sente no conjunto da economia portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tratámos neste debate da problemática própria das ilhas mais pequenas ou mais isoladas.

Salientámos as fortes repercussões sociais e económicas directas que a retracção do investimento público tem nas economias dessas ilhas, economias essas cujo equilíbrio depende da intervenção e do peso do sector público.

Sublinhámos, com pormenor, os problemas e carências do círculo eleitoral pelo qual somos eleitos - a Ilha das Flores - sublinhando o impacto negativo que esta política de desaceleração do investimento tem nessa Ilha, que é exactamente aquela onde o investimento público em infraestruturas começou muitos anos depois das restantes e só após uma permanente sucessão de combates políticos, nos quais o PCP/Açores e os seus aliados na APU e CDU ocuparam sempre a linha da frente.

Na sequência dessa acção constante e permanente iremos apresentar algumas propostas de alteração ao Plano de 93 referentes a problemas específicos das Flores, pois é de grande importância para todos os florentinos saber como se posicionam os vários partidos, incluindo o da maioria, e os vários deputados das Flores, face a esses problemas.

Abordámos na medida em que o tempo nos permitiu, alguns problemas concretos de outras ilhas e sectores, contribuindo assim para a demonstração clara que as três bancadas da oposição fazem sobre a inoperância e inutilidade política concreta destas propostas .

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como todos sabemos está em vigor o Decreto Legislativo Regional 15/92/A da "Remuneração Complementar" .

A existência de tal dispositivo legal obriga o Governo Regional a cobrir a partir das rubricas de despesa com pessoal essa obrigação legal. Não é tolerável que os funcionários da Administração Regional Autónoma tenham um tratamento assente em conceitos diferentes dos aplicados aos da Região Autónoma da Madeira e aos funcionários da Administração Central em serviço nas Regiões Autónomas.

As dificuldades financeiras são reais mas derivam da conjugação de políticas económicas inadequadas nuns casos, e mal executadas noutros com uma política financeira mal concebida e mal orientada.

A Região Autónoma hoje é o mau pagador que se sabe porque o poder regional ousou, de forma sistemática, autorizar despesas sem cobertura pela receita.

A verdade sobre o buraco financeiro que ficou transparente neste debate porque o Governo não deu as explicações que teria que dar.

Seria útil que cada Secretário Regional tivesse dito com que dinheiro conta realmente este ano.

Só assim se saberia o que se destina a tapar o buraco e o que se destina a investir.

Com um Plano para 93 que pouco fica a dever à ficção, podemos estar em vésperas da paralização de muitas actividades.

A derrapagem é tão grande e tão acentuada que ainda não parou. Temos é que ter a consciência de que esta política não só descredibiliza o sistema autonómico como o põe em causa, de modo muito sério.

Sr. Presidente, Srs, Deputados, Srs. Membros do Governo:

Iremos votar clara e firmemente contra estas propostas, porque estamos contra a orientação suicida que a elas preside, porque pensamos que há orientações diferentes mas adequadas; porque condenamos os efeitos negativos que esta política introduz na nossa sociedade; porque repudiamos o efeito de arrastamento que esta política provoca envolvendo, descredibilizando e comprometendo o próprio sistema constitucional que rege a nossa vida colectiva.

A apreciação que fazemos destas propostas e de todas as atitudes políticas do V Governo Regional levam-nos também a ter a necessidade política, não só de nos demarcar delas pelo voto contrário a estes documentos, mas de aprofundar o debate político institucional e público ajudando a promover a Moção de Censura ao Governo.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Neste debate sobre o PMP 93/96, bem como do Plano e Orçamento para o corrente ano, ficou claro que o Governo Regional se resignou à análise e críticas

fundamentadas que o CDS/PP, bem como a restante oposição exaustivamente apresentaram.

Sem defesa, nem glória, os deputados que apoiam incondicionalmente este Governo viram-se obrigados a se corresponsabilizarem por uma desequilibrada incoerente, ruínosa e obscura política que demonstradamente conduz ao esgotamento do actual modelo autonómico, lançando a Região na maior crise da sua história recente.

Incapaz de encontrar as soluções que obviassem às consequências nefastas de uma irresponsável e inconsequente gestão que o caracterizou no passado recente, este impotente Governo abdicando, de forma partidariamente conivente dos direitos que nos assistem no quadro da solidariedade nacional, despudoradamente, apresenta, sete meses após a sua posse, uma frustrante política baseada:

- No aumento permanente de déficit do orçamento corrente;
- No aumento sistemático da dívida pública regional, já próximo do seu limite;
- Na diminuição drástica das verbas do Plano;
- Na insuficiência de apoios e condições propícias ao investimento privado;
- Na quase paralização do investimento público em 93 para fazer face ao endividamento irregular decorrente do colapso financeiro do ano anterior.

A crescente contestação a esta política abrange todos os sectores económicos, as áreas laborais e diversos interesses institucionais e populares especificamente defraudados pelo desfazamento entre as promessas governamentais e a incapacidade operativa constante neste Plano de Médio Prazo e seus desdobramentos anuais.

Estamos perante um quadro desolador, da total responsabilidade dos Governos de Mota Amaral, que culminou no quase colapso das Finanças Públicas Regionais. A persistir esta política é a própria Autonomia que estará em causa e o seu papel na promoção de desenvolvimento dos Açores.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** O CDS/PP deixa uma recomendação: que Mota Amaral mude de política enquanto ainda é tempo, se não quer passar de Anjo da Autonomia a Coveiro dessa mesma Autonomia.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Falou o homem de Rocha Vieira.

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma intervenção.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Não é de festa o clima que se vive na Região Autónoma dos Açores.

Estamos a viver um dos períodos mais negros da história da nossa Autonomia.

Vivíamos meses de angústia até ao início do debate deste Plano e Orçamento, não só por causa da indefinição de políticas, não só por causa da omissão governativa deste Governo, não só porque se desrespeitava princípios normais do funcionamento de órgãos políticos que à partida, deveriam dispor das condições normais para executar política, porque um governo que depende dum parlamento regional, onde dispõe duma maioria absoluta, não deveria ter quaisquer dificuldades de governar e exercer as suas competências.

É, portanto, extraordinariamente estranho que, decorridos sete meses, tenham sido precisos sete meses, para que tenha sido "ofertado" a esta Assembleia documentos que continuam a agravar a expectativa que os açorianos têm quanto ao seu futuro.

O debate que aqui realizámos, em conjunto com os restantes partidos da oposição, demonstrou cabalmente, a nossa razão.

Estamos perante documentos falsos, que preconizam uma falsa política!

***Vozes do PSD e do Governo: Não apoiado!***

**O Orador:** São falsos, porque um plano anual, não é anual!

São falsos, porque um orçamento anual, é tudo menos um orçamento para este ano!

São falsos, porque um plano a médio prazo, não vale por quatro anos, na medida em que ele está recheado, exclusivamente, de "sacos azuis", desrespeitou as regras normais e legais impostas para que o planeamento desta Região fosse alicerçado em respeito pelas necessidades do povo que queremos servir.

Ouvimos , durante o debate, das bancadas do Governo e do PSD geralmente a repetição sistemática de três palavras:



- "rigor"
- "realismo"
- "solidariedade"

Onde há rigor, se existe uma patenteada indefinição de programas, de prioridades, de métodos, no planeamento, isto é, nos documentos de Plano para 93 e do Plano a Médio Prazo de 1993/96?

Onde há rigor num orçamento, se o Governo não sabe qual é a parte que já está comprometida com o pagamento de despesas atrasadas e, portanto, não se sabe quanto dinheiro se dispõe para, efectivamente, haver investimento este ano na Região Autónoma dos Açores?

Rigor, não há!

Realismo, também não há!

Há uma dose excessiva de fatalismo!

Este Governo aceitou, **sem lutar**, que estava conformado com uma situação de conjuntura - conjuntura externa, nacional e internacional - e não se moveu, no âmbito das suas competências, para que a realidade nos Açores fosse outra e muito diferente daquela que nós agora enfrentamos e que é uma realidade que não perspectiva senão incerteza e duras realidades para todo o Povo dos Açores.

Onde está o realismo? Onde está a verdade?

Mas falou-se também, em solidariedade, a vários níveis.

Pergunta-se: - Quem foi solidário com quem?!

Será que o Governo da República foi solidário perante as carências financeiras reconhecidas por todos os intervenientes no debate político regional?!

Não houve solidariedade institucional do Governo da República, para com o Governo Regional dos Açores!

**Mas antes das eleições, apareceram as caras do candidato a Presidente do Governo Mota Amaral, do Primeiro Ministro Cavaco Silva**, aparentemente, a dar a ideia aos açorianos que essa seria a simbiose perfeita, para a condução do processo político regional!

Foi uma fraude, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque dessa imagem, resultou uma autêntica frustração!

Não resultou em nada de positivo para a Região Autónoma dos Açores!

Aliás, o princípio da solidariedade, foi violado e isso ficou já demonstrado, por diversas vezes, em intervenções sucessivas que sobre essa matéria se fez nesta Assembleia a relembrar o que aconteceu na Assembleia da República, aquando do debate do Orçamento do Estado para este ano.

Solidariedade, não existe dentro, sequer, do Governo do PSD!

Há até por aí uma história que corre, de que um secretário regional tem tido o bom senso de estar connosco, aqui, durante algum tempo, enquanto os seus colegas de Governo reuniam algures nesta Casa. E por se ter demorado aqui mais um pouco, desapareceram 500 mil contos do seu orçamento para a sua Secretaria.

*(Risos do PSD e do Governo)*

Esta é a solidariedade de um governo realista e que usa rigor no planeamento e na organização de planos e de processos políticos importantes para esta Região!

Eu, agora e depois de saber essa história, desculpo o tal Sr. Secretário, que da parte do PS, foi altamente criticado por, de repente, ter desaparecido do Plenário.

Teria de ser uma razão muito forte, para que ele abandonasse a Sala, porque consideramo-lo como uma pessoa respeitadora deste Parlamento.

Estamos, portanto, num passo adiante da crise que é política, que é económica, que é financeira, que é social e que é institucional.

Foi a este... estado de coisas, à gravidade da crise que agora vivemos, que o PSD nos conduziu e que este V Governo se especializou em conduzir o futuro dos Açores.

Que expectativas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, restará ao Povo dos Açores, perante o discurso equívoco de todos aqueles que reconhecendo a crise, dizem que devemos estar tranquilos?!

Eu vejo, efectivamente, uma determinada clientela política tranquila. Mas o Povo dos Açores, lá fora, sofre!

Sofre, porque não vê norte na acção deste Governo!

Sofre, porque não vê contemplados os seus desejos e anseios, na planificação política deste Governo Regional, que mais uma vez o defraudou, quando há poucos meses

circulou por esta Região, querendo ouvir tudo e todos, os mais incautos, pensando que este Governo poderia, de facto, corresponder aos anseios daqueles que eram contactados.

Houve alguém que disse: "Se é para, depois resolver o problema por um "fax", é melhor os ouvir!"

E, sinceramente, houve muita gente que caiu no lodo! Porque o que terá resultado desse esforço, dessas "voltas" que o Governo deu à Região e o que está aqui que represente esse esforço, era uma das coisas que nós gostaríamos de saber.

O que aqui está é, obviamente, o resultado daquelas pequenas "jogadas" que se fazem quando não há dinheiro.

Os mais fortes, os que sabem negociar, "arranham" a seu favor, "arrebanham" uma dotação. Os mais fracos conformam-se e vêm para aqui dizer que não há dinheiro - "paciência! - quando houver, fazemos o que falta!"

Isto não é planeamento, isto não é levar a sério uma região autónoma, isto não representa uma governação responsável na Região Autónoma dos Açores!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vale a pena elaborar muito mais.

O Partido Socialista fez um esforço sério e digno em todo este debate.

**Deputado António Silveira (PSD):** Bem se viu!

**O Orador:** Falaram representantes das nove ilhas dos Açores que colocaram as questões mais relevantes, os problemas mais importantes que se situam no âmbito de cada ilha.

Abordámos cinco sectores fundamentais para o desenvolvimento da Região. E, perante essa atitude séria, tivemos quase sempre, do lado do PSD, o desvio para "fait divers" que muitas vezes, puseram em causa a dignidade deste órgão e que em nada colaboraram, no sentido de recuperarmos uma imagem que não é a melhor dos órgãos de governo próprio da Região.

Até, porque há quem aqui dentro esteja interessado em que este órgão continue a declinar a sua imagem.

O Governo Regional que geralmente está de costas voltadas para esta Assembleia e que quase só aqui vem repetir o ritual **obrigatório**, a desobriga anual do Plano e

Orçamento, esse Governo Regional, está sempre empenhado em que esta Assembleia não tenha a imagem digna, a imagem que lhe compete, na hierarquia da autonomia regional.

Este Governo Regional não se sente bem aqui dentro. Por isso, sai da Sala, **muita vez**. Sai da Sala demasiadas vezes!

*(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)*

**O Orador:** E só aqueles **que não têm cultura democrática, não percebem qual é o comportamento dum partido democrático**, que perante uma situação anómala em democracia, têm um gesto simbólico de **não colaborar com a presença de alguém que aqui não devia estar connosco!**

Esse é um problema **de cultura democrática!**

Em qualquer democracia civilizada deste mundo, alguém que esteja pronunciado por um tribunal, por graves crimes que correspondem a pena superior a três anos, já estaria demitido há muito tempo!

Alguém que tivesse cultura democrática e que sendo responsável pelo Governo e tendo meios para exonerar esse membro do Governo, não tendo feito, está a atentar contra a dignidade deste órgão, ao **insistir** que é este órgão que depende da vontade política deste Governo.

**Nós somos o órgão máximo da Autonomia!**

**O Governo depende de nós!** E tem que se cingir às regras da democracia!

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas., Transportes e Comunicações**

*(Natalino Viveiros):* Ditador!

**O Orador:** A democracia não é açoriana, não é portuguesa, não é espanhola!

É democracia!

*(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)*

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** E a democracia, não sendo um sistema perfeito - porque não o é - é o melhor sistema político!

Só que nos Açores, é ainda um sistema **muito imperfeito!**

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muitas lições foram recolhidas hoje, aqui.

O PS não tem medo!

O PS soube resistir sempre e ainda estamos a resistir, porque na fase do processo político em que nos encontramos, **temos que resistir**, contra a hegemonia de um governo que já não tem razão, mas que é legítimo, porque tem a força do voto!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Ah, está bem!

**O Orador:** Mas, a legitimidade não lhe confere razão em todos os actos da sua governação!

E porque este Governo, apesar de legítimo, desde que tomou posse, pôs de lado tudo o que se comprometeu fazer no seu programa de governo e em sete meses, não só se distanciou da sociedade, não compreendendo o sentido deste povo, por exemplo quanto à alteração da Hora Legal, como cometeu inconstitucionalidades, cometeu ilegalidades, não resulta nada difícil que perante uma situação deste tipo, os cidadãos responsáveis, os políticos responsáveis, se juntem e digam: - "Aonde é que isto vai parar?..."

Não quero falar em definir o sistema. Já nem quero falar no colapso da autonomia. Mas, **é a este Governo, é a este partido** que são assacadas as responsabilidades da condução **exclusiva** deste processo político a que chegámos, a toda a crise que neste momento afecta a Região Autónoma dos Açores.

Por isso, não é de estranhar que os partidos da oposição procurem reunir-se à mesma mesa.

Não é de estranhar, porque algo de muito grave está em curso. Porque nos chegam de todos os lados da sociedade civil reclamações. Chegam-nos as preocupações de um povo que não vê que a autonomia esteja a resultar no sentido de ser útil às suas vidas e à resolução dos seus problemas.

Esta é a realidade que nós vivemos. E por isso, fazemos um esforço extraordinário, colocando o interesse regional acima de tudo, colocando os interesses superiores da

nossa população, acima de interesses partidários, porque o momento é grave, é um momento sério que tem que trasvasar as pequenas jogadas políticas que se podem fazer num aerópago regional ou nos gabinetes de Secretários Regionais ou de Presidentes de Governos Regionais!

Chegou a hora de sensibilizar toda a população, porque nós não queremos ser cúmplices com colapsos da autonomia!

E, porque este Governo merece a censura política que o Povo dos Açores reclama que se faça **já por incumprimento total, em seis meses de Governo**, eu em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também representando a Representação Parlamentar do CDS/PP.

*Vozes do PSD e do Governo: Oh! Oh!*

**O Orador:** ... e também representando a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, encerro esta intervenção do Partido Socialista, entregando ao Sr. Presidente da Assembleia Regional uma Moção de Censura, para ser agendada nos termos regimentais.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS; CDS/PP e PCP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

A apreciação e discussão de um Plano para 4 anos, que visa o desenvolvimento e progresso dos Açores, é um momento alto da vida parlamentar que dignifica e prestigia os seus intervenientes.

*(Apartes inaudíveis do PS)*

**O Orador:** Os objectivos de desenvolvimento que são prosseguidos...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Vocês não gostam desse clima, pois não?!

**O Orador:** esbarram com dificuldades...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não gostam, não gostam!

**O Orador.** Posso falar?!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** *Mas nós podemos criá-lo também!*

*(Risos da bancada do PS)*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** é só para criar o parêntesis por forma a perceberem de que é fácilimo...

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**O Orador:** Quando deixarem de excitações, eu continuarei!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Vai continuar, se nós deixarmos! Como o porta-voz da vossa bancada não deixou!

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que continuasse a sua intervenção.

Os Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista têm o direito de fazerem os apartes que o Regimento lhes permite.

Portanto, não há possibilidade de lhes retirar esse direito.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Os objectivos de desenvolvimento que são prosseguidos esbarram com dificuldades conjunturais a nível nacional, europeu e mundial o que dificulta que, os legítimos anseios das populações que servimos, possam ver totalmente consubstanciados neste documento. Todavia não pactuamos com o coro da desgraça que se tem vindo a ouvir neste hemiciclo, proveniente da oposição, por considerarmos que este Plano potencia

realizações de inegável interesse para prosseguir o continuado surto de desenvolvimento desta Região Autónoma.

Face à escassez dos meios financeiros, quer a nível de receitas fiscais, quer a nível de transferência do Orçamento Geral do Estado para o Orçamento Regional, é fundamental que haja um aproveitamento dos fundos estruturais da Comunidade. Aí reside nova dificuldade, qual seja a de existirem ainda algumas indefinições quanto a determinados fluxos de recursos financeiros provenientes da Comunidade Europeia.

A variável macro-económica do emprego é uma das preocupações a salvaguardar na vigência do Plano a Médio Prazo. Se atendermos que cerca de 30% da população dos Açores tem menos de 15 anos, facilmente se concluirá da pressão que será feita sobre o mercado de trabalho. Daí a imperiosa necessidade, bem patente neste Plano, de manter a taxa de desemprego a níveis aceitáveis.

Para a satisfação deste objectivo é fundamental a participação activa e consciente dos agentes privados com a sua iniciativa, criatividade e capacidade concorrencial.

O maior protagonismo dos agentes privados que se vem verificando nas ilhas mais populosas terá que ter correspondência, à sua dimensão, nas ilhas menos populosas.

Em termos de impacto na economia a Região tem especificidades muito próprias.

Segundo a teoria económica tradicional os "inputs" provenientes das despesas correntes não geram riqueza. Ora nos Açores temos vindo a notar exactamente o contrário. O que verificamos é que o consumo privado tem vindo progressivamente a aumentar, possibilitando um fluxo económico e financeiro importante e decisivo para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

Daqui se concluirá que, pese embora as despesas de investimento nos próximos 4 anos não serem muito elevadas, os montantes de despesas correntes que se injectarão na economia regional são de molde a que possamos manter os níveis de bem estar social a que temos assistido nos últimos anos na Região e que não têm paralelo a nível do país.

Outro aspecto importante a ter em conta prende-se com as fundadas expectativas de melhoria das condições internacionais para os 2 últimos anos da vigência do Plano a Médio Prazo. Desde logo teremos em atenção a duplicação dos fundos comunitários, onde se abrirão novos horizontes através



do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), onde a Região Autónoma dos Açores terá uma fatia de grande importância, possibilitando a eventual revisão do Plano e a sua consequente melhoria em termos de verbas a dispor.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Todas as ilhas que compõem esta Região Autónoma prescindiram de investimentos que há muito são reclamados pelas populações. Tal renúncia foi feita em prol da responsabilização e, fundamentalmente, da unidade dos Açores - bem imprescindível ao nosso desenvolvimento e progresso.

Todas as Regiões, todos os Estados atravessam crises mais ou menos prolongadas, fruto, na maioria das vezes, de situações conjunturais externas. Contudo, tal situação é passageira e nunca poderá pôr em causa, como a oposição pretende fazer crer, o processo autonómico em que estamos envolvidos.

Os partidos da oposição, ao longo dos anos do processo autonómico sempre votaram contra os sucessivos Orçamentos e Planos apresentados pelo Governo a esta Assembleia.

O Partido Socialista especializou-se em governos sombra. O Povo dos Açores tem sistematicamente optado por não deixar passar os raios de sol para este lado.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O comportamento do Grupo Parlamentar do PS neste debate voltou a ser sombrio, vazio e não trazendo alternativas credíveis, optando por questões zoológicas.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** O CDS apareceu-nos com uma postura relativamente nova, mas com o discurso de sempre - alimentado de tecnocracia, ironia, jogo falso dos números e algum bairrismo à mistura. É a receita para eleger um Deputado. Mesmo com a nova liderança, o CDS, agora PP, parece que não quer mais. Para nós não está mal de todo.

O PCP, pasme-se, já chegou ao cúmulo de defender uma economia monetarista. Será que já não sopram ventos do Leste?!

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Nestes documentos, em discussão, foram feitas as opções adequadas para continuar, nos próximos 4 anos, o desenvolvimento harmónico dos Açores.

Do Partido Socialista levantaram-se vozes a duvidar da unidade dos Açores, que é justamente um orgulho destacado destas gerações autonomistas e uma página de ouro na História dos Açores.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Construir a Autonomia não é um desafio teórico, mas uma tarefa do dia-a-dia.

A compreensão de uns face aos problemas de outros, a solidariedade de todos face às prementes necessidades de alguns e a ideia de que o investimento numa ilha é um passo em frente nos Açores é que constróem solidamente a unidade.

*Vozes das bancadas do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Todos falam de unidade.

Mas nem todos a constróem.

Estes documentos têm em conta os recursos financeiros disponíveis, os objectivos políticos sufragados nas eleições e o crédito de quem mereceu confiança para governar.

Há autores morais e materiais deste progresso e há quem o tenha sucessivamente contestado.

O Povo dos Açores tem sabido distinguir uns dos outros e, estou certo que continuará a fazê-lo no futuro.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Plano de Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 1993, que o Governo apresenta à Assembleia Legislativa, exprimem o máximo esforço financeiro possível para continuarmos o grande projecto de geração em que estamos todos empenhados: modernizar e desenvolver os Açores, abrindo aos Açorianos, no quadro português e europeu em que livremente nos inserimos, uma boa entrada no século XXI.

Gostaríamos todos certamente de ir ainda mais além, e sobretudo mais depressa, neste quadriénio, auspiciosamente iniciado com as eleições regionais de Outubro passado.

Assim o sonhámos, na verdade, quando formulávamos os nossos projectos para este quinto mandato consecutivo, na euforia do dinamismo europeu pós-maastrichtiano e à luz dos compromissos de especial ajuda às regiões insulares ultraperiféricas, contidas no Tratado da União Europeia.

Entretanto, alastrou por toda a Europa uma severíssima crise económica, que os especialistas não hesitam em qualificar como a mais grave de todas, desde a II Guerra Mundial.

As expectativas de crescimento, no âmbito da Comunidade Europeia, vieram por isso a ser profundamente alteradas. E um pouco por toda a parte há problemas de escoamento de produtos, falências de empresas, desemprego, dificuldades financeiras das entidades públicas devido à quebra de receitas - e até mesmo alguns sinais de tensão social e de instabilidade política.

A Cimeira de Edimburgo permitiu salvar o pacote Delors II, onde se contêm os instrumentos de intervenção financeira para promover a coesão económica e social dos Doze. Mas a duplicação dos fundos estruturais para os países mais atrasados da Comunidade acabou por ser estendida praticamente até ao fim do século, afectando também as expectativas açorianas.

Quanto aos nossos recursos próprios, a grande mudança operada no panorama geoestratégico mundial, após o colapso do comunismo - o embuste do século, na feliz expressão do Presidente Mário Soares - e o desmoronamento do império soviético, traduziu-se na perda das receitas provenientes das bases militares estrangeiras existentes no arquipélago.

Estes novos dados financeiros não podem ser ignorados, nem recusados: - têm de ser assumidos e enfrentados, com coragem, determinação e trabalho !

A opção do Povo Açoriano está feita e encaminha-nos pelas vias da solidariedade portuguesa e europeia, sem desvalorizarmos nunca a cooperação, procurada agora em novos moldes, com os Estados Unidos da América, que tanto contribui, aliás, para identificar e fortalecer a posição internacional do nosso País.

Foi-nos já garantida pelo Primeiro Ministro Cavaco Silva e pelo Governo a que preside a efectiva duplicação dos fundos estruturais europeus.

Iremos também aproveitar devidamente todas as virtualidades de impulso económico e social derivadas das modulações das políticas comunitárias, nomeadamente, no domínio agrícola, permitidas pelos Instrumentos Jurídicos que definem a política europeia para as Ilhas, pelos quais tanto pugnámos e ajudámos a definir.

É necessário, porém, um novo arranjo financeiro, no âmbito nacional, que adeque as receitas da Região às novas obrigações legais, bem como a definição de esquemas de financiamento equilibrados, que viabilizem a plena utilização, dos fundos europeus para o salto qualitativo requerido pela continuada modernização dos Açores .

Quanto a estas matérias decisivas o Governo tem em curso complexas conversações com os Departamentos competentes do Governo da República.

Na concreta apreciação do quadro político referencial entendo que se deve proceder através de um paciente trabalho de esclarecimento e persuasão - e não por reclamações desorbitadas ou pretensos golpes de força .

Ao longo destes quase vinte anos dos meus sucessivos mandatos como Presidente do Governo dos Açores, já aprendi muito!...

Aprendi, sobretudo, a interpretar, em diálogo directo com os açorianos, o conteúdo do mandato democrático que em eleições me conferem - a mim e ao Partido Social Democrata, envolvendo directamente as pessoas dos respectivos deputados e esse sentido desse mandato é o de governar os Açores em estabilidade, em diálogo e cooperação frutuosa com os Órgãos de Soberania do nosso País e através deles com as instituições europeias e com os outros centros de poder externo com reflexo sobre o arquipélago.

Derrotaremos pois, todos, Governo e Grupo Parlamentar da Maioria, em firme e inabalável coesão, as manobras desestabilizadoras dos Partidos da Oposição que mais não pretendem do que promover conflitos com o Governo da República, lançando ao ar propostas desenfreadas de aumento das transferências do Orçamento de Estado para a Região, sem ter minimamente em conta a situação financeira, os compromissos externos de Portugal e o próprio e razoável equilíbrio da solidariedade nacional.

*Vozes das bancadas do Governo e PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Derrotaremos também, Governo e Grupo Parlamentar da Maioria, em firme e inabalável coesão e em esclarecido militantismo de Unidade Açoriana, as manobras divisionistas dos Partidos da Oposição, que julgam engodar votos em vésperas de eleições autárquicas, com propostas descabeladas de mais benefícios e melhoramentos para ilhas, concelhos, freguesias e lugares, assoprando no rescaldo de bairrismos de antigas eras, que tanto enfraqueceram outrora os Açores.

*Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Comprometidos, desde o início, com o desenvolvimento harmónico dos Açores, os sociais democratas sabem bem - não por serem os melhores do mundo, mas porque o Povo, apesar dos defeitos que temos e dos erros que cometemos, uns e outros assumidos com humildade democrática, o Povo confia, para governar os Açores, em nós, no PSD;

*(Aplausos das bancadas do Governo e PSD)*

*Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** - Sabemos bem que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, que, conforme as prioridades económicas e sociais, algumas aspirações são atendidas agora, outras foram já ontem, outras serão futuramente - sempre sem comparações

nem invejas mesquinhas uns dos outros, tomando, fraternalmente, o benefício alheio como sendo, e é mesmo, também próprio.

Isto é que é construir os Açores! Esta tem sido a nossa responsabilidade histórica!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs Secretários e Subsecretários Regionais:

Na repartição dos recursos disponíveis pelas muitas necessidades existentes - identificadas em diálogo alargado, em moldes sem precedentes, com os representantes legítimos dos cidadãos e as forças vivas da sociedade açoriana - fez o Governo as opções que julga mais correctas.

Gostaríamos, repito, de ir muito mais além! Mas num período de particulares dificuldades em todo o Mundo - e, infelizmente, na maior parte dele, em dimensões de verdadeira tragédia - demonstraríamos falta de realismo político, e até de honestidade, se acenássemos com muita coisa à partida sabendo-se não ter meios para fazer. Ora, nós queremos falar verdade ao Povo Açoriano.

*(Aparte inaudível do Deputado Alvarino Pinheiro)*

**O Orador:** Não queremos passar de novo pela traumatizante experiência de cortar, a meio mandato, um terço dos investimentos previstos. Alimentamos a fundada expectativa que a ultrapassagem da crise económica na Europa, venha a permitir-nos rever, em alta, para o segundo biénio deste mandato, o acervo dos projectos a realizar, acolhendo, o mais que for possível, os tantos que foram lembrados pelas senhoras e senhores Deputados - especialmente os da Maioria, claro - ao longo deste debate.

Entretanto, o montante de recursos que a Assembleia Legislativa vai votar, determinando, na plenitude dos seus poderes, a respectiva afectação, permitir-nos-á solver compromissos pendentes, derivados da perda de receitas verificada no ano passado; permitir-nos-á fazer funcionar os serviços públicos e manter abertas muitas frentes de trabalho, espalhadas por todas as ilhas, proporcionando emprego e distribuindo rendimento, directa e indirectamente, por milhares e milhares de famílias açorianas; permitir-nos-á ainda lançar novos empreendimentos,- seleccionados

conforme as nossas prioridades de desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida dos Açorianos.

Tal como, no plano nacional e sob a responsabilidade política do Primeiro Ministro Cavaco Silva e do PSD,...

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** "Professor Cavaco Silva"!

Isto é de benzer!

**O Orador:** ...trabalhamos empenhadamente para que a crise europeia se faça sentir o menos possível entre nós e Portugal continue a crescer mais do que os seus parceiros comunitários, assim também, nos Açores, conjugaremos todos os nossos esforços para minorar os embates do exterior, para resolver os problemas, detectando-os e antecipando-nos a que se agudizem, e para manter um esforço de investimento público superior à média nacional. Esta é a exigência que decorre da necessidade de ultrapassarmos o desnível de desenvolvimento existente e realizarmos, de modo efectivo, alcançando os padrões médios do nosso País, a coesão nacional.

As tarefas que temos por diante, pretende o Governo realizá-las antes de mais em harmoniosa cooperação com a Assembleia Legislativa, órgão máximo da Autonomia Açoriana.

Foi eu que inventei essa frase, portanto, quando a repetem só me copiam.

Estaremos por isso sempre disponíveis para o diálogo com as Comissões Permanentes e com as senhoras e os senhores Deputados, individualmente, ou em grupo, por partido político ou por ilha.

Queremos também consolidar e alargar mesmo as praxes de diálogo social existentes na Região.

O Conselho Regional de Concertação - Social vai ser instado mais frequentemente para ajudar a definir e resolver os problemas concretos que forem surgindo.

A participação dos empresários e dos trabalhadores é absolutamente essencial para a realização do modelo de sociedade que perfilhamos, que é o de uma sociedade moderna, democrática e por isso mesmo livre e plural.

É de resto obrigatório reconhecer que ambas estas forças sociais, e as associações empresariais e os sindicatos e respectivas uniões, têm vindo a assumir protagonismo cada vez mais forte na sociedade açoriana, aproveitando as infraestruturas com que o

Governo tem equipado cada uma das Ilhas e valorizando os recursos endógenos dos Açores.

Prosseguindo num rumo certo e com firmeza, reservamos para os empresários privados - tal como aliás e em plano diferente para as autarquias - parte apreciável dos recursos dos fundos estruturais destinados aos Açores até ao fim do século.

Haverá também, no quadro comunitário, amplos apoios aos rendimentos dos agricultores, em sintonia com as novas linhas da política agrícola comum e em resposta às particularidades da nossa situação geográfica ultra-periférica.

Com estas garantias e os estímulos complementares poderemos continuar o trabalho de modernização em que os agricultores e lavradores açorianos se têm empenhado, valorizando a ruralidade e a ligação do Homem à Natureza, que está no âmago da identidade açoriana.

O desafio do desenvolvimento harmónico dos Açores dirige-se a todos os Açorianos e com especial ênfase aos jovens! Todos unidos, com os órgãos de governo próprio regional assumindo plenamente o seu papel incentivador, disciplinador, equilibrador - todos unidos, vamos vencer!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs Secretários e Subsecretários Regionais:

Verifico agora que não me preocupei em dar resposta às críticas dos Partidos da Oposição.

Evitei assim repetir argumentos de anteriores discursos deste tipo - o que seria inevitável, já que as críticas foram, como de costume, repetitivas, usando até, conforme se demonstrou, os mesmos estafados adjectivos.

**Deputado Martins Goulart (PS):** O Sr. é que não percebeu! Os seus adjectivos é que são os mesmos!

**O Orador:** Aliás, ao longo do debate, - a oposição, por acaso, também é a mesma - tanto os Srs.Secretários Regionais e Subsecretários Regionais, como as Sras. e os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, brilhantemente contraditaram os ataques oriundos das outras bancadas desta Assembleia.

*Vozes da bancada do PS: Brilhantemente?!*



**O Orador:** Por minha parte, - isso é uma opinião imparcial - com a autoridade de Presidente do Governo, bem recentemente legitimada e fortalecida em eleições, a minha obrigação é, tal como fiz noutras circunstâncias, diferentes e para mim difíceis - estender a mão!

**Deputado Martins Goulart (PS):** O Sr. nunca quis ser eleito pelo Povo dos Açores!

**O Orador:** O Sr. é que não foi, por acaso. Eu fui candidato!

*(Risos da bancada do Governo)*

**O Orador:** ...a minha obrigação é, tal como fiz, ...estender a mão!

**Deputado Martins Goulart (PS):** Estender a mão!

**O Orador:** E fui!

**Deputado Martins Goulart (PS):** Não foi!

**O Orador:** Sim, estender a mão aos Partidos da Oposição,...

*(Apartes inaudíveis das bancadas do PS, CDS/PP e PCP)*

**O Orador:** ...seus dirigentes e aos seus militantes, para um diálogo que, respeitando a missão que o Povo a cada um, democraticamente, confiou, mais forças canalize para a solução dos problemas e para o desenvolvimento dos Açores .

Infelizmente, não vejo destas bandas grandes sinais de vontade para um diálogo frutuoso.

Bem ao contrário: ressuscitando o frentismo do período anterior às eleições de Outubro,- eis que a Oposição se apresta para tentar - de balde, diga-se já, de modo terminante - derrubar o Governo...

Tão hilariante iniciativa, que o Povo não compreende e claramente desaprova, vai abrir um debate que, permitindo a catarse, talvez ajude a Oposição a enveredar por rumos mais construtivos.

Entretanto, mantenho o que disse: estendo a mão - sempre num propósito de melhor servir os Açores e portanto, também Portugal.

Muito obrigado.

*Vozes e aplausos, de pé, das bancadas do Governo e do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão pediu a palavra com que finalidade?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** É para pedir a suspensão dos nossos trabalhos de acordo com o artigo 87 ° do Regimento.

**Presidente:** Nos termos regimentais e a pedido do Sr. Deputado Paulo Valadão, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

*(Eram 23:00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos prosseguir com os nossos trabalhos.

*(Eram 23:40 horas)*

Srs. Deputados vamos prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pretende usar da palavra com que finalidade?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A Legislação sobre o Plano Regional prevê que o mesmo seja acompanhado por vários documentos.

Prevê que seja acompanhado de documentos que explicitem os projectos que compõem diferentes Programas.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Impõe que seja acompanhado...

Estão dispostos a deixar-me falar ou preferem não me ouvir?!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** A Mesa entende que eu devo ser ouvido!

A Proposta também deve ser acompanhada de informações que permitam conhecer os investimentos das empresas públicas, dos fundos e organismos autónomos, bem como os principais empreendimentos a realizar pelas autarquias locais nomeadamente as realizadas em cooperação com o Governo Regional.

Finalmente, a Proposta do Plano Regional será ainda acompanhada de programas comunitários e outros que incluam projectos nela integrados.

Nós estivemos à espera - e já que esses documentos não acompanharam a entrega do Plano nesta Assembleia - que algum dia aparecessem pelo menos até à aprovação.

Isto costumava acontecer, mas em vez disso, nós temos 4 ou 5 páginas com contas diferentes que não têm autor indicado. Por isso, não sabemos se representam a utilização nalgum processo que também podia acontecer serem propostas de alteração apresentadas pelo PSD e como tal, não sabemos se devem ser entendidas assim ou se vêm do Governo.

Gostaríamos que a Mesa nos ajudasse a fazer essa interpretação dos números do que vem entrelinhado, das contradições entre os números, de rúbricas que têm 5 000 contos. Daí que gostaríamos que a Mesa nos ajudasse a fazer a leitura correcta desses dois textos.

**Presidente:** Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

É muito natural que há pouco quando houve uma primeira distribuição de alguns destes documentos, logo no início dos nossos trabalhos desta noite, que ainda não estivesse na Sala.

Estes documentos são folhas para substituir folhas com o mesmo número do Anexo ao Plano de Médio Prazo.

Como vê, trata-se de um documento que não é votado na Assembleia, no entanto é trazido à mesma para ser tido em conta na apreciação do Plano de Médio Prazo. Esses documentos que aí foram distribuídos, - creio que 2 ou 3 folhas - apresentavam

algumas gralhas ou alguns erros de soma e que foram agora de novo distribuídas, mas corrigidas.

Portanto, trata-se ao fim e ao cabo, de situações que decorrem de alterações nestas mesmas folhas do Anexo ao Plano de Médio Prazo e que foram assumidas pelos Srs. Secretários Regionais, ao que percebo, pelo facto de no prosseguimento dos debates existentes durante a discussão destes documentos, talvez mesmo com algumas situações que já vêm das comissões e que por isso significam essencialmente o próprio compromisso do Governo em realizar no âmbito do Plano de Médio Prazo estes projectos que aqui estão consignados nestes documentos que foram agora distribuídos.

Portanto, é este o entendimento que faço e que admito e tenho a certeza de que na formulação final deste documento do Anexo ao Plano de Médio Prazo, estas folhas que agora aqui são apresentadas como uma formulação diversa da inicial, serão aí mesmo recolhidas neste documento final.

Posto isto, passaríamos então à votação dos documentos que temos vindo a debater e vamos fazer em primeiro lugar a votação na generalidade do Plano de Médio Prazo 93/96.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta de Resolução, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria com 27 votos a favor do PSD, 21 votos contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Passaríamos à votação na especialidade deste Plano de Médio Prazo e faremos Programa a Programa.

### **Programa 1 - Agricultura**

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 1 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD e registou 21 votos contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 2 - Pescas.**

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 2 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD e registou 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 3 - Turismo.**

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 3 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Passamos ao **Programa 5 - Desenvolvimento Industrial.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 5, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** Programa 5 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 6 - Artesanato.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 6, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 6 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 7 - Modernização de Comércio e Serviços.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 7, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 7 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 8 - Construções Escolares.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 8, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 8 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 9 - Equipamentos Escolares**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 9, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):** Assim, Paulo! Assim, Paulo!

*(Risos e apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados...

Srs. Deputados vamos...

*(Risos da Câmara)*

O Sr. Deputado, fazia o favor de se sentar.

Srs. Deputados, eu agradecia que de alguma forma nos ajudássemos na tentativa de se resolver esta situação o mais rapidamente possível e com certeza que com algum silêncio talvez possamos continuar.

Vamos repetir esta votação visto que não foi possível à Mesa contar os votos, bem como perceber o sentido do mesmo.

**Programa 9 - Equipamentos escolares**

Os Srs. Deputados que concordam com este programa, fazem o favor de manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 9 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 favor do PCP e registou 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 10 - Saúde.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 10, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 10 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 11 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 11, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 11 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 12 - Juventude.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 12, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 12 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 13 - Transportes Terrestres.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 13, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 13 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 14 - Transportes Marítimos.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 14, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 14 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 1 a favor do PCP, 21 contra do PS e registou uma abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 15 - Transportes Aéreos.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 15, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 15 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 1 a favor do PCP, 21 contra do PS e 1 registou abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 16 - Apoio aos Transportes.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 16, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 16 foi aprovado por maioria com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 17 - Energia.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 17, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 17 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 18 - Ambiente.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 18, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 18 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 19 - Protecção da Orla Marítima.**



Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 19, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 19 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 20 - Recursos Hídricos.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 20, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 20 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 21 - Habitação e Ordenamento do Território.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 21, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 21 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 22 - Equipamentos Colectivos.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 22, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 22 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 23 - Defesa e Preservação do Património.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 23, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 23 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 24 - Modernização dos Média.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 24, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 24 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 25 - Desporto.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 25, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 25 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 26 - Segurança Social.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 26, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 26 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 1 a favor do PCP, 21 contra do PS e registou 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 27 - Protecção Civil.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 27, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 27 foi aprovado por maioria, com 27 votos do PSD, 1 a favor do PCP, 20 contra do PS e registou 1 abstenção do PS e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 28 - Administração Regional e Local.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 28, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 28 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 29 - Planeamento Finanças e Estatística.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 29, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 29 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o Plano de Médio Prazo nesta sua formulação, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta do Plano de Médio Prazo 93/96, foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Menezes pediu a palavra com que finalidade?

**Deputado Fernando Menezes (PS):** É para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito e dispõe ainda de um minuto e trinta segundos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Não preciso de tanto tempo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista votou contra, por considerar que o Plano a Médio Prazo tem defeitos formais e materiais que não aceitamos e porque é politicamente inadequado à realidade regional.

**Presidente:** Passamos agora à votação do Plano para 1993. Em primeiro lugar vamos votá-lo na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com o Plano para 1993, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Plano para 1993 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Passamos à votação de cada um dos programas do Plano para 1993.

### **Programa 1 - Agricultura.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 1, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 1 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

### **Presidente: Programa 2 - Pescas.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 2, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 2 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Em relação ao Programa 3 - Turismo, está presente na Mesa uma Proposta de Alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e que se refere apenas ao conteúdo deste Programa em que é dito o seguinte:

"Na Ilha das Flores, levar-se-á a cabo a conclusão da Residencial da Siturflor, reabrir-se-á a Pousada das Lajes e executar-se-á o projecto para um Parque de Campismo".

Portanto, trata-se desta alteração a este Programa. Daí que vou pôr à votação esta Proposta de Aditamento para este Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Aditamento foi rejeitada, com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP e registou 1 voto a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa para uma declaração de voto e dispõe ainda de um minuto.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** É Rápido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha votação favorável neste programa à proposta de alteração do PCP, bem como nas que se seguirão, ficará apenas como um gesto simbólico de quem nunca resistiu aqui a desejar o melhor para a sua terra.

Um gesto solidário para com as Flores que solidariamente me foi facultado pelo meu partido.

*Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Passamos então a votar o **Programa 3 - Turismo**, na sua versão inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 3, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 3 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 4 - Incentivos à Indústria.**

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 4, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 4 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 5 - Desenvolvimento Industrial.**

Os Srs. Deputados que concordam com este programa, mantenham-se como se encontram.

Os Srs Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 5 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do PCP e uma abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 6 - Artesanato.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 6, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** Programa 6 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 7 - Modernização do Comércio e Serviços.**

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 7, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 7 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 8 - Construções Escolares.**

Para este Programa 8, o Sr. Deputado Paulo Valadão apresentou uma Proposta de Aditamento, apenas, em relação ao seu conteúdo e que refere o seguinte:

"Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo:

2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário

Instalação da Escola Preparatória das Lajes das Flores, destinada ao 2.º Ciclo do ensino básico".

Portanto, em primeiro lugar vamos votar esta Proposta de Aditamento do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Aditamento para o Programa 8, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** Esta Proposta de aditamento foi rejeitado com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 a favor do PS e 1 a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos à votação do Programa 8, conforme a sua redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com este programa 8, mantenham-se como se encontram.

Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 8 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 9 - Equipamentos Escolares.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 9, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 9 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 21 votos contra do PS e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 10 - Saúde.**

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 10, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 10 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 11 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional.**

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 11, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 11 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 12 - Juventude.**

Para o Programa 12 - Juventude, o Sr. Deputado Paulo Valadão apresentou também uma Proposta de Aditamento em relação ao conteúdo e que diz o seguinte:

"Construção das Pousadas de Juventude de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e **Ilha das Flores;**"

Votamos em primeiro lugar esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Aditamento para o Programa 12, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi rejeitada, com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 voto a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Votamos o Programa 12, conforme a redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 12, conforme a redacção inicial, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 12 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 13 - Transportes Terrestres.**

Para o Programa 13, o Sr. Deputado Paulo Valadão apresenta uma Proposta de Aditamento relativamente ao seu conteúdo e que refere o seguinte:

"Conclusão da estrada de Volta da Ilha das Flores e construção, também naquela Ilha, de uma ponte sobre a Ribeira Grande na Estrada Regional que liga a Fajã Grande com o resto da Ilha".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Aditamento para o Programa 13, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi rejeitada, com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 voto a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

**presidente:** Votamos o Programa 13 conforme a redacção inicial.



Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 13 - Transportes Terrestres, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 13 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 14 - Transportes Marítimos.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 14, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 14 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 a favor do PCP.

**Presidente: Programa 15 - Transportes Aéreos.**

Os Srs. Deputados que concordam com este programa 15, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**secretário:** O Programa 15 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 a favor do PCP.

**Presidente: Programa 16 - Apoio aos Transportes.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 16, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 16 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 17 - Energia.**

Para o Programa 17 - Energia, o Sr. Deputado Paulo Valadão apresenta também uma Proposta de Aditamento sobre o conteúdo deste Programa e diz o seguinte:

"Apoio à Federação dos Municípios da Ilha das Flores, responsável pela produção e distribuição de energia eléctrica naquela Ilha.

Apoio à Câmara Municipal do Corvo, responsável pela produção e distribuição de energia eléctrica naquela Ilha.

Início da aplicação dos estudos já realizados e referentes ao aproveitamento de recursos hídricos para produção de energia eléctrica na Ilha das Flores.

Realização de um estudo prévio tendente à elaboração do projecto de uma barragem que rentabilize a Central Hidroeléctrica das Flores".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Aditamento ao Programa 17, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada por maioria, com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 voto a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos votar o Programa 17 consoante a redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 17, conforme a redacção inicial, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 17 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 18 - Ambiente.**

Para o Programa 18, o Sr. Deputado Paulo Valadão também apresenta uma Proposta de Aditamento e cujo conteúdo é o seguinte:

"Combate ao fenómeno de eutrofização e degradação das lagoas, nomeadamente das Ilhas de São Miguel, Flores, Pico e Terceira".

Votamos em primeiro lugar esta Proposta de Aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Aditamento para o Programa 18, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Votamos o Programa 18 conforme a redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 18 conforme a redacção inicial, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 18 foi aprovado por maioria, com 27 votos do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 19 - Protecção da Orla Marítima.**

Srs. Deputados que concordam com o Programa 19, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 19 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 19 contra do PS, 2 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** Efectivamente, o Sr. Deputado Ricardo Barros e o Sr. Deputado Silva Melo, creio que se distraíram em conversa com a bancada da frente e...

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** ...só se sentaram quando se pediu que se sentassem os Deputados que se abstinham.

De qualquer forma, penso que não tenho qualquer outra hipótese senão aceitar esta votação tal como ela é.

Bom, isto são daquelas situações em que a Mesa tem sempre a necessidade de fazer alguma interpretação mais alargada. No entanto e para que não haja dúvidas, o melhor é repetir a votação deste Programa 19 - Protecção da Orla Marítima.

Posto isto, agradecia aos Srs. Deputados e visto que já estamos muito cansados, inclusivamente também estou, de que tivéssemos uma maior atenção nestas situações,

no entanto não deixo de ver que estas situações são provocadas pelo cansaço, aliás, não há outra explicação.

Por isso mesmo, vamos repetir a votação do Programa 19 - Protecção da Orla Marítima.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 19, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 19 foi aprovado por maioria, com 27 votos do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 20 - Recursos Hídricos.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 20, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 20 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 21 - Habitação e Ordenamento do Território.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 21, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 21 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 22 - Equipamentos Colectivos.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 22, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 22 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente: Programa 23 - Defesa e Preservação do Património.**

Para o Programa 23, o Sr. Deputado Paulo Valadão também apresentou uma proposta de aditamento e que diz o seguinte:

"Continuação da recuperação da Fábrica da Baleia de Santa Cruz das Flores".

Vamos votar em primeiro lugar esta Proposta de Aditamento do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Aditamento, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Aditamento foi rejeitada, com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 voto a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Votamos o Programa 23, conforme a redacção inicial.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 23, conforme redacção inicial, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 23 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 24 - Modernização dos Média.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 24, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 24 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**presidente: Programa 25 - Desporto.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 25, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 25 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do PCP e 1 abstenção do CDS/PP.

**Presidente: Programa 26 - Segurança Social.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 26, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 26 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 21 contra do PS e 1 contra do CDS/PP.

**Presidente: Programa 27 - Protecção Civil.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 27, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** Programa 27 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 20 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP, 1 abstenção PS e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente: Programa 28 - Administração Regional e Local.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 28, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 28 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente: Programa 29 - Planeamento, Finanças e Estatística.**

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 29, Planeamento, Finanças e Estatísticas, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa 29 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Srs. Deputados passamos à Votação Final Global.

Os Srs. Deputados que concordam com o Plano para 1993 conforme esta formulação, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Plano para 1993 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com um Programa apresentado nesta altura do ano, com esta insuficiência orçamental, que não corresponde às realidades da nossa Região, não restaria ao Partido Socialista outra coisa, senão votar contra. Foi isso que fizemos.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos à votação na generalidade do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1993.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional na generalidade, mantêm-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1993 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Passamos à apreciação na especialidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Em primeiro lugar e relativamente ao Artigo 1.º, vamos votar os Mapas e Anexos.

Portanto, o Mapa I, II, III e IV e os Anexos aos Mapas I e II e ainda o Mapa V que constam deste Artigo 1.º alínea a) e b).

Os Srs. Deputados que concordam com estes Mapas e respectivos Anexos, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** Os Mapas e Anexos foram aprovados por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Votamos a alínea a) e b) do Artigo 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam com este Artigo 1.º a) e b), mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** A alínea a) e b) foram aprovadas por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Votamos agora, o Artigo 2.º n.º 1, 2 e 3.

Os Srs. Deputados que concordam com este Artigo 2.º n.º 1, 2 e 3, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 2.º n.º 1, 2 e 3 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Passamos ao Artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 3.º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 3.º foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 4.º e a alínea a), b) e c), mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 4.º alínea a), b) e c) foram aprovados por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Votamos o Artigo 5.º n.º 1 e 2.

Os Srs. Deputados que concordam com o este Artigo 5.º n.º 1 e 2, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 5.º n.º 1 e 2 foram aprovados por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Artigo 6.º.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 6.º, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.



**Secretário:** O Artigo 6.º foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Artigo 7.º, n.º1, 2 e 3.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 7.º, n.º1, 2 e 3, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 7.º, n.º1, 2 e 3 foram aprovados por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto a propósito do Artigo 7.º.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** É para fazer um requerimento à Mesa, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Eu queria que a Mesa informasse quais são os tempos disponíveis dos Partidos e do Governo.

**Presidente:** Os tempos disponíveis?

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Exactamente.

**Presidente:** O Governo dispõe ainda de 1 hora e 54 minutos.

O PSD dispõe de 2 horas 4 minutos e 50 segundos.

O PS dispõe ainda de 55 segundos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente:

Eu não consegui perceber bem. O PSD tem 2 horas e 4 minutos e o PS tem alguns segundos, não é?

**Presidente:** Corresponde à realidade.

O Partido Socialista tem 55 segundos, o CDS/Partido Popular tem 20 segundos e o Sr. Deputado Paulo Valadão do Partido Comunista Português já não dispõe de tempo.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

Srs. Deputados há uma proposta de aditamento do Artigo 7.º A para esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que passo a ler:

"1 - Atendendo às restrições financeiras da Região, derivadas em parte da quebra de receitas provenientes dos Acordos Internacionais e à circunstância do eventual deferimento de pagamento daí resultante poder criar, temporária e pontualmente, dificuldades económicas e financeiras significativas a fornecedores de bens e serviços à Região, fica o Governo Regional autorizado a assumir os encargos financeiros resultantes do recurso ao financiamento bancários por parte dessas entidades, até ao montante que se encontra em dívida, de acordo com os prazos legais de pagamento, e mediante contrato que justifique documentalmente a origem e causa da despesa em questão.

2 - O disposto no número anterior é aplicável a projectos cuja execução esteja em curso e que constem dos Planos e Orçamentos aprovados pela Assembleia Legislativa Regional.

3 - Os financiamentos bancários e respectivos encargos financeiros em causa rege-se-ão pelos valores e parâmetros que vigorarem na prática bancária corrente no momento da celebração dos contratos devendo cada projecto ser considerado caso a caso de modo a ponderar da melhor forma todas as circunstâncias relevantes".

Portanto, vamos votar este Artigo 7.º A.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pediu a palavra com que finalidade?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Quanto é que isso vai custar à Região?

**Presidente:** Quanto é que vai custar?!

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Quanto é que vai custar à Região a aplicação desse artigo?

**Presidente:** Oh, Sr. Deputado, eu tenho alguma dificuldade em lhe poder responder, no entanto a pergunta fica registada.

Acontece, é que neste momento não há possibilidade dos Srs. Membros do Governo, bem como a bancada do Partido Social Democrata, em responder-lhe, tendo em conta que entrámos na votação e como tal já demos por encerrado o debate sobre estes documentos.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** O debate está encerrado?!

**Presidente:** Isto foi entregue e tanto quanto me recordo, foi distribuído antes do intervalo.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputado, eu fiz distribuir isto no início da sessão da noite com os documentos anexos.

O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Fernando Lopes (PS):** É para um pedido de esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Onde é que está o cabimento orçamental desta proposta?

**Presidente:** A Mesa não tem que responder rigorosamente à pergunta do Sr. Deputado Fernando Lopes sobre o cabimento orçamental desta proposta, isto é, uma situação em que eu não tenho possibilidade neste momento, regimentalmente, de pôr este assunto a debate.

A pergunta fica registada. Os Srs. Deputados ainda terão oportunidade, de em próximos dias e em próximas sessões, fazer a pergunta e esclarecer sobre esta matéria.

Neste momento e depois de termos entrado na votação destes documentos e de termos encerrado o debate conforme foi anunciado, não há possibilidade de voltar a discutir.

Portanto, vamos à votação deste artigo 7.º A.

Os Srs. Deputados que concordam com este Artigo 7.º A, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faz o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta para o Artigo 7.º A, ponto 1, 2 e 3, foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 votos a favor do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para uma declaração de voto.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS, vota a favor da proposta apresentada pelo Governo, que contempla, parcialmente, o primeiro ponto do programa económico alternativo aqui apresentado, cujos termos nos merecem, todavia, algumas reservas em sede de legalidade.

*Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Passamos à votação do actual Artigo 8.º - que tomará outra numeração - desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 8.º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** Foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Passamos à votação do actual Artigo 9.º.

Os Srs. Deputados que concordam com o actual Artigo 9.º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Artigo 9.º foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para o ano 1993 conforme esta formulação, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

**Secretário:** O Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 1993 foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 21 contra do PS, 1 contra do CDS/PP e 1 contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para fazer uma declaração de voto durante 37 segundos.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido do Governo, aprovou um Plano quadrienal para 2 anos!

O Partido do Governo, aprovou um Plano de 93 para executar em 94!

O Partido do Governo, aprovou um Orçamento para 93 e executado em 92!

O Partido do Governo aprovou um Plano, um Orçamento e um Plano a Médio Prazo do PSD de Mota Amaral e, aprovou também, propostas de alteração apresentadas pelo PSD de Joaquim Ponte, a que não teve outra hipótese senão adicionar as propostas de alteração do PSD de Natalino Viveiros!

*(Risos da bancada do PS)*

**O Orador:** O Partido do Governo, acabou por partir o Governo!

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** Triste fim do princípio deste Governo!

Triste Governo à beira do princípio do fim!

Triste Região que tem a sina de ser governada por este Governo!

Obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro dispõe de 15 segundos para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Será que está certo, Sr. Presidente?

**Presidente:** Está conforme os nossos registos. Creio que o Sr. Deputado se está a esquecer dos 5 segundos que gastou há pouco para fazer uma pergunta.

*(Risos da Câmara)*

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular, votou contra os Planos e Orçamentos em perfeita coerência com as fundamentações de crítica e denúncia que apresentou sem réplica no debate.

São documentos não adequados às necessidades da economia e da sociedade açoriana, antes veiculadores de uma desastrosa política que mergulhará a Região numa incontável crise, com repercussões imprevisíveis.

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes para uma declaração de voto.

**Deputado José Fernando Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, votou favoravelmente as Propostas do Plano a Médio Prazo 1993/1996, Plano e Orçamento para 1993, porque pese embora a actual conjuntura económica internacional, com efeitos nefastos a nível nacional e regional e a previsível quebra de receitas provenientes de acordos internacionais, nomeadamente as decorrentes do Acordo da Base das Lajes, bem como ainda a incerteza quanto aos montantes reais provenientes dos fundos comunitários, na sequência da futura aprovação do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Estes documentos, permitem o desenvolvimento solidário que o PSD pretende para os Açores, cumprindo os objectivos traçados no Programa do Governo e o compromisso assumido para com o povo dos Açores.

*Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Fazêmo-lo com a consciência das dificuldades que teremos de enfrentar, mas com a certeza da persistência que pomos no trabalho em prol dos Açores.

*Vozes e aplausos da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Fica a Comissão de Economia Finanças e Plano encarregada de proceder à redacção final destes três documentos.

Srs. Deputados, conforme é do vosso conhecimento, foi apresentada na Mesa uma Proposta de Moção de Censura que será agendada conforme já está deliberado na conferência, para o próximo dia 3 de Junho, portanto, na próxima semana.

Os nossos trabalhos vão recomeçar na semana que vem, mais propriamente na Quarta-feira, dia 2 e a nossa ordem de trabalhos será a seguinte:

- Proposta da Resolução sobre o "Limite de Avals a Conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1993".
- Ante-Proposta de Lei sobre a "Contração de Empréstimos junto do Banco Europeu de Investimentos".
- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Alteração do Decreto Legislativo Regional nº5/91, de 8 de Março sobre Planos Municipais de Ordenamento do Território".
- Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a "Revogação dos Artigos 4.º e 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º19/87, de 18 de Novembro relativo à Zona Franca de Santa Maria"
- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Alteração do Estatuto da SATA Air Açores, Empresa Pública".
- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Regulamento de Exploração das Marinas da Região Autónoma dos Açores".
- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Regime da Hora Legal".
- Proposta de Resolução sobre a "Compensação Financeira atribuída às Câmaras Municipais de acordo com Decreto Legislativo Regional n.º 3/92/A, de 11 de Fevereiro".
- Proposta de Resolução sobre a "Criação duma Comissão Eventual encarregada de promover e coordenar um conjunto de medidas destinadas à comemoração da aprovação do Comércio Autónomico Político dos Açores".

- Proposta de Resolução sobre o "Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1993".

E finalmente e caso venha a ser aprovada a urgência que há pouco referi, a apreciação do diploma relativo à alteração do diploma legal que estabelece prazos para a apresentação dos Planos de Ordenamento do Território.

Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos por hoje e voltaremos a reunir-nos no próximo dia 2, Quarta-feira, pelas 15.00 horas.

Agradeço a vossa colaboração na facilitação dos trabalhos da Mesa.

Muito boa noite e muito obrigado.

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Carlos César, Francisco Sousa, Ricardo Barros; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro)*

---

**Rectificação ao Diário n.º 82, de 27 de Maio de 1992, IV Legislatura, IV sessão legislativa:**

- A páginas 44, , 1.ª coluna, 2.º parágrafo, onde se lê : "Orçado em 7.500 contos a Câmara e o maior patrocinador através da verba de 4.200 contos e a SRTA com 300 contos", deve ler-se: "Orçada em 7.500 contos, a Câmara é o maior patrocinador e a SRTA através da verba de 4.200 contos".

---

**A Redactora de 2.ª Classe:** *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*